

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 018/2026
Data: 30/01/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM CONTRATO CONTESTADO;.....	4
REBOCADORES CONSTRUÍDOS EM GUARUJÁ COMEÇAM A SER ENTREGUES POR WILSON SONS.....	5
LEILÃO DE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO PARA RETIRADA DE PROIBIÇÃO DE ARMADORES	6
GOVERNO PUBLICA RESOLUÇÃO PARA RETIRADA DO STS08 DO PPI NO PORTO DE SANTOS	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E GOVERNO DO MARANHÃO ANTECIPAM RENOVAÇÃO DA GESTÃO DO PORTO DO ITAQUI ATÉ 2051	8
NO PORTO DO RECIFE, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA CONTRATAÇÃO DA DRAGAGEM DE READEQUAÇÃO	9
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA CONCLUSÃO DA DRAGAGEM DO CANAL INTERNO DO PORTO DE SUAPE	10
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REFORÇA DIÁLOGO E APRESENTA AÇÕES AO SETOR PORTUÁRIO	11
AEROPORTOS REGIONAIS DO SUDESTE RECEBERÃO R\$ 310 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL ...	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
RIO GRANDE DO SUL, QUE CONCENTROU MAIOR VOLUME DE INVESTIMENTOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS EM 2025, RECEBE CARAVANA “NA BOLEIA DO BRASIL”	13
SENATRAN ACOMPANHA IMPLEMENTAÇÃO DA CNH DO BRASIL NO ESPÍRITO SANTO	15
RENAN FILHO ENTREGA PONTE DE CAMAQUÃ (RS) NESTA SEXTA (30), ÚLTIMO DIA DA CARAVANA “NA BOLEIA DO BRASIL” - EDIÇÃO SUL.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – A MISSÃO AO PANAMÁ E A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	16
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - VIREI CHEFE. E AGORA?	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>O Fico de Tarcísio</i>	19
<i>A Direita unida</i>	19
<i>Disputa em SP</i>	19
<i>Felício e Kassab</i>	19
<i>Reunião com Sílvio</i>	19
POLÍTICA - BOLSONARO VÊ CAÍDO ‘COM BONS OLHOS’ NA DISPUTA PELO PLANALTO.....	20
POLÍTICA - RATINHO JÚNIOR APOIA INDULTO AO EX-PRESIDENTE	21
POLÍTICA - KASSAB DIZ QUE CANDIDATO DO PSD SERÁ ESCOLHA POLÍTICA.....	21
POLÍTICA - “GRATIDÃO É UMA COISA, SUBMISSÃO É OUTRA”, DIZ LÍDER DO PARTIDO SOBRE TARCÍSIO	22
POLÍTICA - SENADORES PEDEM QUEBRA DE SIGILOS DA ESPOSA DE MORAES.....	23
POLÍTICA - MOTTA ELOGIA ‘GÁS DO POVO’ E ANUNCIA VOTAÇÃO DA MP NA PRÓXIMA SEMANA	24
POLÍTICA - LULA PASSA POR CIRURGIA DE CATARATA NESTA SEXTA-FEIRA	24
TRANSPORTES - PORTOS - BRASIL E PANAMÁ FIRMAM ACORDO PARA COOPERAÇÃO PORTUÁRIA E LOGÍSTICA	25
TRANSPORTES - PORTOS - UNIÃO E MARANHÃO RENOVAM DELEGAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI ATÉ 2050.....	27
TRANSPORTES - PORTOS - CMA CGM CRIA JOINT VENTURE GLOBAL PARA REUNIR DEZ TERMINAIS PORTUÁRIOS.....	28
TRANSPORTES - PORTOS - TECON SANTOS 10: COSCO QUESTIONA VETO A ARMADORES NO LEILÃO	29
TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ DISCUTE AMPLIAÇÃO E NOVO PERFIL OPERACIONAL DA ÁREA SSB01	30
TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO E TERMINAIS PORTUÁRIOS ALINHAM AGENDA PARA 2026	31
TRANSPORTES – NAVEGAÇÃO - CONSTRUÇÃO NAVAL CONCENTRA MAIOR PARTE DOS RECURSOS DO FMM EM 2025	33
TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTOS LIDERAM ENTRADA DE TURISTAS E IMPULSIONAM RECORDE DO TURISMO .	34
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMBRAER ENCERRA 2025 COM CARTEIRA DE PEDIDOS RECORDE DE US\$ 31,6 BILHÕES	35
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FECHA 2025 COM 12,1 BILHÕES DE BARRIS EM RESERVAS	36
ENERGIA - TCU COBRA ANEEL SOBRE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE USINAS DA ENEVA.....	37
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA DE 3% À MEDIDA QUE CRESCEM AS PRESSÕES CONTRA O IRÃ.....	38
ENERGIA - DEBATE SOBRE CONCESSÃO DA CEG E CEG RIO É ADIADO	39
MINERAÇÃO - VALE NÃO COMUNICOU VAZAMENTO EM MINA	39
MEIO AMBIENTE - TRAVESSIA SUBAQUÁTICA SANTOS–GUARUJÁ ENTRA NA FASE FINAL DE OBRAS	41
FINANÇAS - TAXA DE JUROS IMPACTOU EMPREGOS MAIS DO QUE O TARIFAÇO, DIZ MARINHO	43
FINANÇAS - JUROS MÉDIOS PARA FAMÍLIAS CHEGARAM A 60,1% AO ANO EM 2025.....	44
FINANÇAS - IFI: META FOI CUMPRIDA EM 2024 E 2025 SEM ESFORÇO FISCAL	45
FINANÇAS - IBOVESPA RENOVA RECORDE INTRADIA, MAS FECHA EM QUEDA	46
FINANÇAS - EM PREGÃO VOLÁTIL, DÓLAR CAI 0,25% E FECHA BAIXO DE R\$ 5,20.....	47



OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A INFANTILIZAÇÃO DA IMAGEM PESSOAL E OS DESAFIOS DA AUTORIDADE PROFISSIONAL	47
JUSTIÇA - EM ACAREAÇÃO, DONO DO MASTER E EX-PRESIDENTE DO BRB DIVERGEM.....	49
JUSTIÇA - FGC JÁ PAGOU R\$ 32,5 BILHÕES A 75% DOS CREDORES DO BANCO	50
JUSTIÇA - MALAFAIA PEDE REJEIÇÃO DE DENÚNCIA POR INJÚRIA E CALÚNIA.....	51
JUSTIÇA - DINO NEGA PEDIDO PARA SUSPENDER A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA CNH.....	52
INTERNACIONAL - AUMENTA A TENSÃO ENTRE IRÃ E EUA NO ORIENTE MÉDIO	53
INTERNACIONAL - DEMOCRATAS BLOQUEIAM FINANCIAMENTO PARA CONTROLE DE IMIGRAÇÃO	54
JORNAL O GLOBO – RJ.....	55
OBRAS DE SANEAMENTO TRANSFORMAM VIDAS E GERAM NEGÓCIOS	56
EM DEPOIMENTO À PF, DIRETOR DO BC DIZ QUE MASTER TINHA SÓ R\$ 4 MILHÕES EM CAIXA QUANDO FOI LIQUIDADO	57
CORREIOS ABREM INSCRIÇÃO PARA PDV; OBJETIVO É CORTAR 10 MIL VAGAS EM 2026.....	58
CONTRATO ASSINADO POR VORCARO PREVIA QUE DINHEIRO PARA COMPRA DE REDE DE RESTAURANTES DEVERIA SER APLICADO NO MASTER.....	60
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	61
DESEMBARGADORA DECRETA BLOQUEIO DE R\$ 150 MILHÕES DA FICTOR, HOLDING QUE TENTOU COMPRAR O MASTER	61
ALUMÍNIO, AÇO, CELULOSE: POR QUE A VOTORANTIM ESTÁ SE DESFAZENDO DE SEUS NEGÓCIOS DE COMMODITIES.....	62
MILEI E TRUMP NEGOCIAM PARA QUE ARGENTINA RECEBA IMIGRANTES DEPORTADOS DOS EUA	65
MINISTRO DO STJ MANDA POLÍCIA FEDERAL RETOMAR INQUÉRITO SOBRE COMPRA DE RESPIRADORES POR RUI COSTA	67
VALOR ECONÔMICO (SP).....	68
ARGENTINA PLANEJA SE TORNAR DESTINO DE DEPORTAÇÕES DOS EUA, DIZ JORNAL	68
TRIBUNAL DO PANAMÁ ANULA CONTRATOS PORTUÁRIOS, E PRESIDENTE DIZ QUE OS PORTOS FUNCIONARÃO ININTERRUPTAMENTE.....	69
ZONA DO EURO TEM CRESCIMENTO RESILIENTE EM 2025 APESAR DE TARIFAS	71
MANOBRAS DE TRUMP REVERBERA NO BRASIL, APONTA FGV IBRE	72
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	74
SULNORTE RECEBERÁ NOVO REBOCADOR EM MARÇO E AVALIA MAIS 7 UNIDADES.....	74
FMC MULTA MSC EM US\$ 22,7 MILHÕES EM PROCESSO SOBRE COBRANÇAS.....	75
SUPREMA CORTE DO PANAMÁ ANULA CONCESSÃO DOS PORTOS DE CRISTÓBAL E BALBOA À CHINESA CK HUTCHISON	75
NOVA LINHA INTEGRAL NAVEGANTES À ECSA, CARIBE E COSTA LESTE DOS EUA.....	77
CONCLUÍDA DRAGAGEM DO CANAL INTERNO DO PORTO DE SUAPE	77
WILSON SONS LANÇA PRIMEIRO DE SÉRIE DE 3 NOVOS REBOCADORES	78
MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS PELA TRANSPETRO CRESCE PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO	78
GRUPO POTENCIAL INVESTE R\$ 4,5 MILHÕES EM NOVA EMPRESA DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA EM PARANAGUÁ	79
MPOR ESTENDE ATÉ 2051 CESSÃO DO PORTO DO ITAQUI À EMAP	79
MPOR REBATE CRÍTICAS DO CECAFÉ E AFIRMA QUE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA É PRIORIDADE DO GOVERNO	80
DNV INDICA PERSPECTIVA DE AUMENTO DE DEMANDA POR EMBARCAÇÕES COM PROPULSÃO NUCLEAR	81
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	82
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	82



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM CONTRATO CONTESTADO;

Autoridade Portuária questiona validade jurídica Autoridade Portuária de Santos aponta “vício formal” em contrato assinado entre Estado e concessionária e ameaça não repassar aporte federal

Por Bárbara Farias 30 de janeiro de 2026



Túnel terá 1,5 km de extensão entre as duas cidades, sendo 870 metros sob o canal portuário; cronograma prevê início das obras em 2027 (Alexsander Ferraz/ AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) contesta a validade jurídica do contrato assinado na última quarta-feira entre o Governo do Estado e a TSG Concessionária para a construção do túnel imerso Santos-Guarujá e pede correção ao Governo Paulista. A APS ficou fora da celebração do acordo, bem como o Ministério de Portos e

Aeroportos (MPor), e alega “vício formal” no documento.

A ligação seca é uma obra conjunta do Estado e da União. O investimento é estimado em R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões de aporte público, metade para cada governo. APS considera não repassar os 50%, caso não assine o contrato.

A TSG Concessionária é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída especificamente para gerir o empreendimento pela empresa portuguesa Monta-Engil, vencedora do leilão, conforme determina o contrato de concessão patrocinada internacional por Parceria Público Privada (PPP). O contrato tem vigência de 30 anos, prorrogáveis.

Sem convite

A APS explica que o Governo do Estado não convidou a gestora do Porto e o Ministério para a reunião com a empresa na última quarta nem solicitou a assinatura. “A anuência do MPor e da APS constitui requisito de validade e eficácia do ajuste relativo ao túnel Santos-Guarujá pelo fato da competência constitucional da União sobre portos, a titularidade do MPor na política portuária, as atribuições legais da APS e a aplicação de recursos públicos federais”.

A APS considera que somente poderá aportar recursos para a obra após analisar e assinar o contrato ou aditivo que estabeleça suas responsabilidades, “sob pena de vício de competência, irregularidade administrativa e nulidade jurídica do ato quanto à sua participação”.

A administradora do Porto afirma que se fizer o aporte sem tais condições estaria violando o artigo 37 da Constituição Federal, descumprindo a Lei de Licitações, estando irregularidade perante o Tribunal de Contas da União (TCU).

Estado de SP

A Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI) informa que o contrato “segue o modelo aprovado no processo de concessão, cuja minuta foi amplamente divulgada desde a publicação do edital, em 9 de junho de 2025, e que embasou o leilão realizado em 5 de setembro de 2025”.

Afirma, ainda, que o projeto é uma iniciativa conjunta e “eventuais manifestações institucionais seguem sendo tratadas de forma coordenada, no âmbito técnico e administrativo adequado”.

TCU constatou falhas

O relator do projeto do túnel no Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, apontou falhas no edital de concessão em agosto do ano passado, especialmente relacionadas à governança interfederativa e à titularidade do empreendimento. O problema central, segundo o TCU, é que o Estado figurava como poder concedente de uma obra a ser implementada em área federal, o que gerou questionamentos sobre competências e responsabilidades. Diante disso, o ministro se reuniu com representantes dos governos Federal e Estadual para discutir ajustes antes do leilão.

O TCU identificou pontos críticos na época, como matriz de riscos considerada inadequada e falhas na governança interfederativa, sem instância formal de deliberação entre União, Estado e Autoridade Portuária de Santos (APS). Além disso, o Tribunal citou a indefinição sobre a titularidade do túnel ao fim da concessão, apesar de a obra estar em área da União e contar com recursos federais, e a ausência de instrumento jurídico para formalizar o aporte da APS. As partes entraram em acordo para fazer as correções necessárias em aditivo.

Ministro e governador

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador Tarcísio de Freitas, ambos do Republicanos, se reuniram na manhã desta quinta-feira (29) no gabinete ministro, em Brasília, para discutir detalhes do túnel imerso Santos-Guarujá — no dia seguinte à assinatura do polêmico contrato. Procurado, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não respondeu sobre o que ambos debateram no encontro até o fechamento desta edição. A Reportagem também pediu mais esclarecimentos sobre o contrato à empresa Mota-Engil, mas não obteve retorno.

Data: 30/01/2026

REBOCADORES CONSTRUÍDOS EM GUARUJÁ COMEÇAM A SER ENTREGUES POR WILSON SONS

Embarcação WS Halcyon possui 70 toneladas de tração estática e está apta a manobrar os maiores navios do mundo nos portos brasileiros

Por ATribuna.com.br 30 de janeiro de 2026



WS Halcyon é um rebocador da classe 2312, com 23 metros de comprimento e 12 metros de largura (Wilson Sons/Divulgação)

A empresa de rebocadores Wilson Sons entregou nesta quinta-feira (29) o rebocador WS Halcyon, o primeiro da nova série de três embarcações com grande potência construídas no estaleiro da companhia, em Guarujá. A cerimônia de lançamento ocorreu no Rio de Janeiro.

O WS Halcyon é da classe 2312 (23 metros de comprimento e 12 metros de largura), com tração estática de 70 toneladas capazes de apoiar os maiores navios do mundo em manobras de atracação e desatracação nos principais portos do País. O rebocador possui ainda sistema de combate a incêndio com capacidade 2,4 milhões de litros de água por hora.

O CEO da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, destaca que as novas embarcações fazem parte da estratégia de renovação da frota da companhia, composta por mais de 80 rebocadores, e da modernização das operações.

“Com o batismo do WS Halcyon e o novo ciclo de construção de rebocadores, reafirmamos nosso compromisso com operações portuárias de excelência, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade”, afirma Calbucci.

Os outros dois rebocadores da classe 2312 ainda estão sendo construídos no estaleiro da Wilson Sons, com entrega prevista ainda este ano.

Para Márcio Castro, diretor-executivo da unidade de Rebocadores, o investimento fortalece o papel da empresa na cadeia logística nacional. “Nosso foco é garantir operações seguras, eficientes e confiáveis, contribuindo diretamente para o fluxo do comércio exterior e para o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira”, destaca.

Com a nova série, a Wilson Sons alcançará a marca de 155 embarcações construídas em seu estaleiro, que possui mais de 80 anos de trajetória.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/01/2026

LEILÃO DE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO PARA RETIRADA DE PROIBIÇÃO DE ARMADORES

Estatual chinesa afirma que não há base técnica ou concorrencial para impedir a participação de armadores no certame

Por Bárbara Farias 29 de janeiro de 2026



O leilão do Tecon Santos 10 será realizado até o dia 30 de abril, com outorga mínima de R\$ 500 milhões, informou o Governo Federal (Alexsander Ferraz/AT)

A empresa estatal chinesa Cosco solicitou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que se oponha à proibição da participação de armadores (donos de navios) no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de

Santos. O certame está previsto para abril.

O ofício da Cosco, uma das principais armadoras de transporte de cargas do mundo, foi protocolado na última segunda-feira e endereçado à Superintendência-Geral do Cade e à Presidência do Tribunal do Cade. Ele segue em análise, segundo informou o órgão por e-mail.

Interessada no terminal, a Cosco sustenta que não há base técnica ou concorrencial para proibir, de forma prévia, a participação de armadores no leilão — especialmente os que não possuem ativos no cais santista — e que a integração vertical entre armadores e terminais não é ilícita por si só.

A empresa argumenta que eventuais riscos concorrenciais podem ser mitigados por instrumentos regulatórios e pelo controle posterior do próprio Cade, sem prejuízo à ampla competitividade do certame.

Para a companhia, a exclusão generalizada de armadores reduziria a rivalidade, afastaria empresas qualificadas e poderia diminuir a arrecadação e a eficiência do leilão, contrariando pareceres técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da área econômica do Ministério da Fazenda e a jurisprudência recente do Conselho.

O certame será realizado em duas fases, com veto à participação de armadores na primeira etapa. Eles só poderiam disputar a licitação em eventual segunda etapa, em caso de não haver interessados na primeira. Ainda assim, as empresas que já possuem terminais em Santos precisariam renunciar aos contratos atuais para poder assumir o arrendamento do Tecon Santos 10.

A justificativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que acolheu orientação da Antaq e as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), é evitar concentração de mercado.

Licitação

O leilão do Tecon Santos 10 será realizado até o dia 30 de abril, com outorga mínima de R\$ 500 milhões, atendendo à recomendação do TCU, segundo anunciou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no início do mês.

O ministro afirmou ainda, na ocasião, que a equipe técnica do ministério pretende realizar um roadshow em fevereiro, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), para apresentar o projeto a 11 ou 12 investidores interessados. Segundo ele, há três ou quatro grupos nacionais interessados e o restante é estrangeiro — chineses, filipinos, americanos, entre outros.

O cronograma, de acordo com Costa Filho, segue para o lançamento do edital em março e a realização do leilão em abril. Vencerá o certame quem apresentar o maior valor de outorga.

Tecon Santos 10

O Tecon Santos 10 ocupará área de 621,9 mil metros quadrados (m²) no cais do Saboó, para operação de 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e 91 mil toneladas de carga geral por ano. O contrato é de 25 anos, com investimento de R\$ 6,45 bilhões. Pelo projeto, serão construídos quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque.

O megaterminal ampliará em 50% a capacidade de movimentação de contêineres no principal porto brasileiro, que alcançará 9 milhões de TEU ao ano. Conforme estimativas, Santos pode atingir a saturação até 2028 se não houver a expansão de capacidade.

Concais

O Tecon Santos 10 é fundamental para viabilizar a transferência do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, para a área do Valongo. A empresa vencedora será responsável pela implantação das instalações off-shore (na água), que ficará ao lado do arrendamento, em frente ao Parque Valongo. A saída do terminal de cruzeiros de Outeirinhos e a instalação na área central deve revitalizar o bairro.

A mudança é defendida pelos governos Municipal, Estadual e Federal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/01/2026

GOVERNO PUBLICA RESOLUÇÃO PARA RETIRADA DO STS08 DO PPI NO PORTO DE SANTOS

Área na Alemoa deverá ser incorporada pela Petrobras para expansão das atividades no terminal vizinho STS08A

Por Maurício Martins 29 de janeiro de 2026



Trata-se de um ativo estratégico localizado no cluster de granéis líquidos do complexo portuário de Santos (Alexsander Ferraz/ AT)

A Presidência do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal publicou nesta quarta-feira (28), no Diário Oficial da União (DOU), uma resolução que opina pela exclusão do terminal STS08, localizado no Porto de Santos, do PPI.

A medida para retirar o terminal de combustíveis da Alemoa da carteira de leilões foi assinada pelo presidente do Conselho do PPI e ministro da Casa Civil, Rui Costa, e pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A resolução ainda será submetida à deliberação do próprio Conselho do PPI e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O que vai acontecer

Conforme **A Tribuna** já publicou, a Autoridade Portuária de Santos (APS) não fará mais a licitação da área porque o Governo Federal decidiu que a Petrobras, que já ocupa o terminal ao lado (STS08A), realizará o adensamento do local. Ou seja, a estatal vai expandir suas atividades para o espaço vizinho.

O processo licitatório estava sendo conduzido pela APS no ano passado. Após pedido da Petrobras, a gestora do Porto de Santos comunicou, via ofício, ao Tribunal de Contas da União (TCU), que passaria a atuar apenas “em caráter técnico e colaborativo”.

O adensamento ainda não tem data prevista. O plano de investimentos, entregue pela estatal em 23 de outubro do ano passado ao Governo Federal, está sob análise da Secretaria Nacional de Portos (SNP). Com a anexação do STS08 ao STS08A, arrendado em 2022 pela Petrobras, a estatal planeja expandir sua movimentação na área da Alemoa.

Trata-se de um ativo estratégico localizado no cluster de grãos líquidos do complexo portuário santista. A área, de 152,3 mil metros quadrados (m²), é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de combustíveis.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/01/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E GOVERNO DO MARANHÃO ANTECIPAM RENOVAÇÃO DA GESTÃO DO PORTO DO ITAQUI ATÉ 2051

Novo acordo garante investimentos de R\$ 1,3 bilhão e assegura a continuidade do trabalho de um dos principais corredores de exportação do agronegócio brasileiro



Assinatura do termo aditivo de renovação do Porto do Itaqui (MA) - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

A assinatura do termo aditivo de renovação do Porto do Itaqui (MA) foi formalizada nesta quinta-feira (29), em cerimônia que contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; do governador do Maranhão, Carlos Brandão; do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Carvalho Dias; e da presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), Oquerlina

Costa. O novo contrato prorroga por mais 25 anos a administração do complexo portuário, incluindo o Cais de São José de Ribamar, os terminais de ferry-boat da Ponta da Espera e do Cujupe.

O Porto do Itaqui consolidou-se como um dos pilares do comércio exterior brasileiro, sendo uma das principais portas de escoamento da produção agrícola e mineral do Brasil, especialmente da soja e do milho produzidos na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a renovação do contrato consolida uma trajetória de expansão, que transformou o terminal em um hub logístico vital para o país. “O Porto do Itaqui hoje é uma referência do Nordeste e do Brasil. Nos últimos quatro anos, esse porto teve uma média de mais de 10% de crescimento. É um dos portos que mais cresceram no Brasil, especialmente no transporte de grãos e de minério. Fechamos o ano de 2025 com quase 37 milhões de toneladas transportadas. E a gente espera que, nesses próximos anos, possamos ter esse porto se



consolidando ainda mais na região do MATOPIBA, que é estratégica para o desenvolvimento do Nordeste e do Norte do Brasil”, disse.

“O Porto do Itaqui hoje é uma referência do Nordeste e do Brasil. E a gente espera que, nesses próximos anos, possamos ter esse porto se consolidando ainda mais”

Silvio Costa Filho.

O governador Carlos Brandão destacou que a renovação antecipada visa garantir mais segurança jurídica. “Foram muitos diálogos, muitas reuniões, e hoje é um marco na história do Maranhão. A gente renova essa concessão por mais 25 anos, garantindo segurança jurídica e política para que os empresários possam investir e ter a segurança de que o porto está muito bem administrado”, disse.

Investimentos previstos

Dois importantes leilões estão previstos para 2026 no Porto do Itaqui. Um deles é da área IQI15, que movimenta granel sólido vegetal, como trigo, milho e soja. Outro é da área IQI16, que movimenta granel sólido mineral, como fertilizantes. Juntos, devem atrair investimentos de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

A aceleração do processo de renovação permitiu a continuidade dos investimentos em andamento, como a instalação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS, da sigla em inglês), pelo Novo PAC, na ordem de R\$ 36,3 milhões.

Sustentabilidade e inovação

Além do papel econômico, o compromisso com a sustentabilidade foi pauta no evento. Em sua fala durante a cerimônia, a presidente da Emap, Oquerlina Costa, destacou que a “excelência não se baseia apenas em números, mas na capacidade de operar e inovar de forma eficiente e responsável sob o ponto de vista ambiental”.

Ela também celebrou o reconhecimento nacional das práticas ESG adotadas pelo complexo, destacando que a gestão de Itaqui caminha na vanguarda da agenda verde portuária. “Hoje comemoramos nossa liderança nacional em sustentabilidade, por sermos o primeiro porto público do Brasil a lançar um plano de descarbonização e por termos ganhado também o Selo Pró-Clima, que é um reconhecimento pela excelência em gestão climática concedida pela Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABPD).

Ainda durante o evento, o governador Carlos Brandão fez questão de agradecer o ministro Silvio Costa Filho, reconhecendo sua trajetória e competência técnica à frente do Ministério de Portos e Aeroportos, afirmando que “o presidente Lula está bem assessorado”.

Por fim, o diretor-geral da Antaq, Frederico Carvalho Dias, destacou a importância dessa renovação. “Não se trata de uma mera renovação. Ocorre aqui também um aperfeiçoamento e uma modernização da gestão portuária, para que a gente obtenha mais eficiência e continue realizando os investimentos que o país precisa. Mais eficiência significa redução do custo logístico e, no fim, maior competitividade nos nossos produtos, no Brasil e no exterior”, afirmou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/01/2026

NO PORTO DO RECIFE, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA CONTRATAÇÃO DA DRAGAGEM DE READEQUAÇÃO

Cerimônia formaliza contratação da obra nesta sexta-feira (30)



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assina, nesta sexta-feira (30), a contratação da obra de dragagem de readequação da infraestrutura aquaviária do Porto do Recife, em evento marcado para as 17h, em Recife (PE). A medida está prevista na licitação homologada em 26 de janeiro de 2026 e representa um investimento estimado em R\$ 100 milhões.

O contrato prevê a dragagem de manutenção e a readequação do acesso aquaviário do complexo portuário, com profundidade mínima de 12 metros, calado operacional de 10,7 metros, canal de acesso com 240 metros de largura e bacia de manobra de 500 metros de diâmetro, permitindo a operação de navios de até 210 metros de comprimento.

Os recursos incluem R\$ 54,1 milhões empenhados em 2025 e R\$ 45,8 milhões previstos para 2026. O início das obras está previsto até março de 2026, com conclusão estimada para maio de 2027.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar a participação por meio do e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de imprensa. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Assinatura da contratação da dragagem de readequação da infraestrutura aquaviária do Porto do Recife

Quando: Sexta-feira, 30 de janeiro

Horário: 17h

Onde: Porto do Recife – Praça Comunidade Luso-Brasileira, 70, Bairro do Recife, Recife – PE

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/01/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA CONCLUSÃO DA DRAGAGEM DO CANAL INTERNO DO PORTO DE SUAPE

Obra amplia capacidade operacional e prepara o porto para a instalação de novo terminal de contêineres

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anuncia, nesta sexta-feira (30), a conclusão da obra de dragagem de aprofundamento do canal interno do Porto de Suape, em Pernambuco. A intervenção é estratégica para ampliar a capacidade operacional do porto e atende a compromisso assumido para a instalação de um novo terminal de contêineres.

Com investimento total de R\$ 217,4 milhões, a obra teve início em agosto de 2025 e foi executada com R\$ 100 milhões em repasses do Orçamento Geral da União, realizados em 2025, além de R\$ 117,4 milhões de contrapartida.

A dragagem do canal interno reforça a infraestrutura portuária de Suape, responsável por cerca de 94% da movimentação portuária do estado, consolidando o porto como principal hub logístico de Pernambuco e do Nordeste.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar a participação por meio do e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de imprensa. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Anúncio da conclusão da dragagem do canal interno do Porto de Suape

Quando: Sexta-feira, 30 de janeiro

Horário: 8h30

Onde: Porto de Suape, Complexo Industrial Portuário de Suape – Rodovia PE-60, s/n, Cabo de Santo Agostinho (PE)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/01/2026

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REFORÇA DIÁLOGO E APRESENTA AÇÕES AO SETOR PORTUÁRIO

Reunião do conselho deliberativo da ABTP contou com a presença de agências reguladoras e de representantes de terminais privados



Encontro reforçou alinhamento entre governo e setor privado - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) esteve presente na primeira reunião do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), realizada na quarta-feira (28), na cidade de São Paulo. O encontro contou com a presença de representantes das 104 empresas associadas e foi uma oportunidade de avaliar os resultados alcançados pelo setor no ano passado e de ser apresentado o planejamento da pasta para os próximos doze meses.

O secretário executivo do MPor, Tomé Franca, celebrou o alinhamento com a ABTP e reforçou que a modernização do setor depende dessa porta aberta entre o governo e a iniciativa privada. “Foi uma oportunidade única participar da reunião do Conselho Deliberativo da ABTP porque nos permitiu dialogar e escutar o setor, promovendo um alinhamento de informações entre o mercado e o governo. Esse diálogo aberto nos ajuda na construção de políticas públicas que possam ser mais assertivas para promover um ambiente de negócios ainda melhor, gerando mais oportunidades e mais empregos para os brasileiros”, concluiu.

“Esse diálogo aberto nos ajuda na construção de políticas públicas que possam ser mais assertivas para promover um ambiente de negócios ainda melhor”

Tomé Franca

As ações realizadas pelo Mpor no setor portuário, ao longo de 2025, foram abordadas pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila. Ele destacou a concessão de oito leilões de unidades portuárias, que, juntos, somaram aproximadamente R\$ 10,3 bilhões em investimentos, entre eles o leilão do Túnel Santos-Guarujá, maior obra do Novo PAC, que receberá um aporte de R\$ 6,8 bilhões, e o leilão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, a primeira concessão da tipo no país.

Ávila mencionou ainda a realização de 18 leilões previstos para este ano, com destaque para a concessão dos canais de acesso aos portos de Salvador, Itajaí, Rio Grande e Santos, e do terminal de contêineres Santos 10 (Tecon Santos 10). “O leilão do Tecon Santos 10 aumentará em 50% a capacidade de movimentação do maior porto do Brasil, o que é fundamental para impulsionar nosso comércio exterior e contribuir com o desenvolvimento nacional”, afirmou o secretário.

O presidente da ABTP, Jesualdo Silva, ressaltou a importância do encontro para alinhar expectativas do setor, especialmente quanto à regulação da atividade portuária por meio do PL 733, em tramitação no Congresso Nacional. “O Brasil vive um momento decisivo com a perspectiva de atualização do marco regulatório e nada melhor do que começar o ano debatendo esse e outros temas, que são de interesse do setor. A ABTP representa empresas que operam 250 terminais em todo o país, portanto é fundamental que possamos fortalecer essa ponte entre setor público e setor privado e construir as melhores soluções para nossos portos e terminais portuários”, destacou.

Por parte do MPor, além de Tomé Franca e Alex Ávila, também participou a secretária executiva adjunta, Thairyne Oliveira. Também estiveram à mesa o presidente do Conselho Deliberativo da ABTP, Roberto Oliva; o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias; o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Lucas Asfor; e a diretora executiva da ABTP, Cláudia Borges.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/01/2026

AEROPORTOS REGIONAIS DO SUDESTE RECEBERÃO R\$ 310 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

Carteira de investimentos para 2026 e 2027 contempla obras, novos projetos e instalação de estações meteorológicas em terminais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo



Aeroporto de Campos dos Goytacazes (RJ) - Foto: Foto:Grupo Infra

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) destinará, no ciclo de 2026-2027, R\$ 310,1 milhões em investimentos para fortalecer a infraestrutura dos aeroportos regionais do Sudeste, principal polo econômico e aéreo do país. Os recursos integram a carteira pública de investimentos em aeroportos regionais da pasta e reforçam o papel estratégico da aviação regional na integração entre grandes centros urbanos, polos industriais e cidades do interior.

O Sudeste concentra parte significativa do fluxo aéreo brasileiro e exerce papel central na movimentação de passageiros, cargas e negócios. Nesse contexto, os investimentos do MPor buscam reduzir gargalos históricos, aumentar a segurança operacional e preparar aeroportos regionais para acompanhar o crescimento da demanda e a diversificação das operações.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os investimentos refletem uma estratégia de desenvolvimento equilibrado. “O Sudeste é o principal motor econômico do país, e fortalecer seus aeroportos regionais significa aproximar o interior dos grandes centros, estimular investimentos e ampliar oportunidades. A aviação regional é essencial para garantir crescimento com integração e competitividade”, explicou.

Projetos previstos

Os investimentos incluem a elaboração de estudos e projetos básicos nos aeroportos de Angra dos Reis (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Salinas/MG, Varginha/MG e Patos de Minas/MG, com aporte de R\$ 13 milhões. Essa etapa é fundamental para estruturar intervenções mais eficientes, alinhadas às características operacionais de cada terminal, e garantir maior agilidade na execução das obras.

Outro destaque é a instalação de estações meteorológicas, com investimento de R\$ 33,6 milhões, nos aeroportos de Pará de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni e Ubaporanga, em Minas Gerais, além de Americana (SP), Paraty (RJ) e Piracicaba (SP). A ampliação da cobertura meteorológica contribui diretamente para a regularidade dos voos e para a confiabilidade do planejamento aéreo, especialmente em uma região com alta densidade de tráfego.

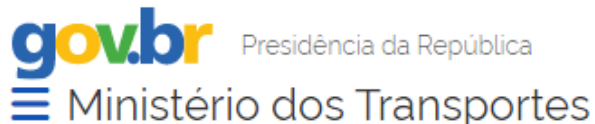
A carteira prevê ainda obras e melhorias de infraestrutura aeroportuária em Varginha/MG e no eixo Rio Claro-Piracicaba (SP), onde está prevista a implantação de um novo aeroporto, ampliando a capacidade regional e criando condições para novos fluxos de passageiros e cargas.

O secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, ressaltou o foco técnico da carteira. “Estamos atuando em frentes estruturantes: planejamento, infraestrutura e dados. Estudos bem elaborados, estações meteorológicas modernas e obras direcionadas aumentam a segurança operacional e a

eficiência da malha aérea regional, especialmente em uma região com elevada complexidade operacional como o Sudeste”, destacou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/01/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RIO GRANDE DO SUL, QUE CONCENTROU MAIOR VOLUME DE INVESTIMENTOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS EM 2025, RECEBE CARAVANA “NA BOLEIA DO BRASIL”

Ações e investimento sólido do Ministério dos Transportes foram fundamentais para que a população gaúcha retomasse a mobilidade após as enchentes de 2024



Em Caxias do Sul, ministro visita empresa especializada em soluções para mobilidade e assina deliberação do Eixo Auxiliar Elétrico para caminhões. - Foto: Marcio Ferreira/MT

O Rio Grande do Sul concentrou, em 2025, o maior volume de investimentos em infraestrutura de transportes, em um esforço de reconstrução do estado, após as enchentes de 2024. Foram cerca de R\$ 570 milhões aplicados em obras pelo Ministério dos Transportes.

Nesta quinta-feira (29), o ministro dos Transportes, Renan Filho, vistoriou, com a caravana “Na Boleia do Brasil”, algumas das intervenções em andamento mais importantes para o povo gaúcho, como a que acontece na BR-116, no trecho de Canoas.

“Nós vamos investir aqui na Região Metropolitana de Porto Alegre aproximadamente R\$300 milhões esse ano e, no ano passado, investimos R\$250 milhões. A BR-116 está recebendo inúmeras entregas, como a ponte do Rio dos Sinos, o novo viaduto no Morro Scharlau e o complexo de Esteio”, detalhou Renan Filho.

Em Canoas, as obras contemplam o alargamento de viadutos, a reforma do viaduto Fronteira Oeste, no entroncamento da BR-116 com a BR-290, em Porto Alegre, e a implantação de passagens inferiores. As medidas buscam eliminar pontos críticos e elevar o nível de serviço em um corredor com histórico elevado de acidentes e congestionamentos.

Serra Gaúcha em obras

O ministro dos Transportes também passou pela Serra Gaúcha. Em Caxias do Sul, Renan Filho anunciou que o edital de licitação para a construção do viaduto da BR-116 sobre a Perimetral Norte, na cidade serrana, será publicado em abril, com investimento estimado em R\$ 80 milhões.

Já em Bento Gonçalves, a comitiva vistoriou as obras em andamento na BR-470. O trecho recebe grandes intervenções estruturais, que irão restabelecer a segurança após os danos provocados pelas chuvas de 2024.

No km 202 da rodovia - ponto atingido pelas chuvas de 2023 e com danos agravados em 2024 - o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) concluíram uma contenção definitiva. As obras em andamento na BR-470 receberam aporte de R\$102 milhões.



“Essa foi a rodovia da Serra Gaúcha mais impactada pelas enchentes de 2024, chegando a ficar totalmente interrompida. Por isso, essas obras são fundamentais para torná-la mais resiliente diante de possíveis eventos climáticos, trazendo mais segurança para a população. A BR-470 é estratégica para a economia do estado, conectando regiões produtivas, fortalecendo a logística e garantindo o escoamento da produção gaúcha”, afirmou o vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza, durante a visita técnica.

Os efeitos das melhorias também são percebidos por quem vive e trabalha na região. Para o servidor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Jair Matias da Rosa, morador da região, a interrupção da rodovia durante as enchentes evidenciou o papel essencial do trecho para a rotina da população e para a economia regional.

“Quando a BR-470 ficou intransitável, prejudicou a economia, o deslocamento de estudantes e o acesso à saúde. Essas obras aqui estão sendo fundamentais tanto para a melhoria de vida dos moradores, das indústrias e empresas quanto para todo o desenvolvimento da cadeia econômica da região”, afirmou.

Tecnologia e modernização na infraestrutura

Além de conferir o andamento de obras essenciais para o povo do Rio Grande do Sul, o ministro dos Transportes visitou iniciativas voltadas à inovação e à modernização do setor de transportes, em Caxias do Sul. Entre elas está a fábrica da Marcopolo, onde estão sendo produzidos os vagões que irão compor os Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) que serão implantados em Arapiraca (AL) e Campina Grande (PB).

No caso de Arapiraca, que deve entrar em operação no próximo ano, o VLT vai percorrer sete bairros e transportar cerca de 400 passageiros por viagem, ligando a estação João Paulo II à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na região do Bom Sucesso.

“O VLT de Arapiraca é o maior investimento de mobilidade urbana que Alagoas está recebendo e vai facilitar a vida de quem precisa se deslocar para trabalhar, estudar ou acessar serviços de saúde. É um investimento histórico para o Agreste Alagoano”, afirmou Renan Filho.

Ainda em Caxias do Sul, a comitiva visitou a Randoncorp, empresa especializada em soluções para a mobilidade. No local, foi assinada a deliberação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que regulamenta o uso do eixo elétrico auxiliar — tecnologia que oferece tração complementar a caminhões em situações específicas, como subidas e arrancadas com carga. Já regulamentada para semirreboques, a medida passa a permitir a circulação também de caminhões equipados com o sistema, seguindo critérios técnicos e de segurança.

Na Boleia do Brasil

A caravana dá continuidade ao projeto iniciado em novembro de 2025, quando o ministro percorreu, de caminhão, o trajeto entre Brasília e Belém (PA), em preparação para a COP30, com vistorias realizadas ao longo de cinco dias. A iniciativa já passou pelo Sudeste, cruzando Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na sexta-feira (30), último dia da edição Sul, Renan Filho entregará ao povo gaúcho a ponte sobre o Rio Camaquã, no município de Cristal, a cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre. A estrutura foi duplicada e recebeu investimento de R\$ 88,3 milhões, integrando o conjunto de melhorias em andamento na BR-116/RS.

A comitiva também irá fiscalizar as obras de duplicação da BR-290/RS, no trecho do município de Pantano Grande.

SENATRAN ACOMPANHA IMPLEMENTAÇÃO DA CNH DO BRASIL NO ESPÍRITO SANTO

Visitas técnicas aos Detrans visam uniformizar a implementação do novo modelo de formação de condutores



Visita técnica da Senatran fortalece parceria e diálogo com o Detran-ES. Foto: Cristiano Nascimento/Senatran

As mudanças para tirar a carteira de motorista seguem avançando no país. Para garantir que a CNH do Brasil funcione de maneira uniforme em todos os estados, a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) vem realizando visitas técnicas aos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) para acompanhar a implementação do programa, alinhar procedimentos e identificar boas práticas e eventuais desafios operacionais.

Nesta quinta-feira (29), a agenda ocorreu no Detran do Espírito Santo, com a presença do secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, que verificou o processo de execução da CNH do Brasil.

“Nós temos percebido um aumento na demanda dos Detrans e é por isso que estamos fazendo essas visitas. Para dialogar e entender as necessidades locais”, explicou, destacando o caráter técnico, colaborativo e institucional das visitas.

O estado capixaba vem se destacando na adaptação de sistemas e rotinas administrativas. Segundo o presidente do Detran-ES, Givaldo Vieira, o órgão estadual está entre os primeiros a se adaptar às diretrizes da CNH do Brasil. “Nós estamos trabalhando na modernização do sistema para que, além de fluido, seja seguro e garanta ao povo capixaba condições de conduzir o veículo com boa segurança”, afirmou.

Monitoramento com apoio da CGU

As visitas técnicas aos Detrans fazem parte da estratégia de monitoramento da Senatran, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), e têm como objetivo acompanhar a rotina dos órgãos e garantir que as novas regras sejam aplicadas de forma uniforme em todo o Brasil, visando melhoria nos processos do novo modelo de habilitação, que é mais justo, eficiente e voltado à segurança viária.

Lançado em dezembro de 2025, o aplicativo promove a modernização e torna o processo mais acessível para a população brasileira. No Espírito Santo, o número de requerimentos da primeira habilitação é de 60.381. No país, chega a 3.185.118.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 30/01/2026

RENAN FILHO ENTREGA PONTE DE CAMAQUÃ (RS) NESTA SEXTA (30), ÚLTIMO DIA DA CARAVANA “NA BOLEIA DO BRASIL” - EDIÇÃO SUL

Estrutura integra o conjunto de melhorias em andamento na BR-116/RS e marca o avanço das obras estruturantes no Rio Grande do Sul

Nesta sexta-feira (30), último dia da caravana “Na Boleia do Brasil” - edição Sul, o ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega ao povo gaúcho a ponte sobre o Rio Camaquã, na cidade de Cristal, que fica a cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre (RS).

A ponte, que foi duplicada e recebeu investimento de R\$88,3 milhões, integra o conjunto de melhorias em andamento na BR-116/RS. A obra reforça a infraestrutura rodoviária federal em uma das principais rotas de escoamento da produção para o Porto de Rio Grande e de acesso de turistas ao litoral da



região Sul do Brasil. Diariamente, cerca de 4 mil veículos de carga e 2 mil veículos de passeio transitam pelo local.

Também nesta sexta-feira, Renan Filho vistoria as obras de duplicação da BR-290/RS, no trecho da cidade de Pantano Grande. As melhorias neste segmento, contempladas pelo Novo PAC, receberam investimento de R\$274,9 milhões do Governo do Brasil.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Entrega da ponte de Camaquã (RS)

Data: Sexta-feira, 30 de janeiro

Horário: 16h Local: BR-116/RS, km 428 - Cristal (RS)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 30/01/2026



EDITORIAL – A MISSÃO AO PANAMÁ E A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A missão oficial do governo brasileiro ao Panamá, que se encerrou na última quarta-feira, dia 28, consolida uma agenda de pragmatismo logístico e inserção estratégica do País nas principais artérias do comércio marítimo global. A assinatura do Memorando de Entendimento entre as duas nações não apenas estreita os laços com o gestor do Canal do Panamá — por onde transitam anualmente 5,8 milhões de toneladas de cargas brasileiras —, mas estabelece as bases para uma cooperação técnica voltada à modernização portuária e à eficiência das rotas que conectam o Brasil aos mercados da Ásia e da América do Norte. Ao integrar essa visita ao programa Rotas de Integração Sul-Americana, o Estado brasileiro reafirma a infraestrutura como o pilar central de sua política externa.

O foco em tecnologia e sustentabilidade, detalhado pelo ministro Silvano Costa Filho na missão, projeta o sistema portuário nacional para os desafios da década. Os eixos de atuação conjunta, que incluem o uso de Inteligência Artificial e Big Data, buscam elevar a competitividade logística do Brasil em um cenário internacional cada vez mais digitalizado. A iniciativa de estudar a criação de um “Corredor Verde” entre os terminais nacionais e o Panamá é um movimento de vanguarda que antecipa as exigências globais de descarbonização, sem abdicar da fluidez necessária ao escoamento da produção.

É fundamental destacar a relevância de parcerias com países que controlam infraestruturas críticas para o intercâmbio comercial. O reconhecimento das eclusas de Cocolí como um componente da logística brasileira demonstra uma visão que extrapola as fronteiras físicas do território nacional. A integração física da América do Sul, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Fórum Econômico Internacional, depende da superação de gargalos que hoje encarecem o produto nacional. Investir em parcerias que modernizam a gestão portuária e otimizam as rotas marítimas é o caminho mais curto para dobrar o comércio intrarregional e ampliar a presença brasileira nos oceanos.

A agenda bilateral com países como Chile e Bolívia, realizada paralelamente à missão no Panamá, reforça a construção de um cinturão de infraestrutura que beneficia todo o continente. A troca de tecnologia e a busca por investimentos conjuntos em hidrovias, ferrovias e portos criam um ambiente de estabilidade econômica e previsibilidade para os exportadores. O fortalecimento do setor de aviação e da infraestrutura portuária deve ser encarado como uma política de Estado perene, capaz de transformar a vantagem geográfica do Brasil em produtividade real e redução de custos logísticos sistêmicos.

O compromisso com a descarbonização das operações portuárias coloca o Brasil em conformidade com as metas da Organização Marítima Internacional (IMO). O incentivo ao uso de combustíveis sustentáveis na navegação não é apenas uma diretriz ambiental, mas um diferencial competitivo que atrairá armadores e grandes players globais que priorizam cadeias de suprimento limpas. A capacitação de profissionais e o uso de ferramentas digitais avançadas completarão o ciclo de modernização necessário para que os portos brasileiros atinjam padrões de excelência internacional.

A missão ao Panamá encerra-se com entregas concretas que pavimentam o futuro da logística transatlântica e transpácífica do País. A partir deste memorando, espera-se que os estudos para o Corredor Verde avancem celeremente, garantindo que o Brasil lidere a transição para uma logística marítima inteligente, sustentável e integrada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - VIREI CHEFE. E AGORA?



RAUL LAMARCA
CEO do Hub Livre

opinioao@portalbenews.com.br

Por que a primeira liderança é mais difícil do que te contaram — e o erro que quase todo chefe comete nessa transição.

Este é o primeiro de seis artigos da série Virei Chefe. E agora?

Ao longo dessa série, vou tratar das principais travessias, erros clássicos e mudanças de mentalidade que quase todo líder vive — mas que raramente são ensinadas de forma clara.

Se tu viraste chefe recentemente e tá se sentindo mais cansado, pressionado e confuso do que imaginava, deixa eu começar sendo direto: não tem nada de errado contigo.

O problema é outro. Ninguém te ensinou a liderar pessoas.

Essa série é voltada para profissionais que estão vivendo a primeira posição de liderança, normalmente liderando equipes pequenas — de uma a dez pessoas — e que já perceberam que o jogo mudou... mas ninguém explicou as regras.

A promoção que muda o jogo

A maioria das empresas faz muito bem uma coisa: forma ótimos especialistas.

Analistas fortes. Técnicos competentes. Gente que resolve problema.

E quando tu performas bem, o roteiro clássico acontece: promoção.

O problema é que ninguém te explica o que acontece depois.

Quando tu viras chefe, tu não trocas apenas de cargo ou de salário. Tu passas a jogar outro jogo.

Antes, tu resolvias tuas próprias tarefas. Agora, tu lidas com pessoas que resolvem tarefas.

Antes, o erro era só teu. Hoje, o erro do time recai sobre ti.

Parece óbvio. Mas não é automático.

Existe um acordo invisível na liderança que ninguém te contou. Tu descobres isso na prática. Sob pressão. Errando em público.



O erro que quase todo chefe comete
O erro mais comum do chefe iniciante é continuar tentando ser o melhor técnico da equipe.

É aí que nasce o “superlíder”: resolve tudo; cobre a falha dos outros; e evita conflitos

A intenção parece boa. O resultado é péssimo.

Quanto mais tu tentas resolver tudo, mais tu trabalhas. E quanto mais tu trabalhas, menos o time cresce.

Aqui vai um ponto que separa gestor cansado de líder maduro:

Liderança não é sobre fazer mais. Liderança é sobre decidir melhor.

E vamos ser honestos: quando tu foste promovido, provavelmente achou que seria só sobre ganhar um salário maior e mandar nos outros.

Isso até acontece. Mas não é isso que sustenta uma liderança de verdade.

A travessia que ninguém te explicou
Existe uma verdade desconfortável sobre essa fase:

Tu não estás errando porque é incapaz. Tu estás errando porque continua operando com uma identidade antiga.

Tu foste promovido de função. Mas ainda não promoveu tua mentalidade.

Liderar pessoas exige três coisas que quase ninguém ensina: critério; clareza; e maturidade emocional sob pressão

Sem isso, qualquer método vira maquiagem.

Antes de liderar pessoas, tu precisas aprender a liderar a si mesmo. Esse é um mantra que eu carrego: Lidere a si mesmo. O resto vem depois.

Enquanto questões internas não forem superadas — necessidade de aprovação, desconforto com conflito, medo de errar em público — o cargo vai continuar mais pesado do que deveria ser.

Essa é a travessia real da liderança: sair do papel de colaborador, medido pelo que executa com as próprias mãos, para o papel de líder, medido pelo que os outros entregam.

No artigo Os Cinco Níveis de Liderança descrevo na prática como vivi essa primeira passagem — sem romantização, sem discurso bonito, falando do que realmente pesa quando a responsabilidade deixa de ser só tua.

Conclusão: liderança é questão de quando.

Todo líder vai enfrentar situações desconfortáveis: a primeira demissão; liderar alguém mais velho e mais experiente; e sustentar autoridade sob pressão.

Não é uma questão de se isso vai acontecer. É uma questão de quando.

Se esse texto colocou em palavras algo que tu já sentias, mas ainda não conseguia nomear, salva.

Essa série existe para isso: para ensinar o essencial a quem virou chefe... e descobriu que ninguém ensinou o básico.



No próximo artigo, eu vou aprofundar um erro clássico da liderança iniciante: tentar ser o melhor técnico da equipe — e como isso sabota o teu desempenho como líder.

Porque liderança não começa no organograma. Começa dentro

Essa série é voltada para profissionais que estão vivendo a primeira posição de liderança, normalmente liderando equipes pequenas — de uma a dez pessoas — e que já perceberam que o jogo mudou... mas ninguém explicou as regras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O FICO DE TARCÍSIO

Logo após visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro na “Papudinha” (o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal), nessa quinta-feira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, selou o compromisso de permanecer no estado, definindo a hierarquia do campo opositor. Com sua decisão de buscar a reeleição, em vez de enfrentar o presidente Lula no plano nacional, Tarcísio acabou alterando drasticamente o tabuleiro eleitoral deste ano.

A DIREITA UNIDA

Ficou claro que a indicação de Flávio Bolsonaro (PL) como o candidato oficial da família, por meio de uma carta escrita de próprio punho pelo pai, serviu para blindar o “espólio político” de Jair Bolsonaro. Mesmo com pesquisas indicando que Tarcísio seria o nome mais competitivo contra Lula, a pressão da família Bolsonaro prevaleceu para garantir que o representante do movimento carregasse o sobrenome do expresidente. E ao declarar que se engajará na campanha do “01”, Tarcísio manteve a unidade da direita, evitando um racha que poderia isolá-lo em São Paulo. Nesse cenário, ele se posiciona como o grande gestor que dá suporte administrativo ao projeto nacional do PL.

DISPUTA EM SP

O “fico” de Tarcísio de Freitas no Palácio dos Bandeirantes, reafirmado nessa quinta-feira, também transformou a vicegovernadoria de São Paulo no espaço mais disputado da política paulista. Com o governador pavimentando o caminho para a reeleição, o posto de vice é visto não apenas como um cargo administrativo, mas como o bilhete de entrada para assumir o estado em 2030, caso Tarcísio dispute a Presidência no futuro. O PSD de Gilberto Kassab detém a vaga atualmente e luta para mantê-la, mas enfrenta uma divisão interna de perfis.

FELÍCIO E KASSAB

O atual vice-governador, Felício Ramuth, é o favorito de Tarcísio. Considerado “leal e discreto”, Ramuth oferece uma gestão sem sobressaltos políticos. Sua permanência na chapa é vista como a opção de “menor resistência” entre os demais aliados (PP, MDB e Republicanos). Mas o “supersecretário” de Governo e estrategista do PSD, Gilberto Kassab, não esconde o desejo de ocupar a cadeira, o que consolidaria seu projeto de governar São Paulo em 2030. No entanto, sua indicação enfrenta forte oposição do PL.

REUNIÃO COM SÍLVIO

Antes de visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro na Papudinha, em Brasília, o governador Tarcísio de Freitas se reuniu com o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho. Na pauta, investimentos planejados para os setores de portos e aeroportos, como a concessão do Porto de São Sebastião, a expansão do aeroporto de Congonhas e a construção do Túnel Santos-Guarujá — que teve contrato de quase R\$ 7 bilhões assinado ontem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

POLÍTICA - BOLSONARO VÊ CAIADO 'COM BONS OLHOS' NA DISPUTA PELO PLANALTO

Tarcísio de Freitas visita ex-presidente na prisão e diz que ele aprovou interesse do goiano e fez elogios

Do Estadão Conteúdo



Caiado e Bolsonaro mantêm boa relação e o ex-presidente tem um apreço pelo governador de Goiás

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez elogios à pré-candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), à Presidência da República e que o pleito dele e outros governadores como Ratinho Junior (PSD),

do Paraná, Romeu Zema (Novo), de Minas, e Eduardo Leite (PSD), do Rio Grande do Sul, fortalecem a direita na disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Tarcísio visitou Bolsonaro nesta quinta-feira, 29, na Papudinha, em Brasília. Ele estava acompanhado do vereador Carlos Bolsonaro, filho do ex-presidente.

“O presidente viu com bons olhos. O presidente elogiou o Caiado. O presidente tem um apreço pelo Caiado, uma consideração pelo trabalho que o Caiado fez ao longo da sua trajetória política. O presidente entende que é uma candidatura que soma também com esse projeto, que no final vai estar todo mundo junto contra o PT, não tenha dúvida disso”, disse Tarcísio.

Na terça-feira, 27, Caiado anunciou a desfiliação do União Brasil para completar a migração ao PSD, que tem outros dois candidatos à Presidência. Bolsonaro também viu essa mudança com bons olhos, segundo Tarcísio.

“O presidente então vê com esperança também e viu um movimento acertado e ficou satisfeito”, afirmou Tarcísio.

Caiado diz aceitar a escolha do presidente do PSD, Gilberto Kassab, para ser o candidato ao Palácio do Planalto em 2026. “Aquele que for escolhido (para ser candidato) levará essa bandeira de resgate daquilo que o povo espera: caráter, honra, independência intelectual para governar esse país. O que sair daqui candidato terá o apoio dos demais”, disse o governador.

Depois da visita, Tarcísio reforçou à imprensa que disputará a reeleição em São Paulo e apoiará o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como candidato à Presidência. “A gente conversa sobre isso desde 2023, que meu interesse é ficar em SP. não é controvérsia nenhuma. A gente tem um projeto (em São Paulo) que é de longo prazo”, disse. “Esse assunto (outra candidatura além de Flávio) não está em discussão. Já está consolidado.”

O governador também saiu satisfeito da visita a Bolsonaro reforçando que a relação continua boa. “A gente queria fazer essa visita ao presidente. Uma visita que a gente tinha se programado, queria muito transmitir meu abraço e solidariedade, falar do meu apreço e da minha gratidão e tinha uma tarefa muito difícil que era transmitir o abraço de muitas pessoas”, disse.

Tarcísio afirmou que Bolsonaro é muito querido pelo paulista. “Toda vez que faço evento em São Paulo são milhares de pessoas. É impressionante o carinho das pessoas e queria ser porta-voz desse carinho falar da saudade que as pessoas têm dele. Dizer que tem uma massa de brasileiros que torcem por ele. Foi esse o objetivo da visita. Ele vai sempre ter um grande amigo”, acrescentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

POLÍTICA - RATINHO JÚNIOR APOIA INDULTO AO EX-PRESIDENTE

Para pré-candidato à presidência, medidas de clemência poderiam ser consideradas como instrumento de pacificação

Da Agência Brasil Estadão Conteúdo

Cotado como candidato à Presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD), o governador do Paraná, Ratinho Júnior, afirmou ser favorável a um indulto ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aos condenados pelos atos de 8 de janeiro.

É a primeira vez que Ratinho admite publicamente apoiar a concessão de indulto aos condenados pela tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão por participação em uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

“Isso não foi discutido, mas eu sou favorável. Acho que uma maneira, não só para o presidente Jair Bolsonaro, mas para todos que participaram daquela manifestação no 8 de janeiro”, afirmou Ratinho Jr à CNN Brasil.

Na opinião do governador, as penas impostas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro foram excessivas e defendeu que os envolvidos respondam por crimes de vandalismo. Para sustentar o argumento, Ratinho Júnior citou episódios ocorridos no Paraná e afirmou que invasões à Assembleia Legislativa do Paraná protagonizadas por apoiadores do Partido dos Trabalhadores não resultaram em punições semelhantes.

“Já aconteceu no meu Estado, onde o PT invadiu a Assembleia Legislativa por duas vezes. Naquela época ninguém foi punido”, disse.

Para o governador, eventuais medidas de clemência poderiam ser consideradas como instrumento de pacificação. “Eu acho que esses vândalos estão errados, precisam ser tratados como criminosos em cima de um crime de vandalismo. Mas eu acho que se for necessário para pacificar o País, é necessário fazer isso”, concluiu Ratinho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

POLÍTICA - KASSAB DIZ QUE CANDIDATO DO PSD SERÁ ESCOLHA POLÍTICA

Os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; do Paraná, Ratinho Júnior; e de Goiás, Ronaldo Caiado, estão no páreo

Do Estadão Conteúdo



Kassab afirmou que a escolha se dará por meio de um conjunto de fatores analisados dentro do partido

O presidente nacional do PSD e secretário de Governo e Relações Institucionais de São Paulo, Gilberto Kassab, afirmou nesta quinta-feira, 28, em entrevista à Globonews, que o processo de escolha do candidato presidencial do seu partido terá “solução política”.

Atualmente, são três os postulantes: os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; do Paraná,

Ratinho Júnior; e de Goiás, Ronaldo Caiado.



“Nós temos o entendimento e os três estão de acordo de que haverá uma solução política conduzida pela direção do partido, que ouvirá as principais lideranças do partido no País”, disse Kassab.

“A pesquisa do momento é importante, evidente, mas quando você fala em solução política, ela envolve uma série de outros fatores: perspectivas, relacionamento, enfim.”

Kassab salientou que a escolha se dará por meio de um conjunto de fatores analisados. Ele admitiu não saber exatamente quais serão, mas será harmônica. Segundo ele, a realização de prévias carregam consigo o risco de indicar crise interna.

O secretário também reconheceu que o eleitor do PSD é “muito mais próximo” do eleitor do senador Flávio Bolsonaro (RJ-SP) do que do eleitor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, disse ainda, durante a mesma entrevista, que seu partido não é “de direita”.

“Estamos ocupando majoritariamente o campo da centro-direita. Há eleitor de centro-esquerda? Há. Mas, majoritariamente, estamos no centro-direita”, continuou. “Então, é quase natural que o eleitor do Flávio vote no nosso candidato no segundo turno, e vice-versa.”

De acordo com presidente do PSD, o partido tem atraído eleitores que, até então, se viam sem opção confortável no espectro político, tanto entre os que rejeitam a direita e votariam em Lula por falta de alternativa quanto entre os que não se identificam com o PT nem com o bolsonarismo. Na avaliação do dirigente, a pré-candidatura do PSD busca justamente ocupar esse espaço intermediário, oferecendo uma alternativa de perfil moderado.

O mais viável

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), afirmou que a decisão de quem será o candidato será a partir do perfil com “mais condições de se viabilizar” junto ao eleitorado. Também em entrevista ao jornal O Globo, Leite reiterou que haverá um debate interno liderado por Kassab.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, anunciou sua filiação ao partido na última terça-feira, 27, após não encontrar espaço para se lançar ao Planalto pelo União Brasil. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, também se coloca como pré-candidato pela legenda.

“Trata-se de um melhor entendimento da circunstância eleitoral e nesse contexto, de qual perfil tem mais condições de se viabilizar junto ao eleitorado”, disse Leite. “Portanto, não se trata de prévias. Não há critérios objetivos de votação ou de pesquisa de intenção de voto, embora as pesquisas possam ajudar a compreender esse contexto.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

POLÍTICA - “GRATIDÃO É UMA COISA, SUBMISSÃO É OUTRA”, DIZ LÍDER DO PARTIDO SOBRE TARCÍSIO

O secretário de Governo e Relações Institucionais de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), afirmou nesta quinta-feira, 29, que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) precisa deixar clara a diferença entre gratidão política e submissão ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo Kassab, desde o início da gestão, o governador tem adotado uma postura de respeito a Bolsonaro, a quem classificou como “um grande líder”, mas precisa avançar na construção de uma identidade própria. “Uma coisa é gratidão, reconhecimento, lealdade; outra coisa é submissão”, disse em entrevista ao UOL News.

Na avaliação do secretário, os gestos de reconhecimento ao ex-presidente são importantes e demonstram caráter, mas não substituem a afirmação de autonomia política. “São muito importantes os gestos dele, as ações dele de reconhecimento, de gratidão, porque isso mostra caráter”, afirmou.

Kassab disse ainda que Tarcísio reúne atributos que o colocam como uma liderança nacional e que essa condição exige posicionamento próprio. “Uma personalidade como ele, que é governador de São Paulo, que legitimamente tem as pretensões de comandar o País um dia, e, se não tem, muita gente no Brasil quer que ele tenha, precisa mostrar que tem a sua identidade”, declarou.

O secretário reforçou que o reconhecimento ao papel de Bolsonaro na trajetória política do governador deve ser permanente, inclusive no processo eleitoral que o levou ao Palácio dos Bandeirantes. “Ele tem que estar sempre mostrando qual foi a importância do ex-presidente Bolsonaro na sua carreira, na sua eleição de governador”, afirmou.

As declarações de Gilberto Kassab ocorrem na esteira da desistência do governador Tarcísio de Freitas de disputar a Presidência da República neste ano. Kassab havia manifestado publicamente apoio e entusiasmo com a eventual candidatura do aliado, mas Tarcísio recuou da ideia após o ex-presidente Jair Bolsonaro indicar o filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), como seu sucessor na corrida ao Palácio do Planalto.

Com a saída de cena do governador paulista, o Partido Social Democrático (PSD), presidido por Kassab, passou a trabalhar com três nomes como possíveis candidatos à Presidência: Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul; Ronaldo Caiado, governador de Goiás; e Ratinho Jr., governador do Paraná.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

POLÍTICA - SENADORES PEDEM QUEBRA DE SIGILOS DA ESPOSA DE MORAES

Eduardo Girão e Magno Malta apresentaram requerimento para abrir dados bancários e fiscais e apurar relação com o Banco Master

Do Estadão Conteúdo



Eduardo Girão (foto) disse que tem relevância o fato de a esposa de Moraes ter mantido contrato de alto valor com o Banco Master

Os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Magno Malta (PL--ES) apresentaram um requerimento na CPI do Crime

Organizado, no Senado Federal, pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

O pedido abrange o período de 1.º de janeiro de 2024 a 1.º de janeiro de 2026 e solicita o acesso a movimentações financeiras, dados fiscais, investimentos e registros em sistemas de controle do Estado, como Receita Federal, Banco Central e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Procurada por meio do escritório Barci de Moraes, Viviane não respondeu à reportagem. O espaço segue aberto. Segundo o requerimento, a medida tem como objetivo identificar eventuais padrões atípicos de movimentação financeira, nexos econômicos relevantes e possíveis vínculos que possam ser analisados no contexto das investigações da CPI, que apura a atuação de organizações criminosas e suas ramificações institucionais.

Na justificativa, Girão afirma que há informações amplamente divulgadas pela imprensa sobre a atuação do Banco Master junto a órgãos públicos. “Nesse contexto, assume especial relevância o fato de a Sra. Viviane Barci de Moraes ter mantido contrato de prestação de serviços advocatícios de



elevado valor econômico com o Banco Master, envolvendo atuação direta ou indireta perante diversos órgãos públicos estratégicos, como Banco Central do Brasil, COAF Receita Federal e PGFN”, argumenta o senador.

O senador sustenta que a apuração técnica deve verificar a compatibilidade entre os valores recebidos, a origem dos recursos, o fluxo financeiro e a efetiva prestação dos serviços contratados.

“O instrumento não possui caráter punitivo ou acusatório. Trata-se de ferramenta constitucional das CPIs, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, para apuração objetiva de fatos e identificação de eventuais padrões atípicos ou esquemas estruturados de favorecimento indevido, tráfico de influência ou ocultação de ilícitos”, afirma o autor do documento.

Ao subscrever o requerimento, Magno Malta afirma que o Parlamento tem o dever de fiscalizar situações que possam comprometer a transparência e a legalidade na administração pública, defendendo que relações pessoais ou vínculos familiares não podem funcionar como barreira à atuação do Congresso Nacional.

O requerimento foi protocolado na CPI do Crime Organizado e ainda precisa ser analisado pelos integrantes do colegiado. Caso aprovado, os órgãos competentes serão acionados para o envio das informações solicitadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

POLÍTICA - MOTTA ELOGIA ‘GÁS DO POVO’ E ANUNCIA VOTAÇÃO DA MP NA PRÓXIMA SEMANA

Iniciativa do governo pretende oferecer gás de cozinha gratuitamente a 15 milhões de famílias.

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), publicou um vídeo na rede social Instagram em que enaltece o programa Gás do Povo, lançado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para oferecer gás de cozinha gratuitamente a 15 milhões de famílias.

Na postagem, desta quinta-feira, 29, Motta reafirma a previsão de que ocorra na semana que vem a votação da Medida Provisória que viabiliza o programa. “O programa Gás do Povo, lançado pelo governo federal, é um grande avanço para o Brasil. Por isso, já na semana que vem, quando a Câmara retoma os seus trabalhos, votaremos a Medida Provisória que cria o programa”, declarou o presidente da Câmara.

O parlamentar prossegue: “Milhares de pessoas que cozinham com lenha passarão a cozinhar com gás, em segurança, sem prejudicar a saúde. Esta matéria não é sobre gás, é sobre inclusão energética. Esta ação beneficiará 15 milhões de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social”.

Na sequência, Motta diz que as famílias beneficiadas terão acesso à recarga de botijões de gás de forma gratuita. Segundo ele, são 10 mil postos de revenda já credenciados. “O programa dá dignidade, desaperta o orçamento familiar e dá cidadania”, afirma. “Se é bom para os brasileiros, é compromisso deste presidente e da Câmara dos Deputados. O trabalho continua”, conclui.

De acordo com a pauta da Câmara publicada mais cedo, os deputados realizarão a votação da Medida Provisória na próxima segunda-feira, 3 de fevereiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

POLÍTICA - LULA PASSA POR CIRURGIA DE CATARATA NESTA SEXTA-FEIRA

O presidente fez exames pré-operatórios no olho esquerdo nesta quinta-feira. Ele já havia operado o olho direito

Da Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará uma cirurgia de catarata no olho esquerdo. Segundo o Planalto, os exames pré-operatórios foram feitos nesta quinta-feira (29), em Brasília, confirmando as expectativas de que a cirurgia seja feita na sexta-feira (30).

Lula fez o mesmo procedimento em 2020, mas no olho direito. O presidente chegou nesta quinta de madrugada da viagem que fez ao Panamá, onde participou do Fórum Econômico Internacional – América Latina e Caribe 2026. Ele passou o dia na Granja do Torto.

A catarata é um processo natural de envelhecimento que resulta na perda da transparência do cristalino, que é a lente natural dos olhos, deixando-o opaco e esbranquiçado. Pode ocorrer também por outros motivos, como diabetes, uso de medicamentos com corticoides ou traumas oculares.

O indivíduo que tem esse problema tem a sensação de enxergar através de um vidro embaçado, como se estivesse em um ambiente esfumado ou nublado.

Por meio de procedimento cirúrgico, é possível substituir essa lente natural opaca por uma artificial transparente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - BRASIL E PANAMÁ FIRMAM ACORDO PARA COOPERAÇÃO PORTUÁRIA E LOGÍSTICA

Memorando de entendimento prevê parceria técnica, estudos para corredor verde e troca de tecnologia, além de visitas a estruturas estratégicas do Canal do Panamá

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os principais resultados da viagem está a assinatura de um Memorando de Entendimento entre Brasil e Panamá voltado à cooperação técnica no setor portuário

A missão oficial do governo federal ao Panamá, encerrada nesta quarta-feira (28), teve como foco a articulação de parcerias na área de infraestrutura e logística, com ênfase no setor portuário e na ampliação de rotas comerciais entre a América do Sul, a América Central e outros mercados internacionais. A agenda integrou a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país e contou com a participação do

ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho.

Entre os principais resultados da viagem está a assinatura de um Memorando de Entendimento entre Brasil e Panamá voltado à cooperação técnica no setor portuário, além de visitas técnicas a estruturas logísticas panamenhas consideradas estratégicas para o comércio internacional. A missão também incluiu reuniões bilaterais e participação em fóruns regionais, com discussões sobre investimentos, integração física e troca de tecnologia.

Durante a abertura do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026, realizado na Cidade do Panamá, o presidente Lula mencionou o avanço do programa Rotas de Integração Sul-Americana, iniciativa que reúne projetos de infraestrutura em diferentes modais. Segundo ele, o conjunto de obras em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, além de ferrovias e linhas de transmissão, tem potencial para ampliar o comércio entre os países da região. “Continuamos



empenhados em trabalhar com todos os países vizinhos. São dezenas de obras de melhoria de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos, além de infovias e linhas de transmissão, com potencial para dobrar o comércio intrarregional em poucos anos”, afirmou.

O OBJETIVO É FAZER UM CONJUNTO DE REUNIÕES BILATERAIS PARA FORTALECER A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOBRETUDO COM O OLHAR PARA O SETOR PORTUÁRIO, PARA O SETOR DA AVIAÇÃO, PARA O SETOR DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA E VER DE QUE FORMA O BRASIL PODE AMPLIAR AS PARCERIAS COM ESSES PAÍSES QUE FAZEM PARTE DE TODA ESSA REGIÃO”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

Na avaliação do ministro de Portos e Aeroportos, a presença da delegação brasileira no Panamá esteve concentrada na realização de reuniões bilaterais com foco nos setores portuário, aeroportuário e de infraestrutura. “O objetivo é fazer um conjunto de reuniões bilaterais para fortalecer a agenda do desenvolvimento econômico, sobretudo com o olhar para o setor portuário, para o setor da aviação, para o setor da infraestrutura brasileira e ver de que forma o Brasil pode ampliar as parcerias com esses países que fazem parte de toda essa região”, disse.

Parceria e corredor verde

A cooperação técnica firmada entre Brasil e Panamá no setor portuário foi um dos principais pontos da agenda. O Memorando de Entendimento estabelece quatro eixos de atuação conjunta: aumento da competitividade logística por meio da criação e fortalecimento de novas rotas marítimas, descarbonização das operações portuárias, modernização tecnológica — incluindo o uso de inteligência artificial e Big Data — e capacitação de profissionais do setor.

O acordo também prevê a realização de estudos para a criação de um “Corredor Verde” entre portos brasileiros e o Canal do Panamá. A rota movimentará cerca de 5,8 milhões de toneladas de cargas por ano e é considerada estratégica para o comércio exterior brasileiro. A proposta é incentivar o uso de combustíveis sustentáveis na navegação e adotar práticas alinhadas às metas internacionais de redução de emissões no transporte marítimo, sem alterar o volume ou a dinâmica das operações comerciais.

Como parte da programação no país, a comitiva brasileira realizou uma visita técnica às eclusas de Cocolí, uma das principais estruturas do Canal do Panamá. O complexo é responsável pela conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico e desempenha papel central na redução de distâncias nas rotas marítimas globais. Durante a visita, a delegação acompanhou aspectos operacionais do canal, utilizado anualmente por milhões de toneladas de cargas com origem ou destino no Brasil, especialmente nas trocas comerciais com a Ásia e a América do Norte.

Agenda política e regional

Além das atividades técnicas, a missão incluiu compromissos políticos e diplomáticos. Na noite de terça-feira (27), o ministro Silvio Costa Filho acompanhou o presidente Lula em reunião com o presidente do Chile, José Antonio Kast, em encontro voltado ao fortalecimento das relações bilaterais e à cooperação econômica.

Já na quarta-feira (28), a comitiva brasileira participou do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, evento organizado pelo CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina). No mesmo dia, representantes do governo brasileiro também se reuniram com o presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, em encontro bilateral realizado após a abertura do fórum. A conversa teve como tema central a infraestrutura física e as oportunidades de investimento entre os dois países, com foco na superação de gargalos logísticos e no estímulo ao comércio regional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - UNIÃO E MARANHÃO RENOVAM DELEGAÇÃO DO PORTO DO ITAQUI ATÉ 2050

Prorrogação antecipada do convênio garante a continuidade da gestão estadual e sustenta projetos de expansão e novos arrendamentos no terminal

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Participaram da cerimônia o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o governador Carlos Brandão, demais autoridades e representantes de empresas

A administração do Porto do Itaqui, no Maranhão, foi prorrogada por mais 25 anos após a assinatura de um termo aditivo ao convênio de delegação firmado entre o Governo Federal e o governo estadual. O ato foi formalizado nesta quinta-feira (29), em cerimônia realizada na área operacional do terminal, e garante que a gestão do complexo portuário permaneça sob responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) até meados da década de 2050.

A renovação abrange todo o complexo administrado pela Emap, incluindo o Cais de São José de Ribamar e os terminais de ferry-boat da Ponta da Espera e do Cujupe, responsáveis pela travessia entre a ilha de São Luís e o continente. A prorrogação foi formalizada de forma antecipada em relação ao vencimento do contrato anterior e, segundo os entes envolvidos, tem como objetivo assegurar previsibilidade institucional para a continuidade de investimentos públicos e privados.

Participaram da cerimônia o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o governador do Maranhão, Carlos Brandão, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Carvalho Dias, e a presidente da Emap, Oquerlina Costa, além de representantes de empresas arrendatárias e autoridades locais.

Localizado na baía de São Marcos, o Porto do Itaqui é um dos principais corredores logísticos do país para o escoamento de cargas agrícolas e minerais, especialmente grãos produzidos na região do Matopiba, que engloba áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O complexo também opera combustíveis, fertilizantes e cargas gerais, além de manter integração ferroviária com as malhas Norte-Sul, Carajás e Transnordestina.

Durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos afirmou que a renovação do convênio está associada ao desempenho operacional recente do terminal. “O Porto do Itaqui hoje é uma referência do Nordeste e do Brasil. Nos últimos quatro anos, esse porto teve uma média de mais de 10% de crescimento. É um dos portos que mais cresceram no Brasil, especialmente no transporte de grãos e de minério. Fechamos o ano de 2025 com quase 37 milhões de toneladas transportadas”, disse Silvio Costa Filho. Segundo ele, a expectativa é de que o terminal amplie sua participação como alternativa logística para a produção do Norte e do Nordeste.

Dados apresentados indicam que o Itaqui encerrou 2025 com movimentação de aproximadamente 36,8 milhões de toneladas, o maior volume já registrado pelo porto. De acordo com números da Antaq, o crescimento foi de cerca de 8% em relação ao ano anterior. Desde a estadualização da gestão, em 2001, o terminal acumulou movimentação superior a 497 milhões de toneladas.

Segurança jurídica

O governador Carlos Brandão destacou que a prorrogação antecipada do convênio busca oferecer maior segurança jurídica para operadores e investidores. “A gente renova essa concessão por mais 25 anos, garantindo segurança jurídica e política para que os empresários possam investir e ter a segurança de que o porto está bem administrado”, afirmou.

A Antaq avalia que o aditivo contratual vai além da extensão do prazo. Segundo o diretor-geral da agência, Frederico Carvalho Dias, a renovação incorpora ajustes voltados ao aperfeiçoamento da gestão e à continuidade dos investimentos. “Não se trata de uma mera renovação. Ocorre aqui também um aperfeiçoamento e uma modernização da gestão portuária, para que a gente obtenha mais eficiência e continue realizando os investimentos que o país precisa”, afirmou.

Com o novo horizonte contratual, o Porto do Itaqui tem previstos para 2026 dois leilões de áreas dentro do complexo. A área IQI15 é destinada à movimentação de granéis sólidos vegetais, como soja, milho e trigo. Já a IQI16 é voltada à operação de granéis sólidos minerais, incluindo fertilizantes. A estimativa é de que os dois arrendamentos atraiam cerca de R\$ 1,3 bilhão em investimentos.

A renovação também permitiu a continuidade de projetos em andamento, como a implantação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações (VTMIS), financiado com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento previsto de R\$ 36,3 milhões. Outro projeto em curso é a construção do Berço 98, destinado à ampliação da capacidade de atracação do terminal.

Do ponto de vista econômico, o Porto do Itaqui é apontado pelo governo estadual como um dos principais ativos do Maranhão. Estimativas oficiais indicam que as atividades do complexo respondem por cerca de 35% da arrecadação de ICMS do estado e geram mais de 100 mil empregos diretos e indiretos ao longo da cadeia logística.

Durante a cerimônia, a presidente da Emap, Oquerlina Costa, mencionou iniciativas relacionadas à agenda ambiental e à modernização da gestão, incluindo a elaboração de um plano de descarbonização e o recebimento do Selo Pró-Clima, concedido pela Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABPD). Segundo a administração, critérios ambientais deverão ser considerados nos próximos ciclos de investimento.

Com a renovação do convênio de delegação, a Emap passa a operar com um horizonte de planejamento de 25 anos. A expectativa é de ampliação gradual da capacidade do porto e diversificação das cargas, condicionadas à efetivação dos investimentos previstos, à realização dos leilões anunciados e às condições do comércio exterior nos próximos anos. A execução do novo contrato será acompanhada pela Antaq, com foco no cumprimento das obrigações regulatórias, na eficiência operacional e na modicidade tarifária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - CMA CGM CRIA JOINT VENTURE GLOBAL PARA REUNIR DEZ TERMINAIS PORTUÁRIOS

Nova empresa, formada com a gestora americana Stonepeak, inclui ativos em seis países e terá valor de mercado estimado em US\$ 10 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo as companhias, os recursos aportados pela Stonepeak serão reinvestidos no crescimento da operação e na ampliação da capacidade da cadeia de suprimentos

A CMA CGM anunciou na quarta-feira, 28 de janeiro, a criação de uma joint venture com a gestora americana Stonepeak para administrar dez terminais portuários operados pela companhia em diferentes países, incluindo o terminal da Santos Brasil, no porto de Santos.



A nova empresa, que se chamará United Ports LLC, terá a Stonepeak como sócia com 25% de participação, mediante um aporte de US\$2,4 bilhões. Com a operação, o valor de mercado da companhia combinada é estimado em US\$ 10 bilhões.

A joint venture reunirá os seguintes ativos: Los Angeles Fenix Marine Services, os terminais Port Liberty Nova York e Bayonne, nos Estados Unidos; Santos Brasil; CSP Valencia e CSP Bilbao; Terminal Marítimo de Guadalquivir e TTI Algeciras, na Espanha; Terminal Freeport de Nhava Sheva, na Índia; Terminal CMA CGM Kaohsiung, em Taiwan; e Gemalink, no Vietnã.

“Por meio dessa parceria estratégica, reunimos dez terminais operados pela CMA CGM em seis países. Ao unir forças, fortalecemos nossa capacidade de investir ainda mais em nossos terminais”, afirmou Rodolphe Saadé, presidente e CEO da CMA CGM, em comunicado conjunto das empresas.

Segundo as companhias, os recursos aportados pela Stonepeak serão reinvestidos no crescimento da operação e na ampliação da capacidade da cadeia de suprimentos. O acordo também prevê a possibilidade de financiamento adicional de até US\$3,6 bilhões para o desenvolvimento de futuros projetos conjuntos de terminais portuários.

A conclusão da transação está prevista para o segundo semestre de 2026, condicionada às aprovações regulatórias.

A Stonepeak é uma gestora de investimentos em infraestrutura com cerca de US\$ 80 bilhões em ativos sob gestão, com atuação nos setores de transporte e logística, infraestrutura digital, energia e imobiliário. A empresa também controla a Trac Intermodal, provedora de infraestrutura para movimentação de contêineres nos Estados Unidos.

“Os terminais de contêineres desempenham um papel essencial no comércio global e estão entre os ativos de infraestrutura de transporte mais difíceis de substituir ou replicar”, afirmou James Wyper, diretor-geral sênior e responsável pelas áreas de private equity e logística da Stonepeak, em comunicado.

A CMA CGM concluiu a aquisição do controle da Santos Brasil em 2024, após comprar participações que levaram a companhia a deter 51% do capital. Posteriormente, realizou uma oferta pública de aquisição para fechar o capital da empresa.

Mesmo após a mudança de controle, a Santos Brasil mantém seu plano de investimentos no país. Até 2031, a companhia prevê aportes de R\$ 3 bilhões na ampliação e modernização do terminal de Santos, sendo R\$ 2 bilhões já realizados. Em janeiro, a empresa recebeu novos guindastes de cais e de pátio elétricos, com investimento de R\$ 300 milhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - TECON SANTOS 10: COSCO QUESTIONA VETO A ARMADORES NO LEILÃO

Gigante chinesa do transporte marítimo enviou manifestação técnica ao Cade contra recomendações que limitam concorrência

Por **JUNIOR BATISTA** redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Cosco Shipping, uma das maiores empresas de transporte marítimo do mundo, enviou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) uma manifestação técnica na qual contesta recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o leilão do Tecon Santos 10, no Porto de Santos. A corte de contas sugeriu a proibição da participação de armadores no certame, com o objetivo de preservar a neutralidade comercial do terminal.

A recomendação do TCU, apresentada em dezembro, busca evitar a chamada verticalização, situação em que um mesmo grupo empresarial atua tanto no transporte marítimo quanto na operação portuária. Para o tribunal, esse modelo poderia afetar a concorrência no setor.



Presente no Brasil desde 1994, a Cosco Shipping atua principalmente no comércio internacional e opera navios de grande porte, com capacidade superior a 14 mil TEU

No documento encaminhado ao TCU, a Cosco argumenta que a integração vertical não é, por si só, prejudicial à concorrência e que, ao contrário, pode gerar ganhos de eficiência logística e redução de custos. A empresa também sustenta que a exclusão de grandes players internacionais do leilão tende a reduzir a

competitividade do processo, afastando potenciais investidores com capacidade financeira e operacional para tocar um projeto de grande porte.

Presente no Brasil desde 1994, a Cosco Shipping atua principalmente no comércio internacional e opera navios de grande porte, com capacidade superior a 14 mil TEU, integrando rotas globais de longo curso.

Concorrido

O Tecon Santos 10 é tratado como um megaterminal estratégico para o futuro do maior porto da América Latina. O projeto prevê a ampliação da capacidade do Porto de Santos em mais de 3 milhões de TEU, com investimento estimado em mais de R\$ 6 bilhões.

Para o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, o empreendimento é considerado fundamental para sustentar o crescimento da movimentação de contêineres e a competitividade do complexo portuário nos próximos anos. “Há uma expectativa enorme, estamos falando de um dos mais importantes leilões do Porto de Santos e do País”, diz.

Pelo modelo encaminhado neste mês à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o leilão deverá ocorrer em duas etapas. A primeira fase seria restrita a novas empresas, enquanto a segunda permitiria a participação de companhias que já atuam no Porto de Santos, formato que ainda está em análise pelos órgãos de controle e regulação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ DISCUTE AMPLIAÇÃO E NOVO PERFIL OPERACIONAL DA ÁREA SSB01

Projeto de arrendamento no Porto de São Sebastião passou por segunda audiência pública após mudanças na modelagem do terminal

Da Redação redacao.jornal@redenebnews.com.br

Localizada no Porto de São Sebastião, é destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, cargas gerais e, com a nova modelagem, também de contêineres

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários realizou nesta segunda-feira (26) audiência pública para aprofundar o debate e receber contribuições da sociedade sobre o projeto de arrendamento da área SSB01, localizada no Porto Organizado de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. O encontro teve como foco as mudanças introduzidas na modelagem do terminal, que ampliaram o escopo operacional, a área física e o volume de investimentos previstos.

Esta foi a segunda audiência pública dedicada ao tema. A primeira etapa já havia discutido diretrizes iniciais do arrendamento, mas, segundo a Antaq, a nova rodada tornou-se necessária após ajustes relevantes no projeto. Entre os principais pontos apresentados estiveram a inclusão da movimentação de cargas containerizadas, além de graneis sólidos e cargas gerais, a ampliação da área total do terminal para 426.949 metros quadrados e o aumento dos investimentos obrigatórios associados ao contrato.

O debate ocorreu de forma virtual e contou com a participação de 27 pessoas, entre representantes do setor portuário, operadores logísticos, consultores, advogados e demais interessados. Durante a audiência, os participantes puderam se manifestar sobre aspectos técnicos do projeto, critérios de investimento, impactos logísticos e possíveis reflexos do novo terminal para a dinâmica do porto e da região.

A área SSB01 é considerada estratégica dentro do complexo portuário paulista. Localizada no Porto de São Sebastião, é destinada à movimentação e armazenagem de graneis sólidos, cargas gerais e, com a nova modelagem, também de contêineres. O prazo de arrendamento previsto é de 35 anos, com estimativa de investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões ao longo do contrato. A ampliação do escopo para a movimentação de cargas containerizadas foi um dos pontos centrais da audiência. A Antaq avaliou que a inclusão desse tipo de carga pode aumentar a atratividade econômica do terminal, diversificar as operações e ampliar a integração do porto com cadeias logísticas mais complexas, desde que respeitados critérios ambientais, urbanísticos e de segurança operacional.

Outro ponto discutido foi a expansão da área física do terminal. O aumento para mais de 426 mil metros quadrados, segundo a agência, busca acomodar de forma mais adequada as operações previstas, permitir maior eficiência no layout do terminal e viabilizar os investimentos obrigatórios associados ao projeto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO E TERMINAIS PORTUÁRIOS ALINHAM AGENDA PARA 2026

Reunião do conselho deliberativo da ABTP reuniu MPor, empresas e agências reguladoras para discutir investimentos, leilões e atualização do marco regulatório

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Os diálogos têm abordado temas como políticas regulatórias, simplificação normativa, segurança jurídica, inovação tecnológica, sustentabilidade e práticas de governança

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) participou, na quarta-feira (28), em São Paulo, da primeira reunião do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) em 2026. O encontro reuniu

representantes de empresas associadas e autoridades do setor para avaliar os resultados do ano anterior, discutir o planejamento do governo federal para os próximos meses e debater temas regulatórios e de competitividade da atividade portuária.

A reunião integrou a agenda institucional da ABTP, que congrega empresas responsáveis pela operação de centenas de terminais portuários privados e arrendados no país e por parcela relevante da movimentação de cargas e da cadeia logística brasileira. Segundo a entidade, o objetivo dos encontros é fortalecer a interlocução entre o poder público e a iniciativa privada, reduzir assimetrias de informação e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao setor.



A ABTP reúne cerca de 80 empresas associadas, responsáveis pela operação de aproximadamente 250 terminais portuários em todo o país, entre instalações privadas e áreas arrendadas. Essas empresas respondem por uma parcela expressiva da movimentação de cargas no Brasil e têm peso relevante na formação do Produto Interno Bruto ligado à cadeia logística, segundo a própria entidade. A associação vem ampliando sua atuação institucional junto ao Executivo, ao Legislativo e às agências reguladoras, com foco em temas que impactam diretamente a operação e a expansão dos terminais.

O secretário-executivo do MPor, Tomé Franca, afirmou que a aproximação com a associação permite ao ministério conhecer com maior precisão o panorama atualizado do segmento e as pautas consideradas prioritárias pelas empresas. De acordo com ele, o diálogo permanente com o setor privado é um instrumento para a formulação de políticas mais alinhadas à realidade operacional dos portos, com impactos sobre o ambiente de negócios, a geração de empregos e a eficiência logística.

Durante as discussões, representantes do governo e do setor privado abordaram desafios regulatórios e logísticos relacionados à previsibilidade jurídica, à simplificação de normas e à necessidade de atualização do marco legal portuário. As pautas incluíram ainda questões ligadas à incorporação de novas tecnologias, à sustentabilidade das operações e à adoção de melhores práticas de governança, consideradas fatores relevantes para a competitividade dos portos brasileiros no cenário internacional.

Durante o encontro, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, apresentou um balanço das ações do ministério na área portuária ao longo de 2025. Entre os destaques, citou a realização de oito leilões de ativos portuários, que somaram cerca de R\$ 10,3 bilhões em investimentos previstos. Nesse conjunto estão incluídos o leilão do Túnel Santos-Guarujá, considerado a maior obra do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com aporte estimado em R\$ 6,8 bilhões, e a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, a primeira do tipo no país.

Ávila também mencionou a programação de 18 leilões previstos para este ano, com destaque para as concessões dos canais de acesso aos portos de Salvador, Itajaí, Rio Grande e Santos, além do terminal de contêineres Santos 10 (Tecon Santos 10). Segundo o secretário, a concessão do novo terminal deve ampliar em 50% a capacidade de movimentação do Porto de Santos, o maior do país, com reflexos diretos sobre o comércio exterior brasileiro.

Do lado do setor privado, o presidente da ABTP, Jesualdo Silva, ressaltou a importância do encontro para alinhar expectativas, especialmente em relação à atualização do marco regulatório portuário. Ele citou a tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei 733, que trata da regulação da atividade, e avaliou que o debate com o governo é fundamental em um momento de possível revisão das regras do setor.

Além de Tomé Franca e Alex Ávila, representaram o Ministério de Portos e Aeroportos a secretária-executiva adjunta, Thairyne Oliveira. Também participaram das discussões o presidente do Conselho Deliberativo da ABTP, Roberto Oliva, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, e o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Lucas Asfor.

Temas

Segundo a ABTP, os diálogos com autoridades federais e regulatórias têm abordado temas como políticas regulatórias, simplificação normativa, segurança jurídica, inovação tecnológica, sustentabilidade e práticas de governança. A expectativa da entidade é que a continuidade desses encontros contribua para a construção de soluções de longo prazo voltadas à modernização da infraestrutura portuária e ao aumento da competitividade logística do país.

A ABTP informou que a expectativa é de que os diálogos institucionais mantidos com o Ministério de Portos e Aeroportos e com as agências reguladoras resultem, ao longo de 2026, em ações concretas, como a atualização de normativos, o avanço de parcerias público-privadas e o desenvolvimento de estudos técnicos para subsidiar decisões governamentais e empresariais. Para a entidade, a

continuidade desse modelo de interlocução tende a favorecer investimentos, modernização tecnológica e a expansão da infraestrutura logística nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES – NAVEGAÇÃO - CONSTRUÇÃO NAVAL CONCENTRA MAIOR PARTE DOS RECURSOS DO FMM EM 2025

Dos R\$ 3,85 bilhões aplicados no ano, R\$ 2,45 bilhões foram direcionados à produção de embarcações para diferentes segmentos da navegação

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Do total de R\$ 3,85 bilhões destinado pelo Fundo da Marinha Mercante ao setor naval e aquaviário em 2025, R\$ 2,45 bilhões foram direcionados à construção de embarcações

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou R\$ 3,85 bilhões ao setor naval e aquaviário no ano de 2025, para ampliar os investimentos na construção de embarcações, na infraestrutura portuária e aquaviária e no fortalecimento da indústria naval brasileira. Com os recursos, houve impacto direto na geração de empregos, no fortalecimento da cadeia produtiva e na modernização do transporte aquaviário. Os valores também representaram crescimento de 107,4% em

relação a 2024.

A maior parcela do volume aplicado, R\$ 2,45 bilhões, foi direcionada à construção de embarcações, principal foco do fundo. Outros R\$ 361 milhões financiaram obras de infraestrutura portuária e aquaviária, R\$ 70,8 milhões foram destinados à modernização de estaleiros e R\$ 959,3 milhões corresponderam a ressarcimentos à Receita Federal do Brasil.

Os recursos voltados à construção naval contemplaram projetos de diferentes perfis, incluindo embarcações de apoio marítimo, comboios fluviais, rebocadores, balsas, navios-tanque e embarcações destinadas ao transporte de cargas e passageiros. A diversificação dos projetos reflete a atuação do fundo tanto na navegação de longo curso quanto na cabotagem e na navegação interior, segmentos considerados essenciais para a logística nacional.

Já os investimentos em infraestrutura portuária e aquaviária abrangeram obras de ampliação e recuperação de terminais, melhoria de acessos aquaviários, dragagens, implantação de sistemas operacionais e adequações para aumento da capacidade de movimentação de cargas. Esses projetos visam dar suporte ao crescimento da frota e à expansão da demanda pelo transporte aquaviário em diferentes regiões do país.

O Fundo da Marinha Mercante é alimentado, principalmente, por recursos do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e opera como instrumento de financiamento de longo prazo para o setor. Os projetos aprovados passam por análise técnica e financeira e podem ser contratados junto a agentes financeiros credenciados, com condições específicas para cada tipo de empreendimento.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os investimentos mostram o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento do setor e com a redução das desigualdades regionais. “Os recursos do Fundo fortalecem a indústria naval, geram empregos e ampliam a capacidade do transporte aquaviário, especialmente em regiões onde são fundamentais para o abastecimento e a integração do país”, afirmou.



Ao longo de 2025, o fundo aprovou 771 projetos, que somam R\$ 31,8 bilhões em financiamentos, envolvendo iniciativas de construção naval, infraestrutura aquaviária e modernização do parque industrial do setor. Desse total, 152 projetos avançaram para a fase de contratação, com R\$ 7,7 bilhões formalizados, permitindo o início das obras e das atividades previstas. Esses empreendimentos devem gerar cerca de 15.443 empregos diretos. Além disso, foram realizadas 166 operações com recursos de contas vinculadas, que totalizaram R\$ 708,7 milhões.

Investimentos regionais

Na Região Norte, as contas vinculadas ao Fundo anteciparam investimentos, concentrando 53% dos recursos aplicados. A região é estratégica para o transporte aquaviário e para a integração logística do país, especialmente em áreas onde os rios são as principais vias de deslocamento.

Os financiamentos do fundo também se concentraram nas regiões Sul e Sudeste, conforme a demanda dos projetos apresentados, enquanto as contas vinculadas reforçaram os investimentos em regiões com maior dependência da navegação interior.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, os investimentos do Fundo têm efeito direto na economia e no abastecimento do país. “Cada projeto apoiado gera empregos, movimenta a economia local e melhora o transporte de cargas, fortalecendo a ligação do Norte e do Nordeste com o restante do Brasil”, destacou.

Novas aprovações

Para 2026, o Fundo da Marinha Mercante seguirá como eixo central da política de fomento à indústria naval e à infraestrutura aquaviária. A programação prevê até R\$ 34 bilhões em recursos destinados a novas aprovações de projetos, ampliando o apoio à construção naval, à modernização da frota e ao fortalecimento da cadeia produtiva do setor. Também está prevista a formalização de cerca de R\$ 8 bilhões em novas contratações, permitindo que projetos já aprovados avancem para a fase de execução, com impacto direto na geração de empregos, no aumento da capacidade logística e no desenvolvimento regional.

Em janeiro, a 1ª Reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) terá como foco a priorização de projetos portuários, com possibilidade de destinação de até R\$ 4,8 bilhões para iniciativas voltadas à ampliação, modernização e eficiência da infraestrutura portuária e aquaviária.

O secretário Otto Luiz Burlier afirmou ainda que a agenda prevista reforça o planejamento de longo prazo e a previsibilidade dos investimentos, “assegurando a continuidade do fomento ao setor, a integração do território nacional, a redução das desigualdades regionais e um transporte de cargas mais eficiente, com reflexos positivos no abastecimento e na economia da população.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - AEROPORTOS LIDERAM ENTRADA DE TURISTAS E IMPULSIONAM RECORDE DO TURISMO

Via aérea concentrou 66% dos visitantes estrangeiros em 2025, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro como principais portas de entrada

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O transporte aéreo firmou-se como a grande força do turismo internacional brasileiro em 2025. Dados da Polícia Federal e do Ministério do Turismo, consolidados pela Embratur, revelam que 6.132.901 visitantes internacionais chegaram ao país por avião ao longo do ano passado. O número representa um crescimento expressivo, de 33,2%, em comparação a 2024. Esse volume confirma a liderança absoluta dos aeroportos na escolha dos turistas. A via aérea foi a porta de entrada para 66,04% do total de 9,2 milhões de estrangeiros e brasileiros residentes no exterior, que visitaram o Brasil em 2025, superando as vias terrestre, marítima e fluvial somadas.



Apenas pelos aeroportos de São Paulo, entraram 2.737.901 visitantes internacionais. O Rio de Janeiro aparece na sequência, tendo sido a porta de entrada para 2.130.991 turistas

Nesse cenário de alta demanda, os terminais da região Sudeste concentraram o maior fluxo de chegada. Apenas pelos aeroportos do estado de São Paulo, entraram 2.737.901 visitantes internacionais. O Rio de Janeiro aparece na sequência, tendo sido a porta de entrada para 2.130.991 turistas. O ranking dos principais estados de acesso por via aérea inclui ainda Santa Catarina (488.114), Bahia (202.335)

e Ceará (112.643), evidenciando a capilaridade da malha internacional para além do eixo Rio-São Paulo.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números provam que a conectividade aérea é a alavanca do turismo. “Quando garantimos aeroportos modernos e seguros, estamos dizendo ao mundo que o Brasil está pronto para receber. O turista internacional exige eficiência na chegada, e esse crescimento no fluxo de visitantes mostra que nossa infraestrutura está cumprindo seu papel de conectar o país aos grandes emissores globais, gerando emprego e divisas aqui dentro”, disse.

“Quando garantimos aeroportos modernos e seguros, estamos dizendo ao mundo que o Brasil está pronto para receber” Silvio Costa Filho

A atração de visitantes também foi impulsionada pelo aumento da oferta de voos. Em 2025, foi registrado um crescimento de 14,1% na oferta de assentos, batendo recorde histórico pelo segundo ano consecutivo. Com tarifas aéreas em queda (redução real de 10,9% no acumulado desde 2022) e um ambiente regulatório seguro, o Brasil consolidou-se como um destino acessível e competitivo.

Infraestrutura preparada

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o fluxo recorde valida os investimentos realizados na modernização da infraestrutura. O sistema aeroportuário nacional não apenas suportou a chegada desses 6,1 milhões de visitantes internacionais, como operou, no total, a movimentação histórica de 130 milhões de passageiros em 2025 (somando voos domésticos e internacionais), conforme balanço da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

Para ser capaz de absorver esse crescimento de demanda, a qualificação da infraestrutura foi tratada como prioridade estratégica. O setor aéreo recebeu atenção especial dentro do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal), com uma carteira de projetos que soma R\$ 1,8 bilhão, contemplando melhorias em 31 aeroportos de 16 estados.

Além disso, a confiança do mercado na clareza e segurança regulatória do Brasil se traduziu em maior aporte de recursos. O ano de 2025 registrou R\$ 2,6 bilhões em investimentos privados, somados a R\$ 608,4 milhões em investimentos públicos diretos, garantindo a modernização contínua dos terminais e a melhoria da experiência de quem visita o Brasil. Para 2026, a meta do MPor é seguir ampliando a conectividade internacional, com foco na atração de novas rotas para aeroportos do Nordeste e Norte, descentralizando ainda mais as portas de entrada do turismo no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMBRAER ENCERRA 2025 COM CARTEIRA DE PEDIDOS RECORDE DE US\$ 31,6 BILHÕES

Volume é 20% superior ao de 2024, com liderança da aviação comercial e alta nas encomendas de jatos regionais

Da Agência Brasil



A Embraer fechou o ano de 2025 com uma carteira de pedidos de US\$ 31,6 bilhões, a maior de sua história. O resultado é 20% superior ao registrado no final de 2024.

O segmento da aviação comercial da companhia foi o que registrou mais pedidos em valor (US\$ 14,5 bilhões), seguido da aviação executiva (US\$ 7,6 bilhões), serviços e suporte (US\$ 4,9 bilhões), defesa e segurança (US\$ 4,6 bilhões).

Em número de aeronaves encomendadas, o segmento da aviação comercial totalizou 1.471 pedidos: o modelo E175 liderou, com 1.003 encomendas, seguido do E195-E2 (401) e do E190-E2 (67). As companhias que fizeram mais pedidos foram SkyWest-EUA (288), American Airlines-EUA (204), e Republic Airlines-EUA (187).

Em defesa e segurança, o KC-390 Millennium foi o mais encomendado (46 pedidos) principalmente pela Força Aérea Brasileira (18), Força Aérea Holandesa (5), e Força Aérea Austríaca (4). Já o A-29 Super Tucano recebeu 39 encomendas, principalmente da Força Aérea Portuguesa (12), Força Aérea Uruguaia (6) e Força Aérea do Panamá (4).

Em 2025, a companhia entregou 244 aeronaves, um crescimento de 18% em comparação às 206 entregues em 2024. As entregas, em número de aeronaves, foram lideradas pelo segmento de aviação executiva (155 entregas), seguido da aviação comercial (78) e defesa e segurança (11).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS FECHA 2025 COM 12,1 BILHÕES DE BARRIS EM RESERVAS

Segundo critérios da SEC, estatal adicionou 1,7 bilhão de barris de óleo equivalente no ano e alcançou índice de reposição de reservas de 175%

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A principal contribuição para a adição de reservas veio do desempenho de ativos já em operação, com destaque para os campos de Búzios, Tupi, Itapu e Mero, na Bacia de Santos de terras

A Petrobras encerrou 2025 com estimativa de 12,1 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) em reservas provadas de óleo, condensado e gás natural, segundo critérios da Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos. Do total, 84% correspondem a óleo e condensado, enquanto 16% referem-se a gás natural, de acordo com dados divulgados pela companhia.

Ao longo de 2025, a estatal adicionou cerca de 1,7 bilhão de boe às suas reservas provadas. Mesmo com o registro de produção recorde no período, o índice de reposição de reservas (IRR) atingiu 175%, indicador que mede a capacidade de recompor os volumes produzidos. Já a relação entre reservas provadas e produção (R/P) foi estimada em 12,5 anos, considerando os níveis atuais de extração.

Segundo a Petrobras, a principal contribuição para a adição de reservas veio do desempenho de ativos já em operação, com destaque para os campos de Búzios, Tupi, Itapu e Mero, localizados na Bacia de Santos. Também houve impacto do avanço no desenvolvimento dos campos de Budião, Budião Noroeste e Budião Sudeste, em águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas, além da

perfuração e desenvolvimento de novos poços, principalmente nos campos de Búzios, Tupi, Marlim Sul e Jubarte, nas bacias de Santos e de Campos.

De acordo com a companhia, não foram registradas alterações relevantes nas estimativas de reservas em função de variações no preço do petróleo ao longo do ano, uma vez que os projetos considerados permanecem economicamente viáveis dentro dos parâmetros adotados nos cálculos.

A Petrobras avalia que, diante da produção projetada para os próximos anos, será necessário manter investimentos voltados à ampliação do fator de recuperação dos ativos já descobertos, além de avançar na exploração de novas áreas e na diversificação do portfólio exploratório, tanto no Brasil quanto no exterior, com o objetivo de repor volumes de petróleo e gás natural.

Mais de 90% das reservas provadas da companhia foram submetidas a processo de certificação segundo os critérios da SEC. Atualmente, a empresa responsável pela certificação independente é a consultoria DeGolyer and MacNaughton (D&M).

Além das estimativas com base nos critérios da SEC, a Petrobras também divulga números de reservas segundo a metodologia da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), alinhada às diretrizes da Society of Petroleum Engineers (SPE). Por esse critério, as reservas provadas da companhia somavam 12,5 bilhões de barris de óleo equivalente em 31 de dezembro de 2025.

A diferença entre os volumes estimados segundo os critérios SEC e ANP/SPE está associada, principalmente, ao uso de premissas econômicas distintas e à possibilidade, prevista no regulamento técnico da ANP, de considerar como reservas volumes localizados além do prazo contratual de concessão dos campos no Brasil, o que não é admitido pela metodologia da SEC.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

ENERGIA - TCU COBRA ANEEL SOBRE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE USINAS DA ENEVA

Agência terá 15 dias para responder se vai participar de comitê sobre o tema e se tem estudos técnicos de 4 termelétricas

Do Estadão Conteúdo



O caso envolve controvérsias enfrentadas nos contratos de 4 usinas termelétricas, entre elas a do Complexo de Parnaíba organizado da cadeia

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, determinou a realização de diligência junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a possível solução consensual relacionada aos contratos de quatro usinas termelétricas da Eneva.

O órgão regulador terá 15 dias para responder sobre essa possibilidade, contados a partir da ciência do despacho assinado na quarta-feira, 28, pelo presidente da Corte de Contas.

O caso envolve controvérsias enfrentadas nos contratos das seguintes usinas termelétricas: Maranhão III Parnaíba II; MC2 Nova Venécia 2 Parnaíba VI; Azulão II e Azulão IV. As duas primeiras estão localizadas em Santo Antônio dos Lopes, no Maranhão. Já as duas últimas estão localizadas em Silves, no Amazonas.

Além de avaliar a possível participação em comissão de solução consensual no TCU, Aneel também precisará informar sobre a existência de estudo com informações sobre as usinas termelétricas que



poderiam ser desligadas no caso de redução da inflexibilidade contratual. Nesse escopo, também precisará ser respondido o montante de redução da inflexibilidade. A controvérsia central com as usinas da Eneva está justamente neste ponto.

A inflexibilidade na geração de energia elétrica significa que uma usina não pode alterar a sua geração de energia de acordo com a eventual demanda do sistema, seja para reduzir ou para aumentar a geração. É o montante de geração de energia elétrica previsto contratualmente. Eventuais alterações dependem de mudanças nos contratos.

A solicitação de solução consensual foi formulada pelo ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, em outubro de 2025 para as controvérsias sobre as quatro usinas. A Pasta argumentou que a flexibilização contratual é “elemento-chave para preservar a eficiência do Sistema Interligado Nacional em cenário de excedentes energéticos”, conforme informações do despacho.

O problema está relacionado ao cortes de geração, curtailment, no jargão técnico. O MME apontou ao TCU que a expansão das fontes renováveis com geração intermitentes (solar e eólica, por exemplo) gerou uma “sobreoferta estrutural” em determinados períodos do dia. Isso tem resultado na necessidade de interromper frequentemente a geração de alguns empreendimentos.

Como há restrições do ponto de vista da infraestrutura de rede de transmissão, bem como na relação entre oferta e demanda, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisa de maior maleabilidade na gestão do “entra ou sai” em termos de geração de energia elétrica. Porém, no caso das usinas da Eneva, a inflexibilidade na geração garante previsibilidade em relação aos contratos de combustível, além de assegurar receita estável aos geradores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA DE 3% À MEDIDA QUE CRESCEM AS PRESSÕES CONTRA O IRÃ

Donald Trump continua a ameaçar o país do Oriente Médio com uma resposta militar. Tensão ampliada mexe com o mercado

Do Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em alta perto de 3% nesta quinta-feira, 29, enquanto investidores ponderam o aumento das pressões dos europeus e dos EUA contra o Irã. O presidente Donald Trump continuou a ameaçar o país do Oriente Médio com uma resposta militar, caso as negociações por um acordo nuclear fracassem.

O petróleo WTI para março negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex) fechou em alta de 3,3% (US\$ 2,10), a US\$ 65,01 o barril. Já o Brent para abril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), avançou 3,29% (US\$ 2,22), a US\$ 69,59 o barril.

Mais cedo, os preços do WTI e do Brent alcançaram os maiores níveis desde agosto de 2025, a US\$ 66,48 e a US\$ 70,58, respectivamente. Contudo, o petróleo devolveu parte dos seus ganhos robustos no início da tarde, em linha com a deterioração no apetite por risco em Nova York e alta volatilidade nos mercados de câmbio e commodities.

No noticiário, Trump voltou a afirmar nesta quinta-feira que “há uma grande frota de navios americanos a caminho do Oriente Médio”. Segundo o portal Axios, o presidente americano recebeu nesta semana autoridades de defesa e inteligência de Israel e da Arábia Saudita para discussões sobre possíveis alvos iranianos para ataques. Oficialmente, a Casa Branca afirma que a via diplomática “segue aberta”.

O Irã respondeu que estaria pronto para qualquer ataque. As forças navais da Guarda Revolucionária do país devem realizar exercícios com munição real na próxima semana no Estreito de Ormuz, de

acordo com a rede local Press TV. Já a União Europeia (UE) adotou novas sanções contra membros do governo do Irã, após o regime dos aiatolás reprimir manifestantes em protestos antigoverno.

Para a Capital Economics, ataques ao Irã criam riscos de aumento nos preços do petróleo.

Além disso, Trump assinou nesta quinta-feira uma ordem executiva declarando uma emergência nacional e estabelecendo um processo para impor tarifas sobre produtos de países que vendem ou fornecem petróleo a Cuba.

Segundo a Casa Branca, a ação visa proteger a segurança nacional e a política externa dos EUA das "ações e políticas malignas" do regime cubano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

ENERGIA - DEBATE SOBRE CONCESSÃO DA CEG E CEG RIO É ADIADO

Agência reguladora alegou "razões de ordem interna" e reagendou a sessão que seria nesta quinta para terça-feira, dia 3

Do Estadão Conteúdo



A legalidade da prorrogação de concessão da CEG e da CEG Rio, controladas pela espanhola Naturgy, é alvo de questionamentos

As discussões sobre o reajuste anual das tarifas de gás no Rio de Janeiro e a renovação das concessões da CEG e da CEG Rio, controladas pela espanhola Naturgy, foram adiadas novamente pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do RJ (Agenera). Por "razões de ordem interna", a sessão agendada para esta quinta-feira, 29, às 14 horas, foi postergada para o próximo dia 3 de fevereiro.

Inicialmente, a reunião estava prevista para a quarta-feira, 28. De acordo com a Agenera, a mudança não trará "qualquer prejuízo à apreciação dos processos pautados".

A agência é responsável por avaliar a elegibilidade da renovação dos contratos das concessionárias responsáveis pela distribuição do gás canalizado. As análises devem ser usadas para embasar a decisão final da prorrogação ou não dos contratos, que cabe ao governo estadual. No entanto, a legalidade da prorrogação do contrato é alvo de questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). O entendimento do órgão é pela relicitação do serviço.

Os contratos para controlar as duas companhias de gás por 30 anos foram assinados em 1997 e vencem em julho de 2027.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) alertou que a decisão sobre renovar ou relicitar as concessões deve ser tomada "com a máxima atenção aos princípios de transparência, participação social, segurança e previsibilidade".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

MINERAÇÃO - VALE NÃO COMUNICOU VAZAMENTO EM MINA

Notificação está prevista em lei, mas empresa não avisou autoridades de MG sobre o problema, que provocou dano ambiental

Do Estadão Conteúdo

A empresa de mineração Vale não comunicou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais e as autoridades de Congonhas, interior do Estado, a respeito do vazamento na mina Fábrica, que levou transporte de sedimentos para os rios da região na última semana. As multas aplicadas à companhia totalizam R\$ 1,7 milhão. Procurada pela reportagem, a empresa não respondeu.

O caso levou à suspensão dos alvarás das minas até que a empresa implemente uma série de medidas



Um decreto de 2018 estabelece em caso de acidente ambiental obrigação de comunicação em até duas horas ao órgão ambiental estadual, Defesa Civil e Polícia Militar. Pelo decreto, a ausência de comunicação configura uma infração com sanção específica, gerando autuação e multa.

Segundo o secretário de Meio Ambiente do município, João Lobo, a prefeitura tomou conhecimento das ocorrências através de denúncias, que levaram ao envio de equipes de fiscalização ao local e à constatação de danos ambientais e insuficiência das estruturas que fazem a contenção da água das chuvas e dos resíduos.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente autuou a empresa pela ausência de comunicação e também pela poluição ambiental.

O caso levou à suspensão dos alvarás das minas pela prefeitura até que a empresa implemente uma série de medidas. O Estado também determinou à empresa a suspensão cautelar das atividades da mina Viga, além de limpeza das áreas afetadas, monitoramento das águas do entorno, apresentação de um plano de recuperação das áreas degradadas e de um relatório sobre o motivo da não comunicação, causas e consequências dos eventos.

Para o secretário de Meio Ambiente de Congonhas, João Lobo, a reação da Vale foi “mais tardia”. “Esperou uma comunicação ainda de setores superiores, foi montada uma mesa de crise para começar a entender o nível do problema. Não estamos falando de uma empresa pequena, nós estamos falando de uma empresa que tem o tamanho que tem e tem o histórico. Isso foi levado em consideração”.

Além da Vale, o impacto das chuvas nas estruturas de drenagem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) também está sendo apurado pelas autoridades. Um auto de infração pode ser lavrado pela prefeitura de Congonhas até o fim desta semana. O valor da multa aplicada à empresa pelo município depende da conclusão da análise do caso e não foi informado pela prefeitura.

Uma equipe da Polícia Militar Ambiental apurou não ter havido rompimento da estrutura de um dique afetado pelo grande volume das chuvas, mas o governo estadual ainda aguarda apuração completa da situação.

Segundo a CSN, as estruturas de barragens e de contenção de sedimentos da empresa “não passaram por qualquer extravasamento, transbordamento, rompimento ou anormalidade”, o que afirma ter sido comprovado por vistorias dos órgãos competentes. Nega ainda ter havido carreamento de “rejeitos, minério ou resíduos oriundos da atividade minerária” da companhia.

O que aconteceu?

Na sexta-feira, 23, a prefeitura de Congonhas recebeu uma denúncia relacionada ao carreamento excessivo de lama no Rio Santo Antônio, um afluente do Maranhão, após as chuvas. Segundo a prefeitura, a equipe de fiscalização ambiental verificou que as estruturas de contenção das vias internas da mina Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional, não estavam sendo capazes de segurar a enxurrada, fazendo com que chegasse ao rio.

1º vazamento da Vale

Ocorrido na mina Fábrica, da Vale, entre Ouro Preto e Congonhas na madrugada de domingo, 25, a partir de uma cava (grande buraco no qual houve extração de minério) com rejeitos de mineração erodida pela chuva. Segundo o governo do Estado, houve rompimento da leira de contenção (espécie de muro) da cava, que extravasou fazendo com que a água e resíduos minerários atingissem o primeiro sump (estrutura que contém os sedimentos); o sump, por sua vez, não suportou o volume de água, levando o material a atingir as instalações da mineradora CSN e o curso d'água adjacente.

2º vazamento

Ocorrido ainda no domingo na mina Viga, também da Vale, em Congonhas. O governo estadual afirma que sua equipe de Emergência Ambiental verificou ter havido o escorregamento de um talude natural, atingindo 22 sumps na linha de drenagem da mina, que em consequência foram assoreados e transbordaram, levando igualmente ao carreamento de água com sedimentos de mineração para os rios próximos.

Quatro dos 22 sumps já teriam sido desassoreados pela Vale, conforme o governo do Estado. Na segunda-feira, 26, houve nova denúncia à prefeitura de Congonhas sobre carreamento de material de uma outra área da CSN, o dique de Fraile, para os rios. A prefeitura verificou que as estruturas de contenção nas margens das estradas internas não estão sendo capazes de conter a força da água, e requisitou adaptações.

Segundo a companhia, o material (composto de lama e galhos) contido no dique está sendo retirado e a estrutura “segue absolutamente íntegra, sem qualquer alteração em sua segurança, assim como todas as demais estruturas da Companhia que seguem permanentemente monitoradas”, seguindo os padrões da legislação vigente.

A estimativa do poder público é que cerca de 360 mil metros cúbicos de água com resíduos de mineração tenham atingido os rios da região.

Segundo informações do governo do Estado de Minas divulgadas nesta quinta-feira, há impactos ambientais nos cursos d'água entre Ouro Preto e Congonhas “com deposição de sedimentos e alteração de turbidez” que alcança o rio Maranhão. As apurações em relação ao Paraopeba ainda estão em curso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

MEIO AMBIENTE - TRAVESSIA SUBAQUÁTICA SANTOS–GUARUJÁ ENTRA NA FASE FINAL DE OBRAS

Instalação de nova adutora sob o canal do Porto de Santos prevê investimento de R\$ 134,7 milhões e ampliação da capacidade de abastecimento de água na Baixada Santista

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Nesta quinta-feira (29), a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, acompanhou o início dessa fase das intervenções no local

As obras da Travessia Subaquática Santos–Guarujá avançaram para a etapa final com o início da instalação dos tubos da nova adutora que irá reforçar o sistema de abastecimento de água na Baixada Santista. O empreendimento, executado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São

Paulo (Sabesp), prevê investimento de R\$ 134,7 milhões e tem como objetivo ampliar a segurança hídrica de Guarujá e municípios vizinhos.

Nesta quinta-feira (29), a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, acompanhou o início dessa fase das intervenções no local. A nova adutora vai interligar o sistema de abastecimento da Estação de Tratamento de Água (ETA) Cubatão à rede de distribuição de Vicente de Carvalho, em Guarujá, passando por baixo do canal do Porto de Santos.

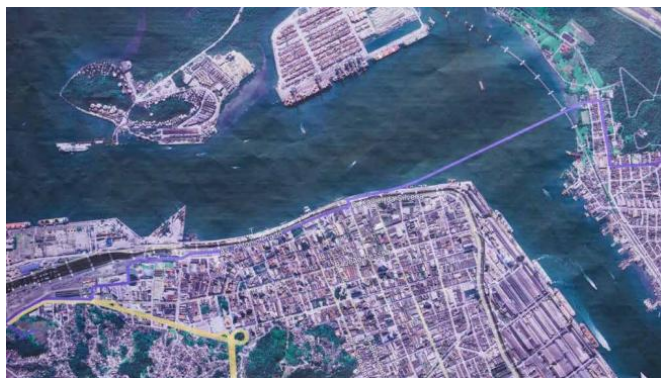
A estrutura terá capacidade para transportar até 500 litros de água tratada por segundo. Trata-se da segunda travessia subaquática sob o canal portuário. A primeira, já em operação, conecta os bairros Ponta da Praia, em Santos, e Vila Lígya, em Guarujá, também com capacidade de 500 litros por segundo, atendendo a Ilha de Santo Amaro.

As obras incluem a instalação de 5,56 quilômetros de tubulações, sendo cerca de 1,5 quilômetro em travessia subaquática. A conclusão está prevista para julho de 2026. Segundo a Sabesp, a ampliação da capacidade de transporte de água para Guarujá não deve impactar o abastecimento de Santos e Cubatão, uma vez que a ETA Cubatão possui capacidade suficiente para atender os três municípios.

De acordo com o projeto, a água produzida na estação de tratamento seguirá para os reservatórios da companhia e, a partir do reservatório do Saboó, em Santos, será conduzida pela nova adutora. O traçado passa pela região do cais, cruza o canal do Porto de Santos e chega ao reservatório de Vicente de Carvalho, em Guarujá. Durante a visita, a secretária Natália Resende afirmou que a obra entra em sua fase final de execução e integra um conjunto mais amplo de intervenções voltadas ao abastecimento de água na Baixada Santista. Em declaração, ela destacou que o projeto faz parte de um pacote de investimentos previstos para a região nos próximos anos, com foco na ampliação e modernização das redes de água e esgoto.

A travessia subaquática é apontada pela Sabesp como um dos principais projetos em andamento para reforçar o sistema de abastecimento regional. Além dessa obra, a companhia informa que executa intervenções em diferentes municípios da Baixada Santista, incluindo a instalação de novas tubulações, válvulas, reservatórios e estações de bombeamento, além da ampliação de estações de tratamento de água.

Investimentos



Trata-se da segunda travessia subaquática sob o canal portuário. A primeira, já em operação, conecta os bairros Ponta da Praia, em Santos, e Vila Lígya, em Guarujá

Segundo dados divulgados pelo governo estadual, a Baixada Santista deverá receber R\$ 7,5 bilhões em investimentos em saneamento nos próximos três anos. O montante inclui, além da travessia Santos-Guarujá, a implantação do Pulmão de Reserva de Água Potável do Sistema Mambu Branco, com capacidade total de 40 milhões de

litros, voltado a reduzir impactos no abastecimento durante períodos de chuvas intensas, e a construção da Estação de Tratamento de Água Melvi, projetada para produzir até 1.270 litros de água por segundo.

As intervenções fazem parte do planejamento de ampliação da infraestrutura hídrica da região, que concentra população permanente elevada e recebe grande fluxo sazonal de turistas, especialmente durante os meses de verão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

FINANÇAS - TAXA DE JUROS IMPACTOU EMPREGOS MAIS DO QUE O TARIFAÇO, DIZ MARINHO

Para o ministro do Trabalho, os efeitos da taxa Selic alta em 2025 foram mais danosos do que a sobretaxa dos EUA

Da Agência Brasil



Luiz Marinho criticou a política monetária do BC e relacionou a desaceleração do mercado de trabalho à elevação dos juros

A alta da taxa básica de juros teve maior impacto sobre a geração de empregos em 2025 do que o tarifaço imposto pelo governo dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quinta-feira (29) o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. A declaração foi feita durante a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

“O tarifaço impactou, claro, mas acho que o impacto dos juros foi maior que o do tarifaço. Do ponto de vista global da indústria, o efeito dos juros é mais danoso”, afirmou Marinho em coletiva de imprensa.

De acordo com o ministro, os efeitos da sobretaxa americana se concentraram em setores específicos da economia e foram parcialmente mitigados por medidas adotadas pelo governo, como a abertura de novos mercados e planos de apoio a empresas afetadas. Para Marinho, a Taxa Selic (juros básicos da economia), atualmente em 15% ao ano, teria efeito mais amplo sobre investimentos e contratações.

“O Banco Central esperava e trabalhou para diminuir o ritmo do crescimento. O problema é que isso reflete em queimar orçamento para pagar juros”, disse Marinho, voltando a criticar a política monetária e relacionar a desaceleração do mercado de trabalho à elevação dos juros.

Marinho afirmou ainda que janeiro de 2026 apresenta números preliminares positivos, mas alertou que a manutenção dos juros elevados pode comprometer uma parte significativa do ano. “Com juros altos, é natural que investidores posterguem decisões”, concluiu.

Empregos

O Brasil criou 1,279 milhão de vagas formais ao longo de 2025, resultado 23,73% inferior ao registrado em 2024, quando foram abertas cerca de 1,677 milhão de vagas. O desempenho é o pior desde 2020, ano marcado pela pandemia, quando o saldo foi negativo.

Os dados do Caged mostram que o saldo positivo de 2025 foi resultado de 26,6 milhões de admissões e 25,3 milhões de desligamentos. Em dezembro, tradicionalmente marcado por fatores sazonais, o mercado de trabalho registrou fechamento líquido de 618 mil vagas, número que, segundo Marinho, está em linha com o padrão histórico do mês, devido ao fim de contratos temporários e ajustes de custos pelas empresas.

Aluguel

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como “inflação do aluguel”, começou 2026 com alta de 0,41%. O resultado volta ao campo positivo depois de ter apresentado queda de 0,01% em dezembro.

No entanto, no acumulado de 12 meses, o indicador recua 0,91%, marcando o terceiro mês seguido de retração nas janelas de um ano. Em janeiro de 2025, quando o IGP-M subiu 0,27%, o acumulado chegava a 6,75%.



Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

O IGP-M é chamado de inflação do aluguel porque o resultado acumulado costuma ser base para cálculo de reajuste anual de contratos imobiliários. Além disso, o indexador é utilizado para reajustar algumas tarifas públicas e serviços essenciais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

FINANÇAS - JUROS MÉDIOS PARA FAMÍLIAS CHEGARAM A 60,1% AO ANO EM 2025

Cartão de crédito rotativo se manteve com as taxas mais elevadas; a média chegou a 438% ao ano
Da Agência Brasil

Os juros médios para as famílias subiram 7 pontos percentuais (pp) em 2025, atingindo 60,1% ao ano em dezembro, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta quinta-feira (29), pelo Banco Central (BC).

O destaque é para maior participação da carteira de cartão de crédito rotativo, cujas operações atuam com juros mais elevados que a média do segmento. Ainda que com recuo de 13,6 pp no ano, a taxa média do rotativo chegou a 438% ao ano.

Mesmo com a limitação de cobrança dos juros do rotativo, em vigor desde janeiro de 2024, os juros seguem variando. Isso porque a medida visa reduzir o endividamento, mas não afeta a taxa de juros pactuada no momento da contratação do crédito.

O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito, pagando a parcela mínima, por exemplo. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito, com a modalidade do cartão parcelado. Nesse caso, o aumento dos juros também foi significativo em 2025, de 17,9 pp, indo para 189% ao ano.

Outro destaque foi o avanço de 13,4 pp nas contratações de crédito pessoal não consignado, que subiram para 116,8% ao ano.

No caso das operações com empresas, a taxa média situou-se em 25% ao ano no fim de 2025, acréscimo de 3,3 pp no ano. O destaque são os incrementos de 30,6 pp em capital de giro com prazo até a 365 dias, indo para 50,3% ao ano, e de 24,7 pp em cheque especial, chegando a 355,7% ao ano.

Essas são as taxas no crédito livre, ou seja, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado com regras definidas pelo governo é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa para pessoas físicas ficou em 11,2% ao ano e no fim de 2025, aumento de 1 pp no ano. Para empresas, a taxa ficou estável no ano, em 12,2% ao ano.

Com isso, considerando recursos livres e direcionados, para famílias e empresas, a taxa média de juros das concessões de crédito chegou a dezembro de 2025 com incremento de 3,9 pp, atingindo 32,4% ao ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

FINANÇAS - IFI: META FOI CUMPRIDA EM 2024 E 2025 SEM ESFORÇO FISCAL

Relatório indica que houve a utilização de abatimentos de despesas das regras fiscais e de receitas não recorrentes para alcançar os objetivos.

Do Estadão Conteúdo



Na conclusão da análise do resultado fiscal de 2025, a IFI afirma que, apesar do cumprimento formal da meta, não há melhora nas contas públicas

A Instituição Fiscal Independente (IFI) afirmou nesta quinta-feira, 29, no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de janeiro, que, apesar de o governo ter cumprido formalmente as metas de primário em 2024 e 2025, não houve necessariamente um esforço fiscal. Isso porque houve a utilização de abatimentos de despesas das regras fiscais e de receitas não recorrentes para alcançar os objetivos.

“A dinâmica das variáveis fiscais continua a impor cautela em relação ao cumprimento da meta fixada nas diretrizes orçamentárias nos próximos anos. Isto porque, a meta fiscal foi formalmente cumprida em 2024 e 2025 com a utilização de abatimentos de despesas das regras fiscais e de recolhimentos de receitas não recorrentes, o que não caracteriza, necessariamente um esforço fiscal”, escreve o órgão.

Segundo o documento, em razão de decisões de retomar políticas públicas que causam aumento de despesas exigirá um esforço “crescente” do governo para aumentar as receitas primárias. Isso seria um “desafio considerável” com tudo mais estável.

A IFI alerta ainda que o fato de o governo perseguir o piso da meta fiscal, que em 2026 é de zero, “tem sido insuficiente para conter o crescimento da dívida bruta em proporção do PIB”. De acordo com o relatório, a expectativa de déficits nos próximos anos combinada com uma taxa de juros reais alta pressionará ainda mais a dívida.

O déficit primário de 2025 foi de R\$ 61,7 bilhões, cerca de 0,5% do PIB. Para alcançar a meta do ano passado, de um déficit de até 0,25% do PIB, o governo contou com a exclusão de algumas despesas do cálculo da meta, como os gastos com precatórios. Depois dos descontos, o déficit foi para 0,1% do PIB, dentro da meta.

Na conclusão da análise do resultado fiscal de 2025, a IFI afirma que apesar do cumprimento formal da meta, não há melhora nas contas públicas. O órgão aponta para uma perda de eficácia dos limites do arcabouço fiscal já em 2028.

“Ainda que a despesa de precatórios tenha sido integralmente excluída dos limites de despesa do arcabouço fiscal, a partir do exercício de 2026, e da apuração das metas de resultado primário a partir de 2027, de acordo com exercícios feitos pela IFI, ocorrerá uma insuficiência do limite de despesas do arcabouço a partir de 2028, fazendo a regra do limite de despesas perder eficácia.”

Despesas subestimadas na LOA 2026

Em outra parte do relatório, a IFI aponta que pode ter havido uma subestimação de despesas no Orçamento de 2026. A redução do orçamento para benefícios previdenciários seria um risco para o ano porque essa despesa tem apenas crescido ao longo dos anos.

Para a IFI, a retirada de despesas do cálculo da meta evidencia um enfraquecimento da regra fiscal. Nas contas do órgão, seriam 8,2% de despesas primárias excepcionalizadas, ou R\$ 230,7 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

FINANÇAS - IBOVESPA RENOVA RECORDE INTRADIA, MAS FECHA EM QUEDA

Índice encerra o dia em baixa de 0,84%, aos 183.133,75 pontos, mas com giro a R\$ 39,0 bilhões, ainda forte

Do Estadão Conteúdo



No mês, o Ibovespa preserva ganho de 13,66%, a caminho do melhor desempenho desde novembro de 2020 (+15,90%)

Após duas séries de renovações de máximas históricas a partir de meados de janeiro, o Ibovespa chegou a ensaiar uma realização de lucros mais aguda nesta penúltima sessão do mês, tocando os 181.566,56 pontos na mínima do dia, tendo saído de 184.691,70 pontos na abertura desta quinta-feira, 29. No melhor momento, voltou a renovar recorde intradia, aos 186.449,75 pontos. E, no fechamento, mostrava baixa de 0,84%, aos 183.133,75 pontos, com giro a R\$ 39,0 bilhões, ainda forte. No mês, apesar da correção vista na sessão, preserva ganho de 13,66%, a caminho do melhor desempenho desde novembro de 2020 (+15,90%).

Na B3, o segmento metálico, à exceção de Vale (ON+0,51%), e o setor financeiro pesaram sobre o Ibovespa ao longo desta quinta. Destaque positivo para Petrobras, em alta de 0,65% na ON e de 0 96% na PN, em relativa moderação no fechamento do dia, no qual contou com forte apoio dos contratos futuros da commodity que chegaram, ao fim da sessão, com ganho de mais de 3% em Londres e Nova York.

No dia seguinte aos sinais do Copom e do Federal Reserve sobre os respectivos juros de referência, o dólar à vista encerrou em baixa de 0,25%, a R\$ 5,1936. A curva do DI também teve ajuste de baixa, com a indicação do Copom, quarta à noite, de que o ciclo de cortes da Selic deve começar mesmo em março.

Entre os grandes bancos, destaque para perdas de até 1,47% (Santander Unit) e 2,01% (BTG Unit) no fechamento exceção para BB ON, que subiu 0,39%. No setor metálico, a correção foi mais forte, chegando a 5,13% em Metalúrgica Gerdau.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Prio (+2,00%) além de Petrobras e Brava (+0,85%), com clara predominância do setor de energia, conectado ao avanço do petróleo. Destaque também, fora do setor, para B3 (+1,03%) e WEG (+0,97%). No lado oposto, além de Metalúrgica Gerdau, apareceram Usiminas (-4,88%), Suzano (-4 64%), CSN Mineração (-4,52%) e Gerdau (-4,17%), com prevalência das ações do setor metálico na correção desta quinta.

“A Bolsa acompanhou a realização de fora. A principal notícia negativa foi o resultado da Microsoft e a expectativa para demanda menor para nuvem, em relação ao que já vinha sendo projetado. Fluxo para Brasil ainda segue positivo, o que fica visível no desempenho de ações como a da Vale, em alta na sessão. Nosso diferencial de juros continua gigante, e há um carry trade que não beneficia apenas a Bolsa, mas também o câmbio”, diz Rodrigo Marcatti, economista e CEO da Veedha Investimentos.

“Balanços de big techs e discussões sobre investimentos elevados em IA pressionaram, sem dúvida, o apetite por risco, tirando fôlego da alta doméstica vista mais cedo na sessão”, diz Jose Áureo Viana, sócio da Blue3 Investimentos. “O recorde intradiário renovado teve muito de reprecificação local juros futuros e prêmio, pós-Copom de quarta à noite. E a virada, ao longo da sessão desta quinta, teve muito de correlação com o ‘risk-off’ aversão a risco no exterior, além de realização natural depois de um movimento forte no mês.”

NY

Em Nova York, os principais índices de ações fecharam esta quinta-feira sem sinal único, com o Dow Jones em leve alta de 0,11%, enquanto S&P 500 (-0,13%) e Nasdaq (-0,72%) não conseguiram evitar perdas na sessão. Também para Luise Coutinho, head de produtos e alocação da HCI Advisors, após manhã de alta, o Ibovespa foi pressionado abaixo à tarde pelo “cenário negativo do exterior”, enquanto o mercado ainda avaliava, por aqui, a decisão do Banco Central de manter, em decisão unânime conforme esperado, a Selic em 15% ao ano - indicando, porém, que poderá cortar os juros em março.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

FINANÇAS - EM PREGÃO VOLÁTIL, DÓLAR CAI 0,25% E FECHA BAIXO DE R\$ 5,20

Foi a primeira vez que a divisa americana fechou abaixo de R\$ 5,20 desde 28 de maio de 2024.

Do Estadão Conteúdo

Após trocas de sinal e oscilação de mais de oito centavos entre a mínima (R\$ 5,1659) e a máxima (R\$ 5,2488), o dólar à vista fechou cotado a R\$ 5,1936, em queda de 0,25%, acumulando perda de 1,75% na semana até o momento e de 5,38% em janeiro. Foi a primeira vez que a divisa fechou abaixo de R\$ 5,20 desde 28 de maio de 2024.

Operadores ressaltam que, apesar de indicadores domésticos relevantes como resultado primário do governo central e a geração de empregos medida pelo Caged de dezembro e em 2025 os negócios no mercado de câmbio local foram ditados, uma vez mais, pela dinâmica global de moedas. As commodities voltaram a subir, com ganhos de quase 4% dos preços do petróleo com ameaças militares dos EUA ao Irã.

Depois de tocar R\$ 5,16 pela manhã, o dólar até experimentou uma alta pontual no início da tarde, quando atingiu R\$ 5,25, em meio a um aumento da aversão ao risco no exterior com tombo firme das bolsas em Nova York. Com a diminuição do estresse lá fora, a moeda americana voltou a recuar no exterior, o que se refletiu na taxa de câmbio doméstica.

Em ambiente favorável para divisas emergentes, o real tende a se sobressair no curto prazo pela atratividade do carry trade, apesar da sinalização de quarta do Comitê de Política Monetária (Copom) de início de ciclo de cortes de juros em março. Apostas de economistas se dividem, grosso modo, entre redução inicial de 25 ou 50 pontos porcentual.

Mesmo com o tom cauteloso de quarta do Federal Reserve, não está descartada a possibilidade de novos cortes de juros nos EUA neste ano, sobretudo após a troca de comando na instituição, com a substituição de Jerome Powell, cujo mandato termina em maio, por nome indicado pelo presidente americano Donald Trump.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A INFANTILIZAÇÃO DA IMAGEM PESSOAL E OS DESAFIOS DA AUTORIDADE PROFISSIONAL



FABÍOLLA DE PAULA

Consultora de imagem pessoal e corporativa.
Especialista em etiqueta & comportamento.
Palestrante e mentora
opinioao@portalbenews.com.br

Uma análise sobre como a estética lúdica pode gerar ruído de imagem e comprometer o posicionamento no ambiente corporativo.

Quando o lúdico deixa de ser expressão e se torna ruído



Vivemos um tempo em que as fronteiras entre o universo adulto e o infantil tornaram-se cada vez mais tênues. A chamada kidult culture, movimento que descreve adultos que incorporam referências lúdicas ao consumo, ao comportamento e à estética, extrapolou o entretenimento e passou a influenciar diretamente a forma como as pessoas se apresentam no cotidiano.

Esse fenômeno se expressa por meio de cores excessivamente vibrantes, estampas caricatas, acessórios lúdicos e uma estética associada à infância. Segundo análises da WGSN, referência global em previsão de tendências, esse comportamento reflete uma busca por conforto emocional, nostalgia e segurança em um mundo acelerado, instável e altamente exigente.

No campo do lifestyle, trata-se de uma manifestação legítima de identidade. No entanto, quando essa estética atravessa o limite do pessoal e se instala no ambiente corporativo, surgem desafios importantes relacionados à percepção, credibilidade e autoridade profissional.

Imagem profissional: um ativo estratégico, não um detalhe

A imagem pessoal é uma linguagem silenciosa. Antes mesmo da fala, ela comunica maturidade, preparo, coerência e capacidade de liderança, ou a ausência desses atributos. No contexto corporativo, onde decisões são tomadas rapidamente e percepções são construídas em frações de segundo, a imagem deixa de ser apenas estética e passa a ser estratégia.

A infantilização da imagem profissional ocorre quando escolhas visuais transmitem informalidade excessiva, fragilidade simbólica ou falta de alinhamento com o cargo, o ambiente e os objetivos de carreira. Cores sem leitura estratégica, estampas exageradas, acessórios caricatos e uma postura demasiadamente casual podem gerar ruído e enfraquecer a mensagem profissional.

Em posições que exigem influência, liderança e tomada de decisão, esse desalinhamento visual compromete a construção de respeito, dificulta a consolidação de autoridade e impacta diretamente a forma como esse profissional é percebido, ouvido e considerado.

O impacto direto na percepção de autoridade

No ambiente corporativo, autoridade não se impõe, ela é percebida. E essa percepção é construída pela coerência entre imagem, comportamento e comunicação. Quando esses elementos não falam a mesma língua, o discurso perde força, independentemente da competência técnica envolvida.

A WGSN aponta que o consumidor, e, por extensão, o profissional, caminha para uma valorização crescente da maturidade estética, da elegância funcional e da intencionalidade visual. A estética infantilizada, quando aplicada sem critério no contexto profissional, deixa de comunicar criatividade e passa a sinalizar despreparo ou falta de leitura de ambiente.

A chamada presença executiva nasce exatamente desse alinhamento. Não se trata de rigidez, padronização ou perda de identidade, mas de consciência estratégica sobre o que cada escolha visual representa dentro de um determinado contexto.

Maturidade estética como ferramenta de posicionamento

A estética madura é aquela que equilibra personalidade, contexto e objetivo profissional. Ela sustenta discursos como: “sei o que faço”, “entendo o ambiente em que atuo” e “estou preparada para ocupar este espaço”. Trata-se de alinhar imagem, comportamento e comunicação para construir uma presença coerente e confiável.

Isso não significa rigidez, padronização ou perda de identidade, mas sim consciência estratégica sobre o que cada escolha comunica. Não se constrói autoridade apenas com competência técnica, assim como não se sustenta credibilidade apenas com uma boa aparência. O poder está na convergência entre imagem, postura, discurso e atitude.

Um convite à consciência visual

Refletir sobre a infantilização da imagem pessoal vai além de discutir moda ou tendências. Trata-se de compreender como escolhas visuais impactam a autopercepção, a leitura externa e o posicionamento profissional ao longo do tempo.

As tendências indicam que profissionais que desejam crescer, liderar e influenciar precisarão investir cada vez mais em clareza de imagem, maturidade estética e comunicação visual alinhada ao seu propósito. A imagem, quando utilizada de forma coerente, sustenta a narrativa profissional e fortalece o posicionamento.

Crescer é inevitável. Amadurecer a imagem, no entanto, é uma escolha estratégica, e, no ambiente corporativo, uma decisão que pode definir o quanto sua presença será respeitada, valorizada e reconhecida.

Fabiolla de Paula escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

NO CONTEXTO CORPORATIVO, ONDE DECISÕES SÃO TOMADAS RAPIDAMENTE E PERCEPÇÕES SÃO CONSTRUÍDAS EM FRAÇÕES DE SEGUNDO, A IMAGEM DEIXA DE SER APENAS ESTÉTICA E PASSA A SER ESTRATÉGICA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2026

JUSTIÇA - EM ACAREAÇÃO, DONO DO MASTER E EX-PRESIDENTE DO BRB DIVERGEM

Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa deram versões distintas sobre origem de carteiras vendidas pelo Master

Do Estadão Conteúdo



O trecho da acareação foi divulgado em vídeo pelo portal Poder360, após o ministro Dias Toffoli retirar o sigilo dos depoimentos

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa apresentaram versões divergentes durante a acareação realizada no Supremo Tribunal Federal, (STF) a respeito da origem das carteiras

“podres” vendidas ao banco estatal em 2025.

O trecho da acareação, realizada no dia 30 de dezembro do ano passado, foi divulgado em vídeo pelo portal Poder360, após o ministro Dias Toffoli retirar o sigilo dos depoimentos.

Segundo investigação da Polícia Federal, de janeiro a junho de 2025, o BRB comprou, no total, R\$ 6,7 bilhões em carteiras falsas do Master e pagou mais R\$ 5,5 bilhões de prêmio, totalizando R\$ 12,2 bilhões.

Essas carteiras foram originadas pela Tirreno, uma empresa classificada como “de prateleira” pela Polícia Federal. A Tirreno foi criada em dezembro de 2024 e começou a repassar os créditos ao Master em janeiro de 2025.

Questionado sobre a origem dos créditos durante a audiência, Vorcaro afirmou que o BRB sabia que as carteiras não eram originadas pelo Master, mas sim por terceiros.

“A gente anunciou que a gente faria vendas, naquela ocasião, de originadores terceiros. A Tirreno nem eu mesmo sabia naquela ocasião, se eu não me engano, que existiu o nome Tirreno”, disse Vorcaro.



“Chegamos a conversar por algumas vezes que a gente começaria um novo formato de comercialização, que seria de terceiros ou carteiras originadas por terceiros, e não mais originação própria”, disse Vorcaro.

Costa, porém, negou essa versão. “O meu entendimento é que eu coloquei aqui mais cedo é que eram carteiras originadas pelo Master, que haviam sido vendidas ou negociadas a terceiros e que o Master estava recomprando e revendendo pra gente.”

Vorcaro rebateu a versão, ao dizer que não havia informação de recompra pelo Master e que as carteiras vinham de originadores que já atuavam no mesmo ambiente de negócios do banco, mas não haviam sido originadas pela instituição.

“Eram carteiras dos mesmos originadores que faziam originação para o Master, mas não especificamente originadas por nós”, disse.

Paulo Henrique disse que, no seu entendimento, os créditos foram originados no Master e não havia conhecimento de que vieram da Tirreno. “Na nossa visão, eram créditos originados pelo Master, vendidos em algum momento e que estavam sendo comprados, e nesse ponto específico a gente seguiu comprando essas carteiras específicas até abril”, disse.

Padrão diferente

Segundo o ex-presidente do BRB, os técnicos do BRB identificaram a partir de abril que havia um “padrão comportamental diferente” nas carteiras e que só então passaram a questionar a origem dos créditos. “Ao longo do mês de maio obtemos informações de que eram créditos originados pela Tirreno, quando a gente fala originados pela Tirreno não significa que ela produziu o crédito. A Tirreno era uma consolidadora”, disse.

Em depoimento à Polícia Federal, o banqueiro Daniel Vorcaro afirmou que não investigou a fundo os contratos e que fechou negócio “menos pela empresa e mais pela pessoa”. Ele se referia ao empresário Henrique Peretto, dono da Tirreno e também de outra empresa de crédito, a Cartos, com a qual o Master já mantinha relações.

O caso integra as investigações que levaram à liquidação do Banco Master pelo Banco Central e à prisão de Vorcaro, que foi solto depois de 11 dias. No Supremo Tribunal Federal (STF), o caso é relatado pelo ministro Dias Toffoli.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

JUSTIÇA - FGC JÁ PAGOU R\$ 32,5 BILHÕES A 75% DOS CREDORES DO BANCO

Valor corresponde a 80% do total. Os pagamentos começaram no último dia 19 e ganharam ritmo após ajustes técnicos

Da Agência Brasil

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou que já realizou pagamentos de R\$ 32,5 bilhões a 580 mil credores do Banco Master até o início da tarde desta quinta-feira (29).

O volume corresponde a 80,05% do valor total previsto para desembolso e alcança 75% dos investidores com direito à garantia.

Os pagamentos começaram no último dia 19 e ganharam ritmo após ajustes técnicos que melhoraram o desempenho dos sistemas do fundo.

O FGC estima a necessidade de aproximadamente R\$ 40,6 bilhões líquidos para cobrir as garantias relacionadas ao Banco Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central em novembro. O valor representa cerca de um terço dos recursos disponíveis no fundo.

Segundo o FGC, existem cerca de 20 mil pedidos em processamento, que dependem de ação do credor.

Apesar de, na maioria dos casos, a liberação ser rápida, o fundo informa que procedimentos de segurança e prevenção a fraudes podem exigir etapas adicionais de verificação, o que pode afetar os prazos individuais de liberação dos recursos.

Além do Master, o FGC também terá de honrar garantias relacionadas ao Will Bank, que teve a liquidação decretada nesta semana pelo Banco Central. A estimativa é de um desembolso adicional de R\$ 6,3 bilhões.

O início desses pagamentos depende do envio da base de dados dos credores pelo liquidante nomeado pelo BC e ainda não há prazo definido para a liberação dos valores.

O fundo destacou que, como o Will Bank integra o conglomerado do Banco Master desde agosto de 2024, o limite de cobertura de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ não é duplicado. Assim, clientes que já tenham recebido o teto máximo na liquidação de outras instituições do grupo não terão valores adicionais a receber.

“O credor que já recebeu o valor limite da garantia de R\$ 250 mil não terá novos pagamentos, uma vez que todas as instituições pertencem ao mesmo conglomerado financeiro”, informou o FGC na semana passada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

JUSTIÇA - MALAFAIA PEDE REJEIÇÃO DE DENÚNCIA POR INJÚRIA E CALÚNIA

O pastor apresentou ao STF defesa prévia no processo em que é acusado por ofensas contra o comandante do Exército, general Tomás Paiva

Do Estadão Conteúdo



O pastor (à dir.) sustenta que não citou nominalmente o general Tomás Paiva durante discurso em manifestação em São Paulo

O pastor Silas Malafaia apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) sua defesa prévia no processo em que é acusado pelos crimes de injúria e calúnia contra o comandante do Exército, general Tomás Paiva. A manifestação foi protocolada após notificação determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

No documento, a defesa pede a rejeição da denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ou, alternativamente, o reconhecimento da incompetência do STF para julgar o processo, com o envio do caso à primeira instância.

A denúncia teve origem em discurso feito por Malafaia durante uma manifestação realizada em 6 de abril de 2025, na Avenida Paulista, em São Paulo. Na ocasião, o pastor criticou integrantes do Alto Comandado Exército após a prisão do general Walter Braga Netto, utilizando expressões como “frouxos”, “covardes” e “omissos”.

“Cadê esses generais de quatro estrelas do alto comando do Exército? Cambada de frouxos. Cambada de covardes. Cambada de omissos. Vocês não honram a farda que vestem. Não é para dar golpe, é para marcar posição”, afirmou Malafaia no ato.

Na defesa apresentada ao Supremo, o pastor sustenta que não citou nominalmente o general Tomás Paiva nem qualquer outro oficial específico, o que afastaria, segundo os advogados, a configuração dos crimes contra a honra. O documento afirma que as declarações foram genéricas e proferidas no exercício do direito de crítica e da liberdade de expressão.



Os advogados também argumentam que o comandante do Exército não possui foro por prerrogativa de função no STF e que não há previsão constitucional para que uma pessoa sem cargo público seja processada originariamente na Corte apenas por ter como suposta vítima uma autoridade militar.

Outro ponto da manifestação é a contestação da tese da PGR de que haveria conexão entre o caso e os inquéritos das fake news e das milícias digitais, ambos relatados por Moraes. Segundo a defesa, não é possível atrair a competência do Supremo com base apenas na existência de inquéritos, sem vínculo direto entre os fatos investigados.

Crime militar

Malafaia também afirma que não houve imputação de crime militar ao comandante do Exército, rebatendo a acusação de calúnia. De acordo com a defesa, as falas não atribuíram condutas típicas como prevaricação ou cobardia (infração especificamente militar) previstas no Código Penal Militar, mas expressaram opinião pessoal sobre a postura de oficiais dos quais ele não citou nominalmente.

No Código Penal Militar, o crime de prevaricação ocorre quando o agente deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o realiza contra a lei para satisfazer interesse pessoal. Já o crime de cobardia é caracterizado quando o militar, por temor, se omite no cumprimento do dever diante de situação que exige atuação funcional. Para a PGR, ao classificar integrantes do Alto Comando como “covardes” e “omissos” em razão da prisão de um general, Malafaia teria atribuído, ainda que de forma indireta, condutas que poderiam ser interpretadas como crimes previstos na legislação castrense.

No documento, o pastor apresenta ainda retratação formal, afirmando que não teve intenção de ofender a honra do general Tomás Paiva nem de imputar a ele qualquer prática criminosa, o que, segundo a legislação, pode afastar eventual punição antes da sentença.

O processo tramita sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Ainda não há data para análise da defesa apresentada.

Críticas ao STF e à PGR

Ao Estadão, Malafaia havia classificado o processo como uma perseguição política e criticou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, por denunciá-lo ao Supremo. “Eu não tenho foro no STF. Ele deveria me mandar para a primeira instância”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

JUSTIÇA - DINO NEGA PEDIDO PARA SUSPENDER A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA CNH

Dispensa de exames para bons condutores foi questionada pela Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego

Da Agência Brasil

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta quinta-feira (29) negar o pedido de suspensão da nova regra que permite a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para motoristas que não foram multados nos últimos doze meses.

Na decisão, Dino aponta que a Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (Abrapsit), entidade que recorreu ao STF, não tem legitimidade jurídica para questionar a Medida Provisória 1.327 de 2025, que passou a prever a medida.

A associação criticou a adoção do cadastro de bons condutores para dispensar motoristas da realização de exames de aptidão física e mental para renovação do documento. O ministro também decidiu não analisar a ação direta de inconstitucionalidade protocolada pela entidade.

“Admitir-se a legitimação extraordinária da Abrapsit significa atribuir-lhe a representação em juízo de interesses de uma comunidade muito mais ampla do que a dos seus associados, fazendo instaurar um processo coletivo em que a maioria dos membros do grupo, categoria ou classe estariam sendo, potencialmente, representados por quem defende interesses não coincidentes ou até contrários aos seus”, decidiu Dino.

A renovação automática da CNH para bons condutores entrou em vigor no início deste mês. Segundo o Ministério dos Transportes, a medida já beneficiou 323.459 motoristas. Cerca de R\$ 226 milhões foram economizados pelos condutores. O montante inclui os valores que seriam pagos em exames e taxas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

INTERNACIONAL - AUMENTA A TENSÃO ENTRE IRÃ E EUA NO ORIENTE MÉDIO

Manobras iranianas no estreito de Ormuz preocupam o mercado de petróleo. O porta-aviões Abraham Lincoln já está na região

Da Agência Brasil



A Casa Branca enviou o porta-aviões Abraham Lincoln, um dos maiores de seu arsenal, e tem ameaçado realizar ataques

Trocas de ameaças entre Estados Unidos e Irã aumentaram a tensão no Oriente Médio e podem impactar o preço do petróleo no mercado internacional e afetar outros países da região.

A Casa Branca enviou ao Oriente Médio o porta-aviões Abraham Lincoln, um dos maiores de seu arsenal, e tem ameaçado realizar ataques “muito piores” que os de junho de 2025 se Teerã não negociar um acordo em que se comprometa a não desenvolver armas nucleares.

No ano passado, americanos e israelenses bombardearam instalações militares e nucleares em solo iraniano. O país persa respondeu com o lançamento de mísseis contra Israel.

Em publicações nas redes sociais na quarta-feira (28), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou que “o tempo está se esgotando”.

Segundo a mídia estatal do Irã, o ministro das Relações Exteriores, Abbas Araqchi, disse não ter solicitado negociações nem ter entrado em contato com o enviado especial dos EUA, Steve Witkof.

Autoridades do Irã emitiram um alerta nesta quinta-feira (29) à navegação marítima no Estreito de Ormuz, na saída do Golfo Pérsico, anunciado que realizarão exercícios militares na rota comercial por onde circulam cerca de 20% do petróleo mundial.

O fechamento do estreito chegou a ser considerado uma retaliação aos ataques de junho do ano passado e essa é uma das principais preocupações econômicas apontadas por analistas em relação à escalada da tensão na região.

O Irã tem a terceira maior reserva de petróleo do mundo e é o quinto maior produtor. Além dele, outros membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) são banhados pelo Golfo Pérsico, como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait. Economistas citados pela agência Reuters indicaram que a “possibilidade de o Irã ser atingido” já elevou o preço do barril em até quatro dólares.

Protestos



A pressão de governos ocidentais sobre o Irã aumentou no início de 2026 com o aumento de protestos contra o regime teocrático que governa o país desde a Revolução Islâmica de 1979.

Confrontos entre forças de segurança e os manifestantes deixaram mais de 6 mil mortos, segundo associações de defesa dos direitos humanos, que contabilizam mais de 40 mil presos. Já o governo do Irã fala em 3 mil mortos e classifica parte deles como terroristas.

Além de contestar a falta de liberdade política, os manifestantes protestam contra problemas como o alto custo de vida, que em partes se devem às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e aliados.

Teerã culpa a interferência estrangeira pelos protestos e lançou mão de uma repressão severa que incluiu até mesmo o bloqueio da internet no país. Fontes da Reuters confirmam que Trump está considerando opções como ataques direcionados às forças de segurança e líderes para inspirar os manifestantes a derrubar os governantes do Irã, que ameaça atacar bases norte-americanas em países vizinhos, como o Catar e o Barein, em caso de intervenção.

A repressão aos protestos também gerou reação de países europeus, que aprovaram nesta semana novas sanções contra autoridades e instituições do Irã e passaram a classificar a Guarda Revolucionária Iraniana como uma organização terrorista.

“Quem age como terrorista deve ser tratado como terrorista”, disse a chefe da Diplomacia da União Europeia, Kaja Kallas, que acrescentou que “qualquer regime que mata milhares de pessoas do próprio povo está a trabalhar para a própria queda”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026

INTERNACIONAL - DEMOCRATAS BLOQUEIAM FINANCIAMENTO PARA CONTROLE DE IMIGRAÇÃO

A votação no Senado ocorreu enquanto opositores de Trump ameaçaram uma paralisação parcial do governo

Do Estadão Conteúdo

Democratas bloquearam nesta quinta-feira, 29, a legislação para financiar o Departamento de Segurança Interna e várias outras agências, enquanto continuavam a negociar com os republicanos e a Casa Branca novas restrições para a onda de medidas de fiscalização da imigração do presidente Donald Trump.

A votação, com placar de 55 a 45, ocorreu enquanto os democratas ameaçaram uma paralisação parcial do governo quando o dinheiro acabasse na próxima sexta-feira, 30. Mas Trump disse pouco antes da votação que “não queremos uma paralisação” e que os dois lados estavam discutindo um possível acordo para separar o financiamento da segurança interna do resto da legislação e financiá-lo por um curto período.

Dois manifestantes foram mortos por agentes federais neste mês em Minneapolis, gerando uma onda de protestos pelo país. Democratas apresentaram uma lista de exigências na quarta-feira, incluindo que os policiais tirem suas máscaras, se identifiquem e obtenham mandados de prisão.

Se essas exigências não forem atendidas, democratas afirmam que estão preparados para bloquear o amplo projeto de lei de gastos, negando aos republicanos os votos necessários para aprová-lo e provocando uma paralisação (shutdown).

O líder democrata no Senado, Chuck Schumer, de Nova York, disse que os democratas não darão os votos necessários até que a Agência de Imigração e Alfândega dos EUA (ICE) seja “controlada e reformulada” e que este é “o momento da verdade”. “O povo americano apoia a aplicação da lei. Apoia

a segurança nas fronteiras. Não apoia o ICE aterrorizando as nossas ruas e matando cidadãos americanos”, afirmou Schumer.

Ele pressionou os republicanos e a Casa Branca a retirar o financiamento da Segurança Interna do resto do projeto de lei, que inclui verbas para o Departamento de Defesa e outras agências.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

ANP determina interdição total da Refit, antiga refinaria de Manguinhos

A medida foi tomada após inspeção de segurança identificar risco de acidentes e incêndios nas instalações. A refinaria já operava sob restrições desde o ano passado.



Refinaria de Manguinhos (Refit) — Foto: Reprodução

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) determinou a interdição total da Refit, antiga refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro. A medida foi tomada após inspeção de segurança identificar risco de acidentes e incêndios nas instalações. A refinaria já operava sob restrições desde o ano passado, quando parte das atividades havia sido suspensa.

Segundo informou a rádio CBN, a agência disse que a medida foi resultado da análise de informações e documentos coletados pela ANP, in loco, além de análise da documentação enviada posteriormente pela empresa.

De acordo com o colunista do GLOBO, Lauro Jardim, a empresa já pediu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspenda os efeitos de uma fiscalização da ANP e a consequente interdição total de suas instalações, determinada a partir de documento lavrado na quinta-feira.

O pedido, feito por meio de um recurso, foi assinado por quatro advogados, entre eles Kevin de Carvalho Marques, que vem a ser filho de Kassio Nunes Marques. O jovem defensor foi aprovado no exame da OAB há menos de dois anos, em fevereiro de 2024.

A CBN destacou que a decisão de interditar a refinaria marca uma mudança em relação ao cenário de outubro de 2025, quando a havia sido autorizado o funcionamento parcial da unidade após a empresa comprovar o cumprimento de 10 dos 11 condicionantes impostos pela fiscalização.

Na ocasião, foram liberadas operações como movimentação, tancagem, expedição e carregamento de combustíveis, mas a torre de destilação permaneceu interditada por falta de justificativa técnica para o uso no processo produtivo.

A refinaria é investigada em operações que apuram suspeitas de fraude fiscal e importação irregular de combustíveis. Autoridades apontam indícios de que a unidade poderia simular atividades de refino, importando derivados praticamente prontos para reduzir a carga tributária, além de apresentar falhas operacionais e regulatórias.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2026

OBRAS DE SANEAMENTO TRANSFORMAM VIDAS E GERAM NEGÓCIOS

Retomada do lazer em praias e lagoas antes degradadas e fortalecimento da economia azul foram temas do segundo painel do evento

Por Governo do RJ



O professor adjunto do Departamento de Meteorologia da UFRJ, Luiz Paulo Assad; a subsecretária do Ambiente e Sustentabilidade Ana Asti; a geógrafa Tamara Grisolia, do Psam; e o biólogo Mario Moscatelli no painel sobre economia azul — Foto: Marco Sobral

Iniciada em 2021, a concessão do saneamento público no Estado do Rio de Janeiro está transformando a vida de 13 milhões de pessoas que vivem na região metropolitana. Além de levar esgoto tratado e água de qualidade para as famílias, as obras abrem espaço para

uma nova etapa no desenvolvimento econômico sustentável, a partir da volta da balneabilidade em praias da Baía de Guanabara e melhorias na Lagoa Rodrigo de Freitas e no sistema lagunar de Jacarepaguá.

“Ao resgatar a qualidade ambiental, a gente resgata a relação da população com a Baía de Guanabara e aí tem uma oportunidade incrível para desenvolver a economia azul, negócios e empreendimentos relacionados aos recursos hídricos e às águas. E não falo só dos municípios no entorno da baía. Contratamos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para fazer um levantamento do potencial da economia azul em todos os 25 municípios costeiros do estado. Estamos criando uma política estadual da economia azul, estamos fazendo uma mudança de chave na consciência, na gestão pública. O governador Cláudio Castro diz sempre que não se fala em desenvolvimento sustentável se não conectar o econômico com o meio ambiente”, afirmou a subsecretária do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Ana Asti, durante o segundo painel do seminário “RJ Resiliente”, que teve como tema “Praias limpas: o caminho para a economia azul”.

“A concessão do saneamento é um processo muito corajoso, um desafio muito grande que se tornou o maior projeto ambiental que se vê no Brasil”, destacou Ana Asti.

“Temos muitos projetos interessantes, como o relatório ambiental anual, em que a equipe do Psam coleta dados e índices de fontes diversas para fazer diagnóstico da situação no estado e assim pensar formas de agir”

— Tamara Grisolia, geógrafa do Programa de Saneamento Ambiental

Com a volta dos banhistas às praias da baía e também da fauna típica da região, com golfinhos, tartarugas, cavalos-marinhos e tantas outras espécies, a subsecretária vê o caminho aberto para pequenos e médios empreendedores que se dedicam ao comércio praiano, além de profissionais de esporte e lazer. O turismo, diz Ana Asti, será um grande vetor de impulsionamento da economia azul, mas outras possibilidades estão abertas, como a pesca, a produção de mel em manguezais e o transporte aquaviário.

O segundo painel teve também a participação da geógrafa Tamara Grisolia, do Programa de Saneamento Ambiental (Psam) do Estado do Rio; do professor adjunto do Departamento de Meteorologia da UFRJ, Luiz Paulo Assad; e do biólogo Mario Moscatelli, mestre em Ecologia e especialista em Gestão e Recuperação de Ecossistemas Costeiros.

Tamara Grisolia mencionou que, além das obras estruturais, o Psam também investe fortemente nas parcerias com os municípios para elaboração de políticas locais de saneamento:



“A gente trabalha com os municípios para que estejam juntos no planejamento e na execução das obras de saneamento. Temos muitos projetos interessantes, como o relatório ambiental anual, em que a equipe do Psam coleta dados e índices de fontes diversas para fazer diagnóstico da situação no estado e assim pensar formas de agir”.

“A concessão do saneamento é um processo muito corajoso, um desafio muito grande que se tornou o maior projeto ambiental que se vê no Brasil”

— Ana Asti, subsecretária do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro

Em outra frente, os técnicos do Psam recolhem informações dos municípios e das concessionárias para abastecer uma base de dados geoespacial do saneamento no estado que pode ser acessada na internet. “Dar transparência à população faz parte do trabalho”, disse a geógrafa.

O uso da tecnologia a favor da melhoria ambiental também está presente no centro de monitoramento da Baía de Guanabara, projeto desenvolvido pelo Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia, da Coppe/UFRJ, que foi detalhado pelo professor Luiz Paulo Assad. A partir da inibição dos agentes poluidores, como despejo de esgoto e de lixo, a renovação natural das águas traz de volta a balneabilidade das praias.

“A gente tem alguns aspectos importantes para garantir que esse processo continue, entendendo quais são as ameaças. Desenvolvemos uma plataforma digital de observação e monitoramento das condições oceanográficas e meteorológicas da Baía de Guanabara. Não só isso: estamos fazendo uma caracterização social e econômica dos territórios no entorno da baía, fundamental para entendermos os impactos, porque temos diferentes baías que devem ser monitoradas”, afirmou o professor.

A entrada da baía, com as praias do Rio e de Niterói, é muito diferente do fundo da baía, onde há regiões de mangue ainda muito deterioradas pela poluição ambiental.

“Essa plataforma de monitoramento vai ajudar não só a atuar frente a derramamentos de óleo e outros poluentes, mas também para traçar estratégias para manutenção da qualidade da água da baía de diferentes formas. A plataforma utiliza dados meteorológicos e fluviais, mas também correntes marinhas, marés. Em breve a gente deve disponibilizar dados para o Inea e outros órgãos para que possam atender as demandas emergenciais”, afirmou Assad.

Além do monitoramento, a fiscalização é fundamental para o avanço na proteção ambiental, como destacou o biólogo Mario Moscatelli:

“A gente teve décadas de uma delinquência ambiental permitida para transformar nossas bacias hidrográficas em valões de esgoto e lixo e nossas baías e lagoas em latrinas. É preciso fortalecer o setor de fiscalização. O delinquente ambiental tem que perceber que vai custar mais caro (praticar o crime) do que o benefício do que ele vai obter”.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/01/2026

EM DEPOIMENTO À PF, DIRETOR DO BC DIZ QUE MASTER TINHA SÓ R\$ 4 MILHÕES EM CAIXA QUANDO FOI LIQUIDADO

Banco de Daniel Vercaro foi liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025

Por Ivan Martínez-Vargas — Brasília

O diretor de fiscalização do Banco Central (BC), Ailton Aquino, afirmou em depoimento no Supremo Tribunal Federal (STF) que o Banco Master tinha apenas R\$ 4 milhões em caixa quando teve sua liquidação extrajudicial decretada pela autoridade monetária, em novembro do ano passado.

A oitiva foi realizada em dezembro de 2025 por determinação do ministro Dias Toffoli, do STF.



Ailton Aquino dos Santos - Diretor de Fiscalização —
Foto: Pedro França/Agência Senado

— Dada a crise de liquidez do Master, e com R\$ 80 bilhões, o acompanhamento por parte da supervisão era fundamental (...). Para pontuar isso claramente, um banco de R\$ 80 bi tem liquidez de R\$ 3 bi, R\$ 4 bi livres. O Master antes da liquidação só tinha R\$ 4 milhões em caixa — disse Aquino a Ubiratan Cazetta, chefe de gabinete do procurador-geral da república, Paulo Gonet.

Aquino também afirmou que o BRB deverá fazer uma provisão em seu balanço, por causa de ativos inexistentes do Master, de mais de R\$ 5 bilhões. O banco estatal do Distrito Federal ainda mantém em seu balanço ao menos R\$ 2,3 bilhões de créditos do Banco Master que são inexistentes. Há também ativos que são ilíquidos ou de difícil recuperação.

— A dimensão da provisão dentro do balanço do BRB será de elevada monta. (...). A probabilidade é que seja mais de R\$ 5 bilhões de ajuste — disse o diretor de fiscalização do BC à delegada Janaina Palazzo, da PF, durante o depoimento.

Aquino disse à PF que, após o BC ter identificado que a carteira de crédito do Master adquirida pelo BRB era composta por "créditos inexistentes", o então presidente do banco estatal do Distrito Federal iniciou um processo de internalização dos créditos, ou seja, de troca dos créditos inexistentes por ativos do Master com lastro. O diretor do BC afirmou, no entanto, que o BRB não conseguiu encontrar o suficiente para cobrir o rombo.

— No curso do processo, ele não consegue internalizar tudo, chamar todos os ativos, trocar. (...) A gente mostra claramente que ainda da Tirreno dentro do balanço do BRB tem mais de R\$ 2,3 bilhões ainda faltando, que não se conseguiu trocar por ativos possíveis dentro do Master, ou seja, não tinha mais ativos dentro do balanço do Master possíveis de troca — afirmou Aquino.

Aquino diz que, a pedido do Ministério Público Federal, o BC realizou uma auditoria nas substituições de ativos do Master feitas pelo BRB em 2024 e 2025 e que concluiu que deve-se provisionar cerca de R\$ 2,6 bilhões provenientes de créditos falsos da empresa Tirreno no balanço do BRB.

O diretor do BC cita um ofício enviado ao Supremo Tribunal Federal, como resultado de auditorias pedidas pelo Ministério Público Federal nas carteiras de crédito do Master adquiridas pelo BRB entre 2024 e 2025:

— Neste ofício (enviado ao STF) tem um relato do Banco Central, a gente deixa claro que deve-se provisionar quase R\$ 2,6 bilhões de Tirreno dentro do balanço do BRB, porque R\$ 2 bisão originários da Tirreno e tem mais R\$ 580 milhões que não foram recebidos da Tirreno. Então, aqui já tem quase R\$ 2,7 bilhões de provisão, e a gente também, em virtude da qualidade dos ativos que o BRB conseguiu buscar no Master, a gente também está ponderando que faltam mais. Tem que ser feita uma provisão de mais R\$ 2,2 bilhões — disse Aquino.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/01/2026

CORREIOS ABREM INSCRIÇÃO PARA PDV; OBJETIVO É CORTAR 10 MIL VAGAS EM 2026

Programa de demissão voluntário deve chegar a 15 mil funcionários, com mais 5 mil desligamentos previstos para 2027

Por **Bernardo Lima** — **Brasília**



Correios avaliam que precisam fechar parcerias para buscar soluções inovadoras — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Os Correios vão reabrir, na próxima semana, as inscrições para o Plano de Desligamento Voluntário (PDV) previsto para cerca de 10 mil funcionários neste ano. A iniciativa é uma das medidas de corte de gastos previstas no plano de recuperação para equilibrar a situação financeira da estatal.

Segundo o plano anunciado pela empresa em dezembro, a expectativa é de que até 15 mil funcionários façam parte do plano de demissão até 2027. Os Correios estimam uma economia R\$ 2,1 bilhões anuais com os desligamentos.

As demissões estão prevista para ocorrer ao longo de 2026 e 2027, com cerca de 10 mil cortes neste ano e mais cinco mil no ano que vem.

A participação no programa é voluntária. Segundo os Correios, neste PDV 2026, as inscrições ficarão abertas até 31 de março. Os desligamentos serão concluídos até o fim de maio.

Em anúncio nesta sexta, os Correios divulgaram as regras para que os funcionários possam se inscrever no plano de demissão:

- É necessário ter, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na empresa e ter recebido remuneração por pelo menos 36 meses dentro dos últimos 60 meses
- O funcionário deve ter menos de 75 anos até a data do desligamento

Além das demissões, os Correios também preveem o fechamento de mil agências, com uma economia prevista de R\$ 2,1 bilhões.

Mesmo com as medidas, os Correios devem apresentar um déficit de em torno de R\$ 9 bilhões em 2025. A tendência é de que haja um prejuízo ainda maior no ano que vem, segundo o presidente da empresa. Os Correios só devem voltar a dar lucro a partir de 2027.

O plano será implementado para reverter 12 trimestres seguidos de prejuízos das empresas. Atualmente, a empresa enfrenta um déficit estrutural de mais de R\$ 4 bilhões anuais por causa do cumprimento da universalização do serviço postal em locais remotos.

Confira as principais medidas anunciadas abaixo:

- Empréstimo de R\$ 12 bilhões (R\$ 10 bilhões neste ano, e R\$ 2 bilhões em 2026).
- Mais R\$ 8 bilhões em operação de crédito em 2026
- Plano de demissão voluntária para 15 mil funcionários com economia de R\$ 2,1 bilhões anuais
- Revisão de planos de saúde, com economia de R\$ 700 milhões
- Fechamento de mil agências deficitárias e redesenho da malhas, com impacto positivo de R\$ 2,1 bilhões
- Novas parcerias e diversificação de atividades (serviços financeiros e seguros), com ganho esperado de R\$ 1,7 bilhão
- Venda e alienação de imóveis e ativos, com receita estimada de R\$ 1,5 bilhão
- Empréstimo de R\$ 4,4 bilhões com banco dos Brics para modernização de serviços e tecnologias
- Contratação de consultoria para rever modelo organizacional e societário

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2026

CONTRATO ASSINADO POR VORCARO PREVIA QUE DINHEIRO PARA COMPRA DE REDE DE RESTAURANTES DEVERIA SER APLICADO NO MASTER

Acordo previa que dinheiro usado para aquisição e investimento na companhia fosse reaplicado em CDBs do banco

Por Dimitrius Dantas — Brasília



O CEO do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso na última segunda-feira (17) pela PF — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Um contrato assinado em fevereiro de 2025 pelo banqueiro Daniel Vorcaro revela que a compra de ações no grupo Alife, detentor de marcas como Tatu Bola, Nino Cucina e Boteco Rainha, foi condicionada a investimentos em certificados de depósito bancários (CDBs) do Master. A operação movimentou cerca de R\$ 440 milhões e permitiu a compra de ações do grupo de food service por um fundo administrado pela gestora Reag. Parte dos recursos era destinado a investimentos, o que incluía a compra de outra rede de restaurantes, a Camarada Camarão.

O banqueiro e a gestora são investigados pela Polícia Federal em um inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) sob suspeita de fraude financeira. O Master e a Reag foram liquidados pelo Banco Central após o início das investigações.

O grupo Alife, que não é investigado, disse em nota que, por dever de confidencialidade contratual e proteção de informações estratégicas, não comentaria termos específicos de operações realizadas. A empresa sublinhou que a transação em questão observou a legislação e a regulamentação aplicáveis. Afirmou, ainda, que as condições previstas no contrato, de reservar parte do valor em um investimento para aquisições futuras, é prática usual em fusões e aquisições.

"À época da operação, em 2024, não havia qualquer suspeita ou questionamento quanto ao fundo, seus cotistas ou a origem dos recursos envolvidos. O contrato contempla, ainda, cláusulas específicas de compliance — incluindo anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro —, com responsabilização e mecanismos de indenização em caso de violação", afirmou o grupo, por meio de nota.

A defesa de Vorcaro, por sua vez, informou que o Banco Master não é administrador do fundo que adquiriu as ações do Alife nem participa de suas decisões de investimento.

Pelo contrato, o fundo de investimentos Strelitzia FIP adquiriu ações dos três acionistas da empresa do ramo alimentício. À época, os acionistas eram o Fundo XP Equity, o grupo A.Life Partners e o Grupo Irajá. Vorcaro aparece no documento como "interveniente anuente" — terceira pessoa ou entidade que participa para autorizar ou consentir com os termos, para assegurar que as obrigações ou direitos relacionados ao acordo sejam respeitados.

Caso Master: Ala do STF vê divulgação de vídeos de depoimentos como tentativa de reduzir críticas. Os recursos do negócio com o grupo de restaurantes foram divididos em duas partes. Uma delas para comprar as ações dos acionistas e outra na forma de investimento, para aumentar o capital social da empresa e financiar a aquisição da rede Camarada Camarão. Em todas as cláusulas, existia a previsão de que o dinheiro permanecesse em CDBs do Banco Master, variando apenas o prazo de vencimento.

O acordo firmado para a compra das ações estabelecia uma "trava bancária" explícita para o uso dos recursos. Uma parte do dinheiro, de R\$ 210 milhões, foi reservada para a aquisição da participação na empresa. Em troca das ações vendidas por cada um dos acionistas, havia a determinação expressa de que eles deveriam ser aplicados em certificados de depósito bancário (os CDBs) de emissão do Banco Master, com prazo de vencimento de um a três anos.

Segundo o advogado e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rodrigo Fialho Borges, especialista em fusões e aquisições, a utilização de uma conta separada para um propósito específico, como ocorreu no caso da compra da rede Camarada Camarão, é comum em contratos de aquisição e investimento. Entretanto, segundo Fialho, é incomum que seja especificado em qual banco especificamente ficará o investimento. Isso não quer dizer, segundo ele, que necessariamente haja alguma ilegalidade.

— No caso da alienação de participação societária, não é comum a determinação de investimento das parcelas do Preço de Aquisição em CDBs de um emissor específico. No caso do investimento, não é raro se negociar uma cláusula que determina como o recurso deve ser usado. No entanto, mesmo nesse caso, não é comum a determinação de investimento em CDB de um emissor específico — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

DESEMBARGADORA DECRETA BLOQUEIO DE R\$ 150 MILHÕES DA FICTOR, HOLDING QUE TENTOU COMPRAR O MASTER

Maria Lúcia Pizzotti, do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu pela constrição dos ativos da Fictor como uma forma de preservar garantias de um contrato de uma operação de cartões de créditos empresariais; holding informou que somente se manifestará nos autos do processo

Por Carlos Eduardo Valim e Felipe de Paula

A desembargadora Maria Lúcia Pizzotti, do Tribunal de Justiça de São Paulo, decretou na última quarta-feira, 27 o bloqueio cautelar de R\$ 150 milhões da Fictor, holding de investimentos que atua na compra de participações e gestão de empresas. A empresa, que tem capital aberto na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, ficou mais conhecida por ter feito uma proposta de compra do Banco Master um dia antes de ele ter a sua liquidação decretada pelo Banco Central, em 18 de novembro do ano passado.

Procurada, a Fictor informou que somente se manifestará por meio dos autos, uma vez que o processo está em segredo de justiça.

A decisão da magistrada, que compõe a 30ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP, impôs o bloqueio dos ativos financeiros da Fictor como uma forma de preservar uma garantia em dinheiro desse valor de R\$ 150 milhões que seria prevista em contrato de uma operação de cartões de créditos empresariais. A decisão foi uma resposta a recurso após um entendimento anterior que negou o bloqueio.



Desembargadora Maria Lúcia Pizzotti, do Tribunal de Justiça de São Paulo, decretou na última quarta-feira, 27 o bloqueio cautelar de R\$ 150 milhões da Fictor

Desde o início do ano, a holding passou a enfrentar uma série de ações judiciais movidas por investidores que afirmam não ter recebido a rentabilidade mensal fixa prometida pela empresa. Segundo os processos, após solicitarem o resgate dos valores aplicados, os investidores não receberam os recursos no prazo contratual, diante de sucessivas justificativas e atrasos apresentados pela empresa.

Além da decisão da desembargadora Pizzotti, um outro decreto judicial embargou R\$ 7,3 milhões da Fictor no dia 26 de janeiro. A Justiça apontou risco concreto de prejuízo aos credores. A decisão

afirma que, “no que refere ao perigo de dano, os autores relatam atrasos reiterados na restituição da quantia investida (resgate), ausência de resposta às notificações extrajudiciais e notícias de instabilidade financeira do grupo econômico Fictor, ora requerido, circunstâncias que, em conjunto, revelam risco concreto de frustração da futura satisfação do crédito”.

Outras decisões de constrição patrimonial contra a empresa também indicam indícios de irregularidades na estrutura de captação de recursos e o risco de inadimplemento generalizado. Em outro despacho, a Justiça registrou que “o contexto delineado nos autos aponta para risco concreto de dissipação ou indisponibilidade futura do patrimônio das rés, seja pela corrida de credores, seja pela possibilidade de adoção de medidas empresariais que comprometam a solvência”.

A Fictor ganhou projeção nacional ao anunciar, em novembro de 2025, a intenção de comprar o Banco Master um dia antes da liquidação da instituição pelo Banco Central. À época, a empresa afirmou estar disposta a aportar R\$ 3 bilhões, em parceria com investidores árabes não identificados - proposta que gerou dúvidas no mercado sobre sua viabilidade financeira. A holding também figura como patrocinadora da Sociedade Esportiva Palmeiras.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2026

ALUMÍNIO, AÇO, CELULOSE: POR QUE A VOTORANTIM ESTÁ SE DESFAZENDO DE SEUS NEGÓCIOS DE COMMODITIES

Grupo da família Ermírio de Moraes anunciou a venda da CBA por R\$ 4,7 bilhões para a chinesa Chalco e a anglo-australiana Rio Tinto

A venda da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), um ícone da indústria brasileira de alumínio, anunciada na noite de quinta-feira, 30, é mais um movimento na estratégia que o grupo Votorantim adotou desde 2018 para sair, gradativamente, do negócio de commodities, e investir em outros setores, como infraestrutura e energia.

O argumento da direção do grupo da família Ermírio de Moraes é de reduzir a exposição a esse mercado, que tem ciclos constantes de altas e baixas. O controle da empresa foi vendido por R\$ 4,7 bilhões (US\$ 903 milhões, na cotação de quinta-feira) para um consórcio liderado pela gigante chinesa Chalco, em parceria com a anglo-australiana Rio Tinto.

A operação envolve um valor total da empresa de R\$ 10,7 bilhões, considerando a parte dos acionistas controladores (68,5%), dívidas da companhia (em torno de R\$ 4 bilhões) e a oferta de compra de ações dos minoritários (31,5%), a ser realizada — cerca de R\$ 2,2 bilhões.



Bobinas de alumínio produzidas pela CBA em Alumínio, no interior paulista Foto: CBA/Divulgação

Em linha com sua estratégia, inicialmente o grupo se desfez dos ativos de aço no Brasil — a Votorantim Siderurgia — para a ArcelorMittal, que se tornou líder do setor aços longos no País. A grande operação, no entanto, veio a seguir, com a transferência do controle da produtora de celulose Fibria para a Suzano, a contragosto de alguns integrantes da família, que achavam que era um ativo a ser mantido. Era um negócio na Votorantim desde a década de 1980.

A operação mais difícil de se desfazer foi a siderúrgica Paz del Rio, na Colômbia, alguns anos atrás. Nesse ativo, comprado em 2007, a Votorantim desembolsou cerca de US\$ 600 milhões, somando investimentos após assumir o controle. Era uma planta industrial pequena, dos anos 1960, com instalações obsoletas que tiveram de ser modernizadas. A venda saiu por cerca de US\$ 20 milhões, mais dívidas.

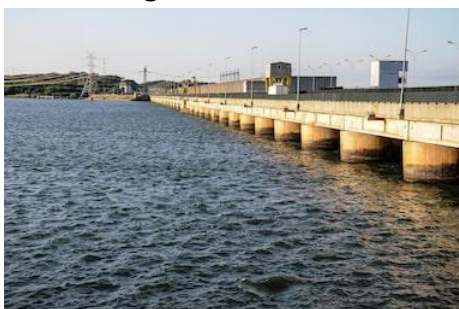
No caso da CBA, que abriu o capital em 2021 na B3, a empresa vinha enfrentando dificuldades de competição. Necessitava fazer um plano robusto de modernização das instalações e de crescimento para ter uma projeção global. A Votorantim evitou admitir, durante quase um ano de negociações, que pretendia se desfazer do controle da CBA e sair da área de alumínio. A evolução do negócio, todavia, mostrou o contrário.

A alegação era de que o foco do grupo era buscar um sócio para a CBA, ou até se desfazer do projeto de uma nova mina de bauxita (minério do alumínio) no Pará. As vastas reservas de minério permitem montar um projeto de até 18 milhões de toneladas de produção por ano. Só para começar, porém, o desembolso nessa mina, chamada Projeto Rondon, era de R\$ 2,5 bilhões e a empresa não dispunha de capital para ir adiante. Era necessário investidores de peso no setor, como a Chalco e a Rio Tinto, de abrangência global.

Esse movimento da Votorantim não deve parar na CBA, de acordo com interlocutores do setor ouvidos pelo Estadão. Os próximos passos, embora a Votorantim não veja isso como inexorável, envolvem dois outros ativos da mesma categoria: commodities. Primeiro, vender o controle da mineradora de zinco e chumbo Nexa Resources, que tem operações no Brasil e no Peru. E, no momento mais adequado, se desfazer da fabricante de aços longos Acerbrag, que fica na Argentina, uma operação média, que concorre com ArcelorMittal e Gerdau no país.

Procurado, o grupo Votorantim informou que não vai comentar o negócio.

Novos negócios



Com foco numa gestão de portfólio, à medida que foi saindo de alguns negócios, como aço e celulose, a Votorantim foi alocando capital em outras áreas. Reorganizou a empresa de energia, com o fundo canadense CPP Investments, e criou em 2020 a Auren Energia. Essa empresa, em 2024, comprou o controle da AES Energia, por R\$ 13 bilhões, e se tornou a terceira maior geradora de energia do País, focada em renováveis.

Usina de Porto Primavera, da Auren Foto: Epitácio Pessoa/Estadão

O grupo também fez movimentos em dois outros setores. Em infraestrutura, com a holding Itaúsa, entrou no bloco de controle da Motiva (ex-CCR), em 2023. Na área farmacêutica, há pouco mais de um ano passou a deter 11% da Hypera, com presença no grupo controlador.

A Votorantim também decidiu entrar no mercado imobiliário corporativo. Para isso, três anos atrás criou a Altre, que já tem investimentos no Brasil e nos Estados Unidos. Com o fundo Temasek, de Singapura, criou a gestora de investimentos 23S Capital, focada em empresas de alto crescimento no Brasil, com um fundo de R\$ 3,6 bilhões para fazer aportes em ativos de vários segmentos.

No momento, a Votorantim mantém em seu portfólio, com controle do grupo, a companhia de cimento Votorantim Cimentos, que responde por metade da receita do grupo; Nexa Resources (metais); Acerbrag (aço); e Altre (mercado imobiliário). Como investidora, com parceiros, a Auren Energia, o Banco BV (50%), a Citrosuco (suco de laranja), também com 50%, Motiva (ex-CCR, de infraestrutura), com 10,2%; Hypera (farmacêutica), com 11%; e a 23S Capital.

Em 2024, o grupo teve receita líquida de R\$ 51,8 bilhões, gerando lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, em inglês) de R\$ 11,9 bilhões e lucro líquido de R\$ 830 milhões. O balanço de 2025 será publicado em abril. As informações do terceiro trimestre indicavam uma posição de caixa de R\$ 13,6 bilhões no consolidado e R\$ 8,4 bilhões no nível da Votorantim S/A.

História de 70 anos

A CBA entrou em operação na atual cidade de Alumínio, na região de Sorocaba (SP), em 1955. A companhia era a “menina dos olhos” do empresário Antônio Ermírio de Moraes, integrante da terceira

geração da família, falecido em 2014. Ficou a cargo dele, um engenheiro de minas formado nos Estados Unidos, a criação da empresa, bem como todas as intercorrências enfrentadas para colocar o projeto de pé.

Com uma operação integrada — do minério (bauxita) à alumina, metal primário e produtos laminados —, a CBA é a maior fabricante de alumínio do País, com capacidade de produção de metal (primário e reciclado) na faixa de 700 mil toneladas por ano. A produção de bauxita, de 2,4 milhões de toneladas, que chega por trens na fábrica de Alumínio, é feita em reservas minerais situadas na região de Cataguases (MG) e Barro Alto (GO). Em 2024, a empresa teve receita líquida de R\$ 8,2 bilhões.

A CBA é autossuficiente em geração de energia, com um grande parque de hidrelétricas e investimentos em geração eólica e solar (1,6 GW de capacidade instalada). Esse é considerado um grande diferencial da companhia para dar sustentação ao negócio, uma vez que energia é o insumo de maior custo na fabricação do metal primário — na média de 35% a 40% do custo caixa de produção.

Esses ativos passarão, após as aprovações dos órgãos reguladores e antitruste nacionais, ao controle da Aluminum Corporation of China Limited (Chalco), a principal subsidiária operacional da Aluminum Corporation of China (Chinalco), e da Rio Tinto. A Chalco é um dos maiores grupos integrados do setor de alumínio em escala global, com atuação internacional e presença em mais de 50 países, operando ao longo de toda a cadeia produtiva do alumínio. A companhia chinesa ficará com 67% do capital da CBA.

A Rio Tinto, com sede global em Londres e corporativa em Melbourne, Austrália, conforme comunicado da CBA, é uma empresa global líder no setor de mineração e materiais, com mais de 150 anos de atuação. A companhia está presente em 35 países, sendo a segunda maior produtora de minério de ferro do mundo, atrás da Vale, além de cobre, alumínio e minerais críticos. Tem produção anual de 58 milhões de toneladas de bauxita e 3,5 milhões de toneladas de alumínio primário.

Ofensiva chinesa no Brasil

A aquisição da CBA é a segunda de grupos chineses em menos de dois meses no Brasil. Companhias do país asiático vêm avançando a passos largos sobre o setor de mineração e metais no País. Em dezembro, a CMOC Group Limited comprou quatro minas de ouro da Equinox Gold por US\$ 1,015 bilhão.



Mina de Aurizona, localizada no Maranhão, vendida à chinesa CMOC Foto: Equinox Gold/Divulgação

aço.

Em 2016, a CMOC já havia adquirido as unidades de produção de nióbio e de fertilizantes fosfatados da Anglo American, com operações em Catalão e Ovidor (GO) e em Cubatão (SP). Passou a ser a segunda maior produtora de nióbio do País, atrás da CBMM. A China é um grande consumidor da liga ferro-nióbio, utilizada na produção de

No ano passado, a MMG Limited, estatal chinesa (subsidiária da gigante China Minmetals), adquiriu as duas operações de produção de níquel da Anglo American em Goiás (Niquelândia e Barro Alto), incluindo minas do metal, por cerca de US\$ 500 milhões (R\$ 2,7 bilhões na época). A produção dessas duas unidades corresponde a 60% da oferta de níquel no País.

Também em 2025, a Mineração Vale Verde, de cobre, localizada em Craíbas (Alagoas), foi vendida pelo fundo inglês de private equity Appian Brazil para a chinesa Baiyin Nonferrous Group por aproximadamente US\$ 420 milhões.

No final de 2024, a Mineração Taboca, que pertencia à peruana Minsur, foi comprada pela estatal chinesa CNMC (China Nonferrous Metal Mining Group) por US\$ 340 milhões. A transação, concluída

no início do ano passado, envolveu a mina de estanho Pitinga, no Estado do Amazonas, e a fundição do metal em Pirapora do Bom Jesus, município da Grande São Paulo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2026

MILEI E TRUMP NEGOCIAM PARA QUE ARGENTINA RECEBA IMIGRANTES DEPORTADOS DOS EUA

Negociação permitirá aos EUA deportar imigrantes de outras nações para o país sul-americano
Por Hamed Aleaziz (The New York Times) e Emma Bubola (The New York Times)

WASHINGTON - Os Estados Unidos e a Argentina estão em negociações avançadas para assinar um acordo que permitiria aos EUA deportar imigrantes de outros países para a nação sul-americana, de acordo com duas pessoas familiarizadas com as negociações e documentos do governo americano obtidos pelo The New York Times.

As negociações ocorrem em um momento em que o governo Trump mobilizou um esforço de deportação amplo e agressivo, incluindo o envio de agentes de imigração para cidades americanas, às vezes com consequências fatais.

As conversas também ocorrem em um momento em que o governo argentino intensificou a retórica anti-imigração sob a presidência de Javier Milei, que diz ter realizado números recordes de expulsões. Recentemente, o governo argentino enviou a polícia para operações de fiscalização da imigração nos subúrbios de Buenos Aires.



As duas pessoas que descreveram os detalhes do acordo falaram sob condição de anonimato para discutir negociações privadas.

O presidente da Argentina, Javier Milei (à esquerda), com o presidente dos EUA, Donald Trump, durante o Fórum Econômico Mundial (FEM) em Davos, em 22 de janeiro de 2026 Foto: Fabrice Coffrini / AFP

Embora ainda não haja um acordo finalizado, as conversas destacam o desejo de Milei de fortalecer sua aliança com os Estados Unidos e apoiar a repressão do presidente Trump, mesmo que isso corra o risco de entrar em conflito com sua própria política anti-imigração.

O governo Trump tem se apoiado cada vez mais em acordos de deportação com terceiros países, numa tentativa de cumprir as promessas de uma campanha de deportação em massa. Há várias razões para esses acordos, incluindo desencorajar migrantes a entrarem ilegalmente nos EUA.

Mas os acordos também servem a outro propósito: enviar cidadãos de países para os quais é difícil deportá-los, seja pela falta de relações diplomáticas ou pela impossibilidade de obter documentos de viagem para esses migrantes.

O governo Trump deportou migrantes de outras nações para diversos países dispostos a recebê-los, incluindo Costa Rica, El Salvador, Eswatini e Panamá. As deportações foram alvo de questionamentos jurídicos, mas até o momento os tribunais americanos permitiram que continuassem.

O vice-ministro interino das Relações Exteriores da Argentina, Juan Navarro, apresentou uma proposta no início deste mês para finalizar o acordo com terceiros países, de acordo com documentos do governo dos EUA vistos pelo The Times. O chanceler da Argentina, Pablo Quirno, havia se comprometido com as autoridades americanas a firmar o acordo, conforme mostram os documentos.



O acordo permitiria que os Estados Unidos enviassem cidadãos estrangeiros para a Argentina, a milhares de quilômetros ao sul de Washington, com a ideia de que, de lá, eles poderiam receber voos para retornar aos seus países de origem.

Segundo uma das pessoas — um funcionário do Departamento de Segurança Interna — familiarizada com as discussões, o acordo proposto permitiria que a Argentina aceitasse indivíduos detidos perto da fronteira logo após entrarem ilegalmente nos EUA.

O Ministério das Relações Exteriores da Argentina se recusou a comentar sobre as negociações em andamento e o Departamento de Estado dos EUA não respondeu ao pedido de comentário.

Os detalhes sobre a implementação do acordo ainda estão em discussão: o governo Milei expressou preocupação com o risco de reação negativa da população e com seus próprios esforços para limitar a imigração para a Argentina, segundo registros governamentais. Outros obstáculos incluem o potencial ônus financeiro para a Argentina em meio aos cortes orçamentários implementados por Milei e a falta de infraestrutura para abrigar e transportar migrantes, conforme mostram os registros.

Caso se chegue a um acordo, a Argentina seguirá os passos de outras nações sul-americanas que fecharam acordos semelhantes com os EUA, incluindo o Paraguai e o Equador, cujos líderes também são aliados políticos de Trump.

Em setembro, os Estados Unidos ofereceram um auxílio de 20 bilhões de dólares à Argentina, o que foi fundamental para fortalecer a posição do presidente Milei antes das importantes eleições de meio de mandato.

Durante grande parte de sua história moderna, a Argentina tratou a imigração como um princípio fundamental de sua identidade nacional e não como uma questão que pudesse desencadear uma divisão política. O país foi construído por ondas de imigrantes e há muito tempo está acostumado a ver os recém-chegados como parte do tecido nacional, o que se traduz em políticas relativamente permissivas. Plataformas anti-imigração geralmente não fazem parte das campanhas eleitorais como em outros países.

No entanto, à medida que Milei procura se promover como um líder da direita global e um aliado próximo de Trump, ele começou a criticar veementemente a imigração em massa, argumentando que os países ocidentais abandonaram seus interesses nacionais em favor da imigração em massa.

Em uma entrevista recente com Louis Sarkozy, filho do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, Milei afirmou que quando os imigrantes “não se adaptam à cultura, trata-se de uma invasão”, que pode “alterar a base cultural” de um país.

Nos Estados Unidos, os aliados de Milei têm adotado cada vez mais o termo “invasão” para descrever a imigração e proposto o endurecimento do acesso dos migrantes a serviços públicos, como saúde e educação. O governo do argentino também tomou medidas para acelerar as deportações de estrangeiros com antecedentes criminais.

A mudança de tom foi acompanhada por uma abordagem mais focada na segurança em relação à política de imigração, com as autoridades enfatizando o controle de fronteiras e o policiamento federal.

Na semana passada, enquanto milhares de americanos tomavam as ruas de Minneapolis para protestar contra as operações do ICE, o governo argentino realizava batidas de imigração com a participação de policiais, que normalmente não participam desse tipo de operação.

A ministra da Segurança da Argentina, Alejandra Monteoliva, afirmou em uma publicação no X nesta semana que 5.000 imigrantes foram “expulsos, tiveram a entrada negada ou foram extraditados” nos últimos dois meses, “quebrando um recorde histórico nacional”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2026

MINISTRO DO STJ MANDA POLÍCIA FEDERAL RETOMAR INQUÉRITO SOBRE COMPRA DE RESPIRADORES POR RUI COSTA

Og Fernandes deu prazo de 90 dias para realização de diligências e comunicação sobre o andamento do caso; procurado, Costa disse que deseja que “os criminosos possam responder por seus crimes”.

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA - O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Og Fernandes, determinou o envio à Polícia Federal para retomada do inquérito sobre desvios na compra de respiradores pulmonares pelo ex-governador da Bahia e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa. O ministro deu um prazo de 90 dias para que a PF realize diligências e comunique o andamento da apuração.

Procurado, o ministro Rui Costa enviou, por meio da assessoria, uma manifestação: “Desejo que os criminosos possam responder por seus crimes”.



O ministro da Casa Civil, Rui Costa Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Como revelou o Estadão em agosto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) havia apontado a existência de indícios de crimes envolvendo Rui Costa no caso e solicitado a retomada da apuração. O processo, porém, estava no Supremo Tribunal Federal (STF) por causa do foro de Rui Costa. Na época, por meio de sua assessoria, Costa afirmou que não há fatos que o vinculem a irregularidades no contrato.

O relator, ministro Flávio Dino, então devolveu o caso ao STJ. Mesmo assim, o processo tramitou com lentidão e a ordem para retorno à PF só foi proferida cinco meses depois.

Primeiro, o ministro do STJ Og Fernandes pediu que a PGR opinasse sobre as diligências a serem adotadas. O vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand, respondeu apenas no dia 14 de janeiro. “Postula a remessa do inquérito, das cautelares e dos demais procedimentos correlatos à Polícia Federal, para que informe sobre o andamento das investigações e demais providências cabíveis, no prazo de 90 dias”, escreveu.

Og Fernandes, então, despachou o caso na última quarta-feira, 28, e acolheu a manifestação da PGR. Ele determinou também que a Procuradoria-Geral da República opine sobre petições que foram apresentadas no processo, para depois os autos serem remetidos à Polícia Federal.

O caso dos respiradores

A investigação apura um prejuízo de R\$ 48 milhões na compra de respiradores pulmonares pelo Consórcio Nordeste em 2020, no início da pandemia da covid-19. Na época, Rui Costa era governador da Bahia e presidente do consórcio. Ele assinou um contrato com uma empresa sem capacidade técnica e autorizou o pagamento adiantado, mas os respiradores nunca foram entregues.

O procurador-geral da República afirmou que o inquérito apura a participação de agentes públicos nos crimes investigados, citando a possível atuação de Rui Costa. De acordo com a manifestação da PGR, ele “assinou contrato com previsão de pagamento antecipado integral e sem garantias ao ente público”.

A investigação tramitou no STJ quando Rui Costa era governador, mas foi declinada para a primeira instância da Justiça Federal da Bahia após o fim do seu mandato na gestão estadual. Em maio deste ano, o inquérito foi enviado ao Supremo Tribunal Federal, depois de mudanças no entendimento sobre foro privilegiado. Flávio Dino, porém, entendeu que a competência no caso se refere ao mandato de governador e, por isso, deve continuar tramitando no STJ.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 30/01/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

ARGENTINA PLANEJA SE TORNAR DESTINO DE DEPORTAÇÕES DOS EUA, DIZ JORNAL

Trump e Milei trabalham em acordo que permitiria a Washington deportar imigrantes para a nação sul-americana; iniciativa se assemelha a tratado entre governo americano e Bukele de 2025

Por Valor — São Paulo



Donald Trump e Javier Milei — Foto: Mark Schiefelbein/AP Photo

Os Estados Unidos e a Argentina estão em negociações avançadas para assinar um acordo que permite que americanos deportem imigrantes de outros países para a Argentina. A informação foi obtida pelo jornal The New York Times por meio de duas pessoas familiarizadas com as tratativas e, também, de registros do governo americano.

A iniciativa traz semelhanças entre o acordo firmado entre EUA e El Salvador, comandado por Nayib Bukele, em 2025. O modelo adotado à época pelos países prevê uma política que se baseia na deportação de imigrantes dos Estados Unidos para El Salvador, mais especificamente, para o Centro de Confinamento do Terrorismo (Cecot), com o objetivo de acelerar as expulsões e desestimular novas travessias irregulares.

O governo Trump tem mobilizado um amplo esforço no tema das deportações, com o envio de agentes de imigração a cidades americanas. No último mês, Renee Good, mãe de três filhos de 37 anos, e Alex Pretti, enfermeiro de UTI também de 37 anos, foram assassinados por agentes do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) em Minneapolis, Minnesota.

Um movimento semelhante pode ser observado na Argentina. Sob o comando do presidente Javier Milei, o governo endureceu o discurso contra a imigração, divulgou números recordes de expulsões e passou a empregar forças policiais em operações de fiscalização migratória nos subúrbios da capital, Buenos Aires.

O acordo permitiria que os Estados Unidos enviassem estrangeiros para a Argentina, com a ideia de que, a partir dali, eles poderiam eventualmente receber voos para retornar a seus países de origem. De acordo com um funcionário do Departamento de Segurança Interna (DHS) ouvido pelo The New York Times sob anonimato, a Argentina aceitaria indivíduos detidos perto da fronteira logo após entrarem ilegalmente nos EUA.

Milei tem o objetivo de fortalecer sua aliança com Trump ao apoiar a ofensiva migratória do republicano. A ação, porém, pode ser lida como paradoxal, uma vez que o argentino corre o risco de entrar em conflito com sua agenda doméstica anti-imigração e gerar uma reação negativa da opinião pública. Outro impedimento seria o alto custo financeiro em meio a cortes orçamentários promovidos por Milei, além da falta de infraestrutura para abrigar e transportar migrantes.

Para cumprir promessas de deportação em massa que fez durante a campanha presidencial de 2024, Trump já deportou imigrantes de outras nacionalidades para vários países, como Costa Rica, El Salvador, Essuatíni e Panamá.

Essas deportações têm sido alvo de questionamentos judiciais, mas, até o momento, os tribunais permitiram sua continuidade. Além de desencorajar migrantes a cruzarem as fronteiras dos EUA, a medida visa agilizar e facilitar a deportação de pessoas para países terceiros, independentemente da nacionalidade do imigrante.

Antes de Milei, a Argentina era conhecida como uma nação que tratava a imigração como um pilar de sua identidade nacional e tecido social, uma vez que foi construída por sucessivas ondas de imigrantes. Não à toa, o país possuía políticas relativamente permissivas, e as eleições não traziam à tona propostas radicais anti-imigração.

O cenário começou a mudar quando aliados do presidente passaram a empregar com mais frequência o termo “invasão” para se referir à imigração, movimento que foi acompanhado de propostas para restringir o acesso de migrantes a serviços públicos, como saúde e educação. As deportações de estrangeiros com antecedentes criminais também se tornaram cada vez mais recorrentes, junto do maior controle de fronteiras e da atuação da polícia federal.

Em publicação no X, a ministra da Segurança, Alejandra Monteoliva, disse que 5.000 imigrantes foram “expulsos, tiveram a entrada negada ou foram extraditados” nos últimos dois meses, o que, segundo ela, representaria um recorde histórico nacional.

Caso o acordo seja fechado, a Argentina seguirá outros países sul-americanos que firmaram pactos semelhantes com os EUA, como Paraguai e Equador.

Em setembro, os EUA ofereceram à Argentina um pacote de ajuda de US\$ 20 bilhões. O montante foi considerado fundamental para fortalecer a posição de Milei às vésperas das eleições legislativas de meio de mandato.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2026

TRIBUNAL DO PANAMÁ ANULA CONTRATOS PORTUÁRIOS, E PRESIDENTE DIZ QUE OS PORTOS FUNCIONARÃO ININTERRUPTAMENTE

Mulino também afirmou que a APM Terminals Panama, uma subsidiária da Maersk, demonstrou interesse em assumir temporariamente a operação dos terminais e garantiu que não haverá demissões

Por Elida Moreno e Aida Pelaez-Fernandez, Em Reuters



A Panama Ports Company (PPC), uma subsidiária da CK Hutchison, detém contratos desde a década de 1990 para operar terminais de contêineres nas entradas do Pacífico e do Atlântico do canal, separadamente das operações da hidrovia — Foto: Matias Delacroix/AP

A Suprema Corte do Panamá anulou contratos portuários importantes detidos por uma subsidiária da CK Hutchison, com sede em Hong Kong, prejudicando possivelmente as operações no Canal do Panamá e os planos do país de vender alguns terminais. Entretanto, o presidente panamenho, José Raúl Mulino, afirmou que os portos do país continuarão operando sem interrupções. Mulino também afirmou que a APM Terminals Panama, uma subsidiária da Maersk, demonstrou interesse em assumir temporariamente a operação dos terminais e garantiu que não haverá demissões.

A Panama Ports Company (PPC), uma subsidiária da CK Hutchison, detém contratos desde a década de 1990 para operar terminais de contêineres nas entradas do Pacífico e do Atlântico do canal, separadamente das operações da hidrovia. A decisão poderá prejudicar a proposta da CK Hutchison de vender dezenas de portos por US\$ 23 bilhões, incluindo os terminais panamenhos, para um consórcio liderado pela BlackRock e pela Mediterranean Shipping Company (MSC).

A PPC afirmou na sexta-feira que não havia sido notificada da decisão do tribunal, mas considerou a sentença inconsistente com o quadro legal e as leis que lhe permitiam operar os portos. "A nova decisão... carece de fundamento jurídico e põe em risco não só a PPC e o seu contrato, mas também o bem-estar e a estabilidade de milhares de famílias panamenhas que dependem direta e indiretamente da atividade portuária, bem como o Estado de Direito e a segurança jurídica no país", afirmou em comunicado.

A PPC afirmou ter investido US\$ 1,8 bilhão em infraestrutura e tecnologia em quase três décadas operando os portos panamenhos, e reserva-se "permanentemente" todos os direitos, incluindo o recurso a processos judiciais nacionais e internacionais.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Guo Jiakun, afirmou em uma coletiva de imprensa na sexta-feira que o país "tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar resolutamente os direitos e interesses legítimos das empresas chinesas".

O governo de Hong Kong afirmou em comunicado que desaprova veementemente a decisão. "O governo se opõe veementemente a qualquer governo estrangeiro que utilize meios coercitivos, repressivos ou outros meios irracionais nas relações econômicas e comerciais internacionais para prejudicar seriamente os legítimos interesses comerciais das empresas de Hong Kong", afirmou.

As ações do conglomerado listadas em Hong Kong fecharam em queda de 4,6% após a decisão. O índice Hang Seng de Hong Kong recuou 2,1%.

"Eu esperaria uma pressão de curto prazo nas ações da CK Hutchison até que eles definam uma nova estrutura de venda", disse David Blennerhassett, estrategista da Ballingal Investment Advisors e colaborador do Smartkarma. "Essa nova estrutura pode sofrer atrasos consideráveis, dependendo de como eles avaliarem as opções em relação a essa decisão judicial."

O Supremo Tribunal declarou que, após "ampla deliberação", considerou inconstitucionais as leis e atos que sustentavam o contrato de concessão entre o Estado e a Companhia Portuária do Panamá para o desenvolvimento, construção, operação e gestão dos terminais de Balboa e Cristóbal. A decisão surge em meio a uma crescente rivalidade entre os EUA e a China sobre as rotas comerciais globais e é vista como uma vitória para Washington, uma vez que o presidente Donald Trump tem buscado conter a influência chinesa sobre o Canal do Panamá, que transporta cerca de 5% do comércio marítimo global.

Os principais concorrentes na compra dos portos da Hutchison, BlackRock e MSC, não responderam imediatamente aos pedidos de comentários da Reuters.

Trump havia elogiado o acordo proposto para a venda dos portos, especialmente as operações no Panamá, como uma vitória, já que transferiria os ativos comerciais para uma propriedade majoritária dos EUA. No entanto, a China ameaçou bloquear o acordo por considerá-lo contrário aos seus interesses nacionais.

Fontes disseram à Reuters que o país pressionou para que a empresa estatal de transporte marítimo COSCO assumisse o controle acionário da aquisição. A CK Hutchison aguardava uma decisão final do Supremo Tribunal sobre a legalidade de seus contratos, após o procurador-geral local ter considerado os contratos "inconstitucionais".

Os críticos dos contratos, que foram prorrogados nos últimos anos, também argumentaram que eles prejudicaram o Panamá. A decisão do Supremo Tribunal pode obrigar o país a reestruturar o quadro legal necessário para a celebração de contratos de operação portuária e, potencialmente, exigir novos concursos públicos para a operação dos terminais.

Garantir a operação ininterrupta dos portos é fundamental para as companhias de navegação que dependem do Panamá como centro de transbordo, onde os contêineres são transferidos entre embarcações que atendem a diversas rotas.

Em julho, o presidente panamenho, José Raúl Mulino, afirmou que parcerias público-privadas poderiam assumir o controle dos dois portos caso o tribunal invalidasse os contratos com a CK Hutchison.

Analistas sinalizaram a probabilidade de a Panama Ports apresentar uma queixa de arbitragem após perder o caso.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2026

ZONA DO EURO TEM CRESCIMENTO RESILIENTE EM 2025 APESAR DE TARIFAS

O consumo e os investimentos aceleraram, compensando as exportações baixas e a incerteza excepcional decorrente da política comercial dos Estados Unidos

Por Balazs Koranyi, Em Reuters — Washington



A economia do bloco cresceu 0,3% no quarto trimestre sobre os três meses anteriores, acima das expectativas de 0,2% em uma pesquisa da Reuters, e expandiu 1,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, contra projeção de 1,2% — Foto: REUTERS/Stephanie Lecocq

A economia da zona do euro cresceu mais rápido do que o esperado no quarto trimestre uma vez que o consumo e os investimentos aceleraram, compensando as exportações baixas e a incerteza excepcional decorrente da política

comercial dos Estados Unidos, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Eurostat.

Os números sinalizam uma resiliência notável para um bloco de 350 milhões de pessoas que se esperava que sucumbisse a uma guerra comercial com os EUA, ao aumento da concorrência das exportações da China e a anos de conflito militar na sua fronteira oriental.

No entanto, em cada trimestre do ano passado, a zona do euro apresentou um crescimento respeitável, embora não espetacular, apesar de a indústria e as exportações, os motores anteriores da expansão, terem tido dificuldades em recuperar seu ritmo.

A economia do bloco cresceu 0,3% no quarto trimestre sobre os três meses anteriores, acima das expectativas de 0,2% em uma pesquisa da Reuters, e expandiu 1,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, contra projeção de 1,2%.

A Espanha continuou sendo o motor do crescimento, expandindo 0,8% no quarto trimestre, acima do previsto. Mas a Alemanha, a maior economia da zona do euro, também parece estar saindo de anos de dificuldades ao crescer 0,3%, acima da estimativa dos economistas de 0,2%.

“O desempenho do quarto trimestre (para a Alemanha) é reconhecidamente modesto, mas ainda assim é o melhor desempenho trimestral dos últimos três anos”, disse o economista do ING Carsten Brzeski. “O aumento de novos pedidos e a queda nos estoques são um bom presságio para, pelo menos, uma leve recuperação na indústria.”



A Itália também superou as previsões com um crescimento de 0,3%, enquanto a França, prejudicada pela instabilidade política, cresceu 0,2%, conforme previsto.

A Irlanda, no entanto, criou um impacto negativo nas estatísticas do bloco, uma vez que o seu vasto setor multinacional, sediado no país por razões fiscais, registrou uma contração acentuada. No entanto, trata-se mais de um efeito estatístico e não indica uma contração real da economia.

2026 começa bem

Outros números já sugerem que o bloco começou 2026 em uma posição relativamente forte.

Uma importante leitura de confiança divulgada na quinta-feira mostrou um salto inesperado, impulsionado pela França e pela Alemanha, com ganhos generalizados em todos os principais setores.

Enquanto isso, a indústria mostra sinais de estabilização, as famílias finalmente começaram a reduzir sua taxa de poupança historicamente alta, o desemprego se mantém próximo de níveis recordes e a inflação está estável em torno da meta de 2% do Banco Central Europeu.

As perspectivas são ainda mais impulsionadas pelo boom de gastos da Alemanha em infraestrutura e defesa, que pode demorar a decolar, mas terá um impacto mensurável no crescimento a partir do segundo trimestre.

Isso encerrará três anos de estagnação alemã e provavelmente apoiará o resto da Europa, já que sua indústria depende de uma vasta base de fornecedores espalhada por todo o bloco.

No entanto, é improvável que as exportações se recuperem totalmente em breve, uma vez que as tarifas dos EUA, a concorrência chinesa cada vez mais forte e a queda do dólar ao longo do último ano apontam para uma mudança permanente nos padrões comerciais.

Isso coloca sobre a economia doméstica o fardo de encontrar novas fontes de crescimento. Mas economistas afirmam que o consumo tem muitas reservas, assim como o comércio intra-UE, mantendo as perspectivas relativamente otimistas.

De fato, a maioria das projeções aponta para um crescimento na faixa de 1,2% a 1,5% nos próximos anos, ou seja, próximo ao potencial do bloco.

Isso coloca o BCE em uma posição muito confortável, já que a inflação está na meta, as taxas de juros estão em um nível neutro e o crescimento está no potencial — uma trindade que algumas autoridades chamam de nirvana do banco central.

É por isso que investidores preveem taxas de juros estáveis durante todo o ano, com apenas novos choques podendo alterar essa perspectiva.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2026

MANOBRAS DE TRUMP REVERBERA NO BRASIL, APONTA FGV IBRE

Boletim Macro destaca efeitos de ataques ao Fed na inflação e no câmbio no país

Por Marcelo Osakabe — De São Paulo

Os ataques promovidos pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, à independência do Federal Reserve, o banco central americano, tendem a causar o efeito contrário ao desejado pelo republicano, encarecendo o financiamento da dívida. Ainda que a última rodada de hostilidades contra a instituição não tenham repercutido sensivelmente na curva de juros do país, já é possível contabilizar prejuízos à estratégia trumpista, alerta a edição de janeiro do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).



José Júlio Senna: “Trump começa finalmente fortalecer a oposição mesmo no Congresso dominado por republicanos” — Foto: Claudio Belli/Valor

Essa situação tem gerado uma conjuntura benéfica ao Brasil e outros emergentes no curto prazo, à medida em que os ataques elevam a desconfiança do investidor sobre os EUA e os empurra em direção a ativos não denominados em dólar.

No pregão da última terça-feira, o dólar testou o patamar de R\$ 5,20, nível não observado desde maio de 2024, enquanto o Ibovespa atingiu novas máximas históricas ajudadas por um influxo de estrangeiros não visto desde novembro de 2020. Os pesquisadores do Ibre, por outro lado, ponderam que um enfraquecimento de Trump pode colocar dólar em trajetória de recuperação e, com isso, dificultar o controle da inflação pelo Banco Central brasileiro.

No mais recente episódio da escalada, o Departamento de Justiça americano abriu uma investigação criminal contra o presidente do Fed, Jerome Powell, por supostamente ter mentido em seu depoimento ao Senado americano ao responder sobre as obras de renovação da sede do BC em Washington. A tentativa de intimidação ecoa acusações já feitas contra outras figuras públicas que se opuseram a Trump, como John Bolton, ex-conselheiro de segurança, e James Comey, ex-diretor do FBI.

“Independentemente do resultado dessa acusação, a Casa Branca já perdeu. Ao tomar atitudes que vão contra vários dos valores-chave da cultura americana - o respeito às leis e às instituições, cooperação internacional, entre outros -, Trump começa finalmente fortalecer a oposição mesmo no Congresso dominado pelo Partido Republicano”, diz o pesquisador do Ibre José Júlio Senna. “Prova disso é que aparentemente desistiu e passou a indicar que [Kevin] Hassett irá permanecer ao seu lado na Casa Branca. É sinal de que a barra ficou mais alta.”

“[Reação das instituições dos EUA] seria risco para cenário inflacionário do Brasil”
— Samuel Pessôa

Diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, Hassett é figura próxima a Trump e chegou a ser favorito nas bolsas de aposta para assumir o comando do Fed.

Também em reação aos ataques de Trump, Powell passou a deixar em aberto a possibilidade de permanecer no Conselho de Diretores do Fed, manobra extremamente rara - somente um ex-presidente, Marriner Eccles, o fez, entre 1948 e 1951. A medida deixaria Trump com uma indicação a menos para fazer ao final do período de Powell na presidência, nota Senna.

Guardadas as devidas proporções, o exemplo da Turquia serve como alerta, segundo o pesquisador Lívio Ribeiro. O país convive, pelo menos desde 2019, um sequência de intervenções do presidente Recep Tayyip Erdogan sobre o BC do país, que já colocou seis presidentes à frente da instituição.

Erdogan, assim como Trump, fez campanha para baixar os juros “na marra” com o objetivo de impulsionar a economia. Pressionada, de um lado, pela diretoria do presidente turco e, de outro, pela inflação galopante, a taxa básica de juros do país viveu uma gangorra: caiu de 24% para 8,25% em meados de 2020, voltou a 19% em março de 2021 e a 8,50% no início de 2023, momento a partir do qual subiu até bater 50% em 2024, permanecendo nesse patamar durante boa parte do ano.

“No fim de 2025, os juros básicos na Turquia estavam em 38%, a inflação pouco acima de 30% e a lira registrava depreciação nominal de 621% desde o final de 2019. Muito claramente, o experimento de Erdogan lançou o país numa acentuada espiral de volatilidade e instabilidade, da qual ainda não emergiu”, diz o sócio da BRGC Consultoria.

Coordenadora do boletim, Silvia Matos pondera que a literatura econômica que associa a independência dos bancos centrais e maior facilidade no controle da inflação é farta: mais recentemente, o trabalho de Bruno Pires Tiberto, economista do Banco Central, mostrou que a independência de um banco central aumenta a participação na renda dos 80% da população com menor rendimento. Já os mais ricos - os 20% que estão no topo da pirâmide - apresentam redução da participação na renda.

Como o Brasil fica nesse cenário? Os pesquisadores ponderam que, ainda que um agravamento da crise entre Trump e o Fed possa trazer volatilidade aos mercados e provocar um movimento de fuga de risco, o que se tem visto desde 2025 é um cenário benéfico ao Brasil. O enfraquecimento paulatino do dólar desde meados do ano passado foi um dos fatores que mais ajudaram a desaceleração da inflação por aqui.

Como mostrou o Valor no início do mês, a mediana das projeções apontava para uma moeda americana encerrando o ano em R\$ 5,50 - mesmo patamar em que fechou 2025, apesar da volatilidade trazida por eventos como a eleição presidencial. Uma nova rodada de apreciação sustentada do real, portanto, poderia novamente trazer uma ajuda não antecipada aos esforços do BC.

“Se estamos corretos nessa análise de que a piora institucional americana está por trás do enfraquecimento do dólar, o que dá para prever é uma continuidade do movimento”, pondera Samuel Pessoa, que é chefe de pesquisa macroeconômica do BTG Pactual. “Porém, se houver reação mais sólida das instituições americanas a Trump, esse movimento pode se reverter. E isso seria um risco para o cenário inflacionário do Brasil.”

Alguns eventos no radar despontam como potencial catalisador dessa virada, continua Pessoa. No topo, estão as eleições de meio de mandato nos EUA, que podem acabar com o controle republicano das duas casas do Congresso e reduzir o caminho livre que o presidente americano tem tido para adotar e aprovar as suas várias - e polêmicas - políticas. Mas ele também cita o julgamento em que a Suprema Corte americana pode invalidar as tarifas criadas por Trump no âmbito da Lei de Poderes Econômicos de Emergência (leapa, na sigla em inglês).

Pessoa lembra ainda que o dólar se desvalorizou cerca de 10% contra o mundo desde meados de 2025 mesmo com duas forças jogando a seu favor: a enorme alta da incerteza global, que geralmente traz investidores para a segurança dos ativos americanos, e o aumento das tarifas de importação - nos manuais de economia, um movimento do tipo é equilibrado pela taxa de câmbio flutuante.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SULNORTE RECEBERÁ NOVO REBOCADOR EM MARÇO E AVALIA MAIS 7 UNIDADES

Por Danilo Oliveira Indústria naval 30/01/2026 - 19:26



Empresa de apoio portuário negocia com estaleiros construção de 2 rebocadores e, no longo prazo, estuda construção de mais 5 novas embarcações

A Sulnorte espera receber, em meados de março, o último rebocador de uma série de três novas embarcações construídas no Estaleiro Rio Maguari (ERM), no Pará. O rebocador mais recente da frota da empresa, o SN Acaraú, foi entregue pelo ERM no ano passado, com projeto Robert Allan, Rampart 2300, com mais de 75 toneladas de bollard pull (BP),

propulsores azimutais Kongsberg e contando com dois motores Caterpillar. Este rebocador +75 BP conta também com sistema FiFi 1 (combate a incêndios). A próxima unidade a ser entregue reforçará a presença da empresa em importantes complexos portuários do país.

A empresa de apoio portuário avalia outras sete embarcações para expansão de sua frota. “No curto prazo, estamos em negociação avançada com alguns estaleiros para a construção de mais dois rebocadores, e no longo prazo, estudamos a construção de mais cinco novas embarcações”, contou à Portos e Navios a gerente de inteligência de mercado e novos negócios da Sulnorte, Luíza Coli.

A Sulnorte opera hoje 26 rebocadores alocados em portos de diferentes regiões do Brasil. Luíza ressaltou que os planos de expansão acompanham as demandas do mercado. “Nossa estratégia é estudar o cenário atual e futuro dos portos brasileiros para alocar os nossos recursos com eficiência e assertividade”, frisou. A empresa fechou o último ano com mais de 8.000 manobras próprias realizadas em todo o Brasil.

O apoio portuário é tema de uma das reportagens da próxima edição (751) da Portos e Navios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

FMC MULTA MSC EM US\$ 22,7 MILHÕES EM PROCESSO SOBRE COBRANÇAS

Da Redação Navegação 30/01/2026 - 19:41



A Comissão Marítima Federal dos Estados Unidos (FMC) multou a armadora MSC 22,67 milhões de dólares após concluir processo que investigava violações da Lei de Navegação americana. A FMC esclareceu que os valores referentes às penalidades devem ser transferidos diretamente ao Fundo Geral do Tesouro americano.

De acordo com a decisão judicial, uma das transgressões ocorreu de 2018 e 2020, quando a empresa de transporte marítimo cobrou taxas de detenção e sobrestadia de despachantes aduaneiros, identificados como “partes notificadas”, que não estavam envolvidos com movimentação das cargas. A FMC confirmou decisão de um juiz administrativo de que o uso da chamada cláusula comercial constituiu prática contrária a artigos do Código dos Estados Unidos e impôs multa de 65 mil dólares.

Foram aplicadas multas também por violações relacionadas à publicação de tarifas. Segundo a investigação, de 2021 ao início de 2023, a MSC deixou de incluir em sua tarifa publicada uma descrição das taxas aplicáveis a contêineres refrigerados não-operacionais, que estavam com as unidades de refrigeração desligadas. A Comissão confirmou a violação e considerou a conduta dolosa até março de 2022, quando a empresa anunciou que modificaria sua tarifa. Nesse caso, as penalidades totalizaram 9,46 milhões de dólares.

Além disso, a FMC concluiu que a MSC incorreu em sobretaxas de demurrage e detenção associadas ao uso de contêineres NOR durante 2021. A Comissão reverteu sua decisão inicial, que atribuía as cobranças a erros no sistema de faturamento, determinou que aproximadamente 23% das faturas emitidas naquele ano incluíam sobretaxas, constituindo prática abusiva, e aplicou multa de cinco mil dólares por cada violação, totalizando 13,145 milhões de dólares.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

SUPREMA CORTE DO PANAMÁ ANULA CONCESSÃO DOS PORTOS DE CRISTÓBAL E BALBOA À CHINESA CK HUTCHISON

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 17:45



A Suprema Corte do Panamá declarou inconstitucional o marco legal que sustentava a concessão dos portos de Balboa e Cristóbal, operados pela subsidiária local da chinesa CK Hutchison, a Panama Ports Company (PPC). Na decisão, que anulou o contrato que permitia ao grupo chinês, que tem sede em Hong Kong, operar os terminais em extremidades opostas do Canal do Panamá, a corte alega que "os termos sob os quais a CK Hutchison opera os portos são inconstitucionais".

A decisão, anunciada em breve comunicado, foi tomada em momento de crescente pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra operações de empresas chinesas na região do Canal da Panamá. A controvérsia se intensificou depois que o governante afirmou que a infraestrutura de propriedade chinesa ao redor do canal representa ameaça à segurança americana.

A CK Hutchison não pode recorrer, mas pode pedir esclarecimentos que podem atrasar o cancelamento do contrato. O presidente panamenho, José Raúl Mulino anunciou, no entanto, que está negociando com a APM Terminals, da AP Moller-Maersk, para que administre os portos interinamente. "Nossos portos são um dos pilares estratégicos da economia nacional e um elo fundamental para o comércio internacional", afirmou Mulino.

Segundo a Bloomberg, a PPC continuará operando até a conclusão do processo, após o que a APM Terminals assumirá o controle até que novo contrato seja concedido. Mulino informou que instruiu a autoridade marítima a se reunir com a concessionária e expressou sua esperança de que "todas as partes colaborem abertamente".

Após o anúncio da anulação do contrato, as ações da CK Hutchison caíram de 4,75% e 5,7% em Hong Kong, na maior queda desde abril. Em resposta, a empresa afirmou que a decisão "prejudica a reputação do Panamá como local confiável para fazer negócios" e que seu contrato foi fruto de "processo de licitação internacional transparente".

Já a PPC divulgou comunicado em que classifica a decisão como "incompatível com o arcabouço legal pertinente" e "sem fundamento jurídico", além de ser "diametralmente oposta a decisões já proferidas pela Suprema Corte em relação a contratos similares". A PPC destacou que, em 28 anos, investiu mais de 1,8 bilhão de dólares em infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento humano" e que poderá recorrer a processos judiciais, inclusive em cortes internacionais. Em Pequim, o Ministério das Relações Exteriores chinês anunciou que "tomará todas as medidas necessárias para proteger os direitos e interesses legítimos e legais das empresas chinesas".

O processo que levou ao cancelamento do contrato foi movido por advogados particulares e pelo controlador geral do Panamá, Anel Flores, que alegaram que a prorrogação do acordo custou ao país "mais de 1 bilhão de dólares em receita tributária perdida" e que ela foi feita sem as aprovações necessárias. Uma auditoria governamental estimou até 1,3 bilhão de dólares a receita não arrecadada desde o fim da década de 1990.

Os dois portos fazem parte do plano global de desinvestimento da CK Hutchison que prevê a venda de 43 terminais para um consórcio liderado pela BlackRock e pela Mediterranean Shipping, através de seu braço portuário, a Terminal Investment. A China se opôs e tentou incluir a Cosco entre os compradores.

John Feeley, ex-embaixador dos Estados Unidos no Panamá, avaliou o caso como revés diplomático, mas não econômico para a China, já que as remessas chinesas continuarão a usar o canal e a decisão não afeta seu funcionamento. Carlos Ruiz-Hernández, ex-vice-ministro das Relações Exteriores, disse que "os Estados Unidos tinham a avaliação de que os chineses estavam mais perto do canal do que realmente estavam".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

NOVA LINHA INTEGRAL NAVEGANTES À ECSA, CARIBE E COSTA LESTE DOS EUA

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 17:20



A Portonave, em Navegantes (SC), anunciou nesta sexta-feira (30) a ampliação de seus serviços com a inclusão da linha ZIM Gulf Toucan (ZGT), operada pelo armadora ZIM Integrated Shipping Services para a costa leste da América do Sul e hubs logísticos no Caribe, na costa leste dos Estados Unidos e no Golfo do México. Segundo a empresa, a frequência será semanal, com oito navios e escalas, além de portos mexicanos e americanos, em terminais da Jamaica, da Colômbia, do Brasil, da Argentina e do Uruguai.

A expectativa é de que sejam transportadas principalmente madeiras e derivados, papéis, maquinários, metais comuns, produtos químicos, carnes congeladas e outros alimentos. Segundo a Portonave, a operação será em regime de Vessel Sharing Agreement, modelo de cooperação em que companhias marítimas compartilham navios em um mesmo serviço, com a ZIM como líder e a Ocean Network Express contratando espaços nas embarcações.

De acordo com a empresa, que iniciou em 2007 suas atividades como o primeiro terminal portuário privado do Brasil, ela ficou em 2025 em quarto lugar no ranking nacional de movimentação de contêineres cheios em navios de longo curso no país, com 9% de participação do volume total. A empresa informou ainda que no ano passado recebeu do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) o Selo Diamante de Sustentabilidade como a oitava melhor companhia de grande porte para se trabalhar em Santa Catarina.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

CONCLUÍDA DRAGAGEM DO CANAL INTERNO DO PORTO DE SUAPE

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 17:08



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a administração do Complexo Portuário de Suape, em Pernambuco, anunciaram nesta sexta-feira (30) o fim das obras de dragagem no canal de acesso ao porto pernambucano. Iniciada em 18 de agosto de 2025, o serviço incluiu aprofundamento do canal de 10 metros para 16,2 metros, o que permitirá ao terminal receber navios de grande porte. A dragagem foi executada em consórcio pela holandesa Van Oord e pela belga Jan De Nul.

A dragagem custou R\$ 217 milhões, dos quais R\$ 117 milhões aportados pelo governo pernambucano e R\$ 100 milhões do Orçamento Geral da União. O pacote de obras incluiu também a dragagem e manutenção da bacia de evolução e de dois píeres de grãos líquidos, que foram aprofundados para até 18,5 metros. No total, foram dragados 4,18 milhões de metros cúbicos de material.

Na obra, foram usadas dragas de última geração, dos tipos Backhoe, com duas embarcações de apoio, e Hopper, equipadas com tecnologia de rastreamento via satélite e sensores capazes para identificar, em tempo real, a abertura da cisterna. Segundo a autoridade portuária, os sistemas garantiram o controle sobre a área de dragagem e sobre o local de descarte do material.

Também o canal externo de Suape passou recentemente por dragagem e teve, em outubro de 2025, seu calado homologado pela Marinha do Brasil, que atestou 20 metros de profundidade na área. Além disso, de acordo com a administração do Complexo Portuário de Suape, o molhe de proteção do porto externo está recuperação, com investimentos de R\$ 123 milhões, para modernização da estrutura e melhoria da segurança durante as operações.

O diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, disse que a dragagem e o aumento do calado terão impacto na atracação de novos investimentos e na instalação de novas empresas no complexo portuário, como consequência do aumento da capacidade de movimentação de cargas e de receber navios de grande porte. "Chegarão a Suape os grandes navios do mundo, melhorando a logística e trazendo vantagem para a nossa indústria", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

WILSON SONS LANÇA PRIMEIRO DE SÉRIE DE 3 NOVOS REBOCADORES

Da Redação Indústria naval 30/01/2026 - 17:22



A Wilson Sons lançou, na última quinta-feira (29), no Rio de Janeiro, o rebocador WS Halcyon — primeiro de série de três embarcações com grande potência e capazes de auxiliar em manobras de atracação e desatracação de navios de grande porte. De acordo com a empresa, o barco foi construído em seu estaleiro próprio, no Guarujá, em São Paulo, tem 23 metros de comprimento, 12 metros de largura, propulsão azimutal, tração estática de 70 toneladas e sistema de combate a incêndio com capacidade de 2.4 milhões de litros de água por hora.

A companhia informou que dois rebocadores da mesma classe, 2312, estão sendo construídos em seu estaleiro e têm entregas previstas em de 2026. Com a nova série, segundo a Wilson Sons, ela chegará 155 embarcações construídas em suas instalações de construção naval.

O CEO da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, explicou que a incorporação das novas embarcações faz parte do plano de renovação da frota, que tem mais de 80 rebocadores. "Com o batismo do WS Halcyon e o novo ciclo de construção de rebocadores, reafirmamos nosso compromisso com operações portuárias com foco na segurança, na eficiência e na sustentabilidade", disse Calbucci.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS PELA TRANSPETRO CRESCE PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 14:25



A Transpetro anunciou nesta sexta-feira (30) que registrou em 2025, pelo quarto ano consecutivo, aumento na movimentação de petróleo e derivados, com 658 milhões de metros cúbicos movimentados em 46 terminais e 8,5 mil quilômetros operados pela companhia. Segundo a empresa, houve alta de 1,1% em relação a 2024, e o volume foi o maior registrado por ela.

O principal aumento foi na movimentação de derivados de petróleo, que passou de 215,5 milhões de metros cúbicos em 2024 para 221,3 milhões de metros cúbicos em 2025, com alta de 2,7%. Os produtos do segmento que tiveram maior aumento de volume transportado foram o Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha) e o diesel.

Segundo a Transpetro, o início da operação do Complexo de Energias Boaventura, da Petrobras, em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, foi determinante para o aumento de 24% no volume de GLP movimentado em comparação com 2024, porque elevou a produção nacional do produto e, em consequência, a movimentação nos dutos que ligam a cidade fluminense aos terminais operados pela Transpetro na Baía de Guanabara. Além disso, informou a empresa, houve aumento também nos volumes transportados nos terminais de Paranaguá, no Paraná, Santos, em São Paulo, e Barra do Riacho, no Espírito Santo.

No caso do diesel, de acordo com a empresa, o aumento 3,6% na movimentação, em comparação com 2024, se deveu principalmente à ampliação do mercado consumidor no Centro-Oeste, que é em grande parte atendido pelo Oleoduto São Paulo-Brasília (Osbra).

Houve ainda crescimento de aproximadamente 18% no volume movimentado nas operações de ship to ship, o transbordo de produtos entre navios. Esse aumento teve maior concentração nos terminais de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, e de São Sebastião, em São Paulo, atendendo à crescente demanda por escoamento da produção offshore de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

GRUPO POTENCIAL INVESTE R\$ 4,5 MILHÕES EM NOVA EMPRESA DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA EM PARANAGUÁ

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 19:27



O Grupo Potencial, dos setores de energia, combustíveis, agronegócio e soluções sustentáveis, anunciou investimento de R\$ 4,5 para criação de uma nova empresa de logística portuária, a BWS, que terá sede em Paranaguá, no Paraná. Segundo o Potencial, a nova companhia será especializada em logística portuária e transporte de contêineres e representa a entrada do grupo nesse segmento.

O início da operação da BWS está previsto para fevereiro de 2026, com capacidade estimada para movimentar por mês cerca de mil contêineres, na importação e na exportação. O investimento anunciado, de R\$ 4,5 milhões, será destinado, segundo o Grupo Pontual, à organização e ao posicionamento prévio de contêineres no pátio e a demandas internas do grupo.

Caique Tossulino, diretor de operações da BWSP, explicou que o objetivo principal da empresa será proporcionar mais controle sobre a cadeia de suprimentos do grupo. A meta é estruturar e integrar as etapas da operação retroportuária, especialmente relacionadas à movimentação e ao armazenamento de cargas líquidas containerizadas, para melhorar a eficiência logística e reduzir custos de armazenagem do Grupo, hoje de cerca de R\$ 600 mil mensais.

De acordo o Potencial, a sede da empresa ficarão a 2,3 quilômetros da área portuária, e ela terá máquinas modernas, sistema integrado de gestão para controle operacional, rastrear as cargas e monitorar as operações em tempo real de ponta a ponta. Contará ainda com frota própria de caminhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2026

MPOR ESTENDE ATÉ 2051 CESSÃO DO PORTO DO ITAQUI À EMAP

Da Redação Portos e logística 30/01/2026 - 14:22



O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) e o governo do Maranhão oficializaram nesta quinta-feira termo aditivo que amplia por 25 anos, até 2051, o Convênio de Delegação do Porto do Itaqui à Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), iniciado em 2001. O contrato inclui o Cais de São José de Ribamar e os terminais de ferry-boats da Ponta da Espera e do Cajupe.

Na cerimônia de renovação do acordo, que teve a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e do governador do Maranhão, Carlos Brandão, a presidente da Emap, Oquerlina Costa, disse que a ampliação do prazo de concessão permite à empresa planejar os investimentos que serão feitos nos próximos 25 anos na infraestrutura do complexo portuário. Ela adiantou que ainda em 2026 será entregue mais um berço, que possibilitará ampliar a movimentação, buscar novos mercados e atrair investidores.

Silvio Costa Filho destacou que renovação do prazo de gestão da Emap traz segurança jurídica para buscar novos investimentos, inclusive estrangeiros. Ele lembrou que, nos últimos quatro anos, o Porto de Itaqui registrou crescimento médio anual de mais de 10% na movimentação de cargas e que em 2025 o volume movimentado chegou a 37 milhões de toneladas. “O Porto do Itaqui hoje é uma referência do Nordeste e do Brasil”, disse.

O governador Carlos Brandão também ressaltou a importância da renovação antecipada como fator que garante segurança jurídica para que empresários possam investir. Segundo ele, o termo aditivo representa a aprovação pelo governo federal do trabalho que vem sendo feito pela administração de Itaqui. “Estamos avançando, batendo recordes de exportação e importação”, afirmou.

O Ministério de Portos e Aeroportos informou que estão previstos para 2026 dois leilões de área no Porto do Itaqui. Um deles será de um terminal para movimentação de granel sólido vegetal, como trigo, milho e soja, e outro para área destinada ao transbordo de granel sólido mineral, como fertilizantes. A expectativa da pasta é de que, juntos, representem investimentos de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/01/2026

MPOR REBATE CRÍTICAS DO CECAFÉ E AFIRMA QUE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA É PRIORIDADE DO GOVERNO

Por Nelson Moreira Portos e logística 29/01/2026 - 20:07



Entidade contabiliza gastos extras acima de R\$ 66 milhões devido aos impactos do não embarque do produto no ano passado, aos quais associa a gargalos logísticos

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) rebateu, nesta quinta-feira (29), críticas feitas pelo diretor técnico do Conselho dos Exportadores do Café do Brasil (Cecafé), Eduardo Heron, que responsabilizou a infraestrutura portuária brasileira por gastos extras de R\$ 66,1 milhões por causa do não embarques do produto em 2025. Em comunicado enviado a Portos e Navios, o MPor assegurou que a melhoria da infraestrutura logística e portuária brasileira é prioridade do governo e que muitos avanços têm seguido conseguidos no setor.

Em seus comentários, Heron havia acusado ainda autoridades da área portuária e governamentais de tentarem esconder as deficiências com a divulgação de informações sobre movimentação e embarques gerais recorde nos portos do Brasil. E, além disso, apresentarem números que, segundo ele, “dificultam o entendimento sobre esgotamento da logística portuária e prejuízos causados aos diversos setores” e que “mascaram os desafios enfrentados pelos exportadores, principalmente os do segmento de cargas containerizadas”.

Abaixo, a íntegra da resposta do Ministério de Portos e Aeroportos.

“A modernização e ampliação de um terminal portuário exige um período de cinco anos em média para que passe operar com capacidade básica. A existência de gargalos logísticos no país é um ponto identificado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que acelerou processos abandonados e priorizou necessidades logísticas, adotando medidas devidamente planejadas para movimentações de cargas projetadas para as próximas décadas.

“Desde a Lei dos Portos, 43 leilões portuários foram realizados entre 2013 e 2022. E, em apenas três anos (2023–2025), foram contratados R\$ 15,45 bilhões em investimentos em 26 leilões, com projetos distribuídos por diferentes regiões do país. Para dimensionar o salto: o volume contratado em 2023–2025 é quase três vezes maior do que o contratado nos 10 anos anteriores, no período de 2013 a 2022 (cerca de R\$ 6 bilhões).

“E a carteira segue avançando: para 2026, estão previstos mais leilões, ampliando a capacidade logística, atraindo investimentos e gerando emprego e renda. Espera-se licitar mais 18 terminais em 2026, trazendo mais de R\$ 10 bilhões em novos investimentos e consolidando mais um marco para o setor. Em especial, será licitado o Tecon Santos 10, no Porto de Santos, o maior terminal da história do setor portuário.

“Adicionalmente, estão em andamento na Agência leilões de áreas voltadas para a movimentação e armazenagem de contêineres.

“Todo esse esforço da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e do MPor tem refletido nos bons resultados do setor portuário nos últimos anos, impactando positivamente a balança comercial brasileira, uma vez que 95% de toda a exportação do país passa pelos portos.

“Em 2025, considerando o período de janeiro a novembro, houve crescimento de 4,97% em relação ao mesmo intervalo de 2024. Nesse período, os portos brasileiros já movimentaram 1,28 bilhão de toneladas, consolidando o ritmo de expansão do setor. Além disso, o volume de cargas movimentada tem apresentado resultados históricos desde 2019. A balança comercial, por sua vez, obteve o segundo melhor resultado de sua história em 2024”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

DNV INDICA PERSPECTIVA DE AUMENTO DE DEMANDA POR EMBARCAÇÕES COM PROPULSÃO NUCLEAR

Da Redação Indústria naval 29/01/2026 - 20:42



Relatório divulgado pela DNV, especializada em certificação e gerenciamento de riscos, inclusive na área de construção naval, indica que a pressão sobre o transporte marítimo por descarbonização e redução de emissão de gases do efeito estufa vai estimular armadores a avaliar o uso de propulsores nucleares como alternativa viável aos motores convencionais. Segundo o estudo, o uso de energia nuclear está despertando à medida que a indústria busca soluções escaláveis e com zero emissões.

Segundo o relatório, além de não produzir emissões, a propulsão nuclear oferece vantagens, como custos de energia estáveis e previsíveis, maior flexibilidade operacional, incluindo a viabilidade econômica para navegar em velocidades mais altas, e menor dependência da infraestrutura tradicional de abastecimento. O estudo descreve o panorama atual da propulsão nuclear marítima e enfatiza a necessidade de inovação tecnológica, clareza regulatória e pragmatismo econômico para que o setor se torne viável no futuro.

O estudo avalia que a crescente necessidade de descarbonizar o transporte marítimo, combinada com as dificuldades associadas a isso, como o fornecimento limitado de combustíveis com baixa emissão de gases de efeito estufa, está levando muitos do setor a reavaliarem a propulsão nuclear como possível solução para o problema. O relatório técnico descreve conceitos de reatores que estão sendo desenvolvidos especificamente para uso marítimo.

Ole Christen Reistad, pesquisador principal sênior da DNV e principal autor do relatório técnico, explicou que todos os reatores devem levar em consideração fatores exclusivos do transporte marítimo, como mobilidade, exposição a condições adversas e perfil operacional. Além disso, devem, segundo ele, considerar fatores como custo, espaço, confiabilidade, disponibilidade de energia e, principalmente, segurança.

Ele disse que reatores menores e padronizados, com segurança passiva e necessidade mínima de tripulação, podem beneficiar a marinha mercante, enquanto sistemas de baixa pressão e reatores de



Geração IV ou de tubos de calor podem oferecer alternativas mais seguras e simples. No documento técnico, é ressaltado que os reatores marítimos devem ser compactos e projetados para reabastecimento pouco frequente, alinhado com atividades de manutenção, como docagens.

Ainda segundo o estudo, questões relacionadas à inspeção em alto-mar e à segurança podem ser mitigadas com monitoramento remoto e recursos avançados de comunicação. O relatório informa que projetos nesse sentido já estão em andamento em diferentes países, com abordagens distintas em relação a combustível, a resfriamento e a segurança.

Além dos reatores, o documento da DNV identifica a necessidade de um ciclo de combustível marítimo dedicado e economicamente viável, que deve abranger todas as etapas, incluindo qualificação e fabricação do combustível, armazenamento e destinação do produto irradiado. “Qualquer futura indústria comercial de combustível nuclear marítimo deve ser centrada em um ciclo de específico para esse uso, com funções e responsabilidades reconhecidas em toda a cadeia de suprimentos, da produção ao descarte, passando pela integração ao reator e o carregamento”, afirma Reistad.

Segundo ele, o armazenamento e o descarte serão fundamentais para a funcionalidade e a credibilidade da cadeia de suprimentos e para a aceitação pública do ciclo de combustível marítimo. Tendo a segurança e a aceitação pública como elementos centrais para a evolução da indústria nuclear marítima civil, o documento técnico da DNV destaca a importância de ter regulação previsível e internacionalmente aceita.

O estudo aponta que a competitividade da energia nuclear pode ser aprimorada com abordagem modular e padronizada e informa que progresso nesse sentido já está sendo alcançado com a integração de tecnologias de reatores de Geração III+ e IV à crescente preponderância de pequenos reatores modulares. Além disso, explica que os custos dos reatores serão decisivos para que a propulsão nuclear seja opção viável para a frota marítima comercial.

O relatório da DNV apresenta estudo de caso de um navio porta-contêineres de 15.000 TEUs, examinando fatores-chave como custos anuais de leasing e Capex, comparando-os com os de navios convencionais, que mostra que os resultados são promissores, mas dependerão do ritmo de descarbonização em toda a indústria marítima. Por exemplo, em cenário de alta descarbonização, preços mais altos dos propulsores seriam vantajosos diante dos gastos com combustíveis de baixo efeito estufa e possíveis penalidades impostas por uso de combustíveis convencionais.

Eirik Ovrum, gerente de Desenvolvimento de Negócios e coautor do relatório, garante que a adoção de tecnologias menores e mais modulares ajudará a agilizar a construção, simplificar a manutenção, fornecer garantia independente e facilitar a aprovação regulatória. “Esses avanços também podem contribuir para a redução da necessidade de tripulação e para o aumento da eficiência operacional, fortalecendo a viabilidade econômica da propulsão nuclear”, afirma ele.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 30/01/2026